

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

***“IDEÁRIO REPUBLICANO NOS CAMPOS GERAIS: A CRIAÇÃO DO
GRUPO ESCOLAR CONSELHEIRO JESUÍNO MARCONDES (1907)”***

LUCIA MARA DE LIMA PADILHA

Orientadora: Prof^a. Dra. MARIA ISABEL MOURA NASCIMENTO

PONTA GROSSA
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

LUCIA MARA DE LIMA PADILHA

“IDEÁRIO REPUBLICANO NOS CAMPOS GERAIS: A CRIAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR CONSELHEIRO JESUÍNO MARCONDES (1907)”

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre, pelo programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, na área de concentração em História e Políticas Educacionais.
Orientadora: Prof^a Dra. Maria Isabel Moura Nascimento

**PONTA GROSSA
2010**

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Setor de Processos Técnicos BICEN/UEPG

P123 Padilha, Lucia Mara de Lima
“Ideário Republicano nos Campos Gerais : a criação do Grupo Escolar
Conselheiro Jesuíno Marcondes (1907) ”. / Lucia Mara de Lima
Padilha. Ponta Grossa, 2010.
145f.
Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de
Ponta Grossa.
Orientadora: Profa. Dra.Maria Isabel Moura Nascimento

1. Escola Pública Gratuita. 2. Grupo Escolar. 3. Palmeira.
4. Paraná. I. Nascimento, Maria Isabel Moura. II. T.

CDD: 379.2

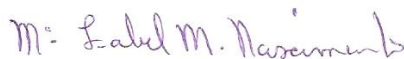
TERMO DE APROVAÇÃO

LUCIA MARA DE LIMA PADILHA

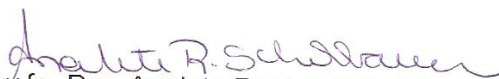
IDEÁRIO REPUBLICANO NOS CAMPOS GERAIS: A CRIAÇÃO DO GRUPO
ESCOLAR CONSELHEIRO JESUINO MARCONDES (1907)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora



Prof.ª Dra. Maria Isabel Nascimento
UEPG



Prof.ª Dra. Anaete Regina Schelbauer
UEM



Prof.ª Dra. Rita de Cássia da Silva Oliveira
UEPG



Prof. Dr. Gilmar de Carvalho Cruz
UEPG

Ponta Grossa, 26 de abril de 2010

Dedico este trabalho aos meus pais Acácio e Jandira pelo exemplo de luta e pelo amor a mim dedicados. Ao meu esposo Eraldo e ao meu filho Luis Henrique por terem entendido a necessidade de muitas horas de estudo, pelo apoio, amor e incentivo. Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Existem momentos na vida em que é fundamental poder contar com o apoio e a ajuda das pessoas. Para a realização deste trabalho, pude contar com algumas, e a essas pessoas prestarei, através de poucas palavras, os mais sinceros agradecimentos.

À minha tia Margarida pela companhia e animação na realização das pesquisas de levantamento das fontes documentais na cidade de Palmeira e nas colônias dos imigrantes.

Aos parentes da colônia de Papagaios Novos pelos almoços e tardes de conversas agradáveis sobre nossos antepassados, bem como pelas fotos e documentos cedidos para com essa pesquisa.

À minha orientadora professora Maria Isabel pela amizade que construímos, pela dedicação, pelas conversas, pelos passeios, pelos quadros, e principalmente por ter acreditado em mim e me proporcionado a chance de iniciar na pesquisa ainda na graduação.

Às amigas Eli e Márcia, por terem tido a paciência de escutar, por diversas vezes, meus relatos sobre essa pesquisa; obrigada de coração!

À amiga Clarissa pelas horas de conversas, pela troca de idéias, pelo companheirismo e principalmente pelo incentivo.

Ao Grupo de Pesquisa HISTEDBR por ter me acolhido no início da minha caminhada como pesquisadora e colaborado para com meu crescimento pessoal e profissional.

À amiga Vera Mayer do Museu Histórico de Palmeira, e ao amigo Hugo Krambeck, do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira, pela cordialidade com que me receberam, pelas tardes de dedicação relatando acontecimentos sobre a história da cidade, pelos arquivos, fotos e livros a mim cedidos; obrigada!

Aos membros da Banca Examinadora de qualificação e defesa, professoras: Analete Regina Schelbauer; Ester Buffa; Rita de Cássia Oliveira; e professor Gilmar de Carvalho Cruz, por terem aceitado o convite para participar e contribuir para com essa pesquisa. Muito obrigada!

RESUMO

O presente trabalho refere-se à pesquisa de mestrado, do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR, sobre o grupo escolar “Conselheiro Jesuíno Marcondes”, na cidade de Palmeira nos Campos Gerais – Paraná. Trata-se de uma instituição regional de ensino a partir da qual se procurou estabelecer relações entre o contexto nacional e o local, uma vez que está dentro do projeto republicano de instauração de Grupos Escolares no país, cujo objetivo era a expansão da escolarização visando reduzir o alto índice de analfabetismo e de forma ideológica, doutrinar e “civilizar” a sociedade. Por ser uma instituição criada numa região com várias colônias de imigrantes, procurou-se também verificar as questões mais gerais no contexto da sociedade, do Estado, da organização das classes e grupos sociais dominantes que influenciaram nas relações de adaptação desses imigrantes no país. Para dar conta dessa problemática e compreendê-la foram elencadas as categorias de análise (Estado, Trabalho, Educação), com os quais se procurou aproximar do objeto em estudo, no caso o grupo escolar inaugurado na cidade de Palmeira - PR (1907). O estudo foi estruturado e organizado a partir dos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico e dialético, que propõe para a investigação de determinado objeto que se parta das condições concretas de existência, superando as concepções idealistas e metafísicas da história. O procedimento metodológico adotado para o desenvolvimento da pesquisa foi, inicialmente a realização do levantamento das fontes documentais e iconográficas, como: Leis, Decretos, Regulamentos, Portarias, Atas de reuniões, fotografias, mapas, desenhos e Jornais da época, encontrados no Grupo Escolar em estudo, no Museu da cidade de Palmeira, na Casa da Memória de Ponta Grossa, no Arquivo Público do Paraná – PR e no Museu Campos Gerais - PR, e posteriormente, a organização desse material devidamente copiado e digitalizado em um banco de dados específico que foi armazenado em um CD-ROM. Uma cópia desse material, entregue juntamente com a versão final da pesquisa, está disponibilizada no “Centro de Documentação On-line” na página do Grupo de pesquisa HISTEDBR- Campos Gerais <<http://www.uepg.br/histed-br/>>, de modo a colaborar com outras pesquisas em História da Educação. A pesquisa foi dividida em três capítulos: “O ideário republicano no Brasil”; “Os Campos Gerais e a formação da cidade de Palmeira”; “O Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes”. Conclui-se que o presente trabalho

permitiu uma melhor compreensão do projeto republicano de instauração dos grupos escolares no país, cujo objetivo era a expansão da escolarização como forma de dar instrução ao povo, que diferentemente dos discursos, se deu de forma lenta e de acordo com os interesses políticos de cada região, sempre atrelado aos interesses de classes.

Palavras chave: Escola Pública e Gratuita. Grupo Escolar. Palmeira. Paraná.

ABSTRACT

The present work refers to the master thesis, from the graduate program of the State University of Ponta Grossa – PR, about the school “Conselheiro Jesuíno Marcondes”, in the city of Palmeira in Campos Gerais – Parana. It is about a regional teaching institution from which the relation between the national context and the local one was sought to be established, once that it was in the republican project of introduction of School Groups in the country, whose objective was the expansion of schooling, aiming at reducing the high level of illiteracy, and in an ideological manner, doctrine and “civilize” the society. Because it is an institution created in a region with various immigrant colonies, it was also sought to verify the most general questions in the society's context, the State's, the classes organization and dominant social groups that influenced in the ratio adjustment of these immigrants in the country. To handle this problematic and understand it, the analysis categories were listed (State, Work, Education), with which it was sought to approach the object of study, in this case the school group opened in the city of Palmeira – PR (1907). The study was structured and organized from the theoretical and methodological assumptions of the historical and dialectical materialism, which proposes for the investigation of a determined object that it goes from the concrete conditions of existence, overcoming the idealistic and metaphysical conceptions of history. The adopted methodological procedure for the development of the research was, initially, the survey of documentary and iconographic sources, such as: laws, decrees, regulations, ordinances, meeting minutes, pictures, maps, drawing and newspapers of the period, found in the School Group in study, in the museum of the city of Palmeira, the House of Memory of Ponta Grossa, Parana's Public File – PR and in the Museum of Campos Gerais – PR, and, afterwards, the organization of this material properly copied and digitalized in a specific data bank that was stored in a CD-ROM. A copy of this material, delivered along with the final version of the research, is available in the “On-Line Documentation Center” in the page of the search group HISTEDBR – Campos Gerais <<http://www.uepg.br/histed-br/>>, in a way to collaborate in other researches in the History of Education. The survey was divided into three chapters: “The republican ideals in Brazil”; “The Campos Gerais and the formation of the city of Palmeira”, “ Jesuíno Marcondes School Group”. It was concluded that the present work allowed a better understanding of the republican project of introduction of the school groups in the country, whose goal was the expansion of schooling as a way of

instructing the people that, differing from the speeches, was given in a slow manner and according to the political interests of each region, always connected with the classes' interests.

Key Words: Public and Free School. School Group. Palmeira. Parana.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Ciclo ervateiro em Palmeira (final do séc. XIX)	45
FIGURA 2	Interior do Engenho de Mate Tibagy	47
FIGURA 3	Arredores de Curitiba – Casa de Colonos	49
FIGURA 4	Alemães chegando ao Brasil (1870)	50
FIGURA 5	Descendentes da Colônia Italiana Cecília	51
FIGURA 6	Poloneses no porto de Paranaguá – 1900	52
FIGURA 7	Carroção russo-alemão em Palmeira/PR	53
FIGURA 8	Fazenda da Chácara da Palmeira	56
FIGURA 9	Pintura ilustrativa - Palmeira e sua nova Capela	58
FIGURA 10	Chegada do 1º trem na estação ferroviária de Palmeira – 1894	59
FIGURA 11	Rua XV de Novembro - Engenho de erva-mate Palmas	60
FIGURA 12	Correspondência com pedido de encomenda da erva mate– 1905	61
FIGURA 13	Palmeira início do século XX - Rua Coronel Vida	61
FIGURA 14	Uma das primeiras casas comerciais de Palmeira – 1902	62
FIGURA 15	Folheto da loja Kranbeck – 1914	63
FIGURA 16	Um dos primeiros automóveis trazidos à cidade de Palmeira	63
FIGURA 17	Fazenda Conceição situada no “Rincão do Manhoso”	64
FIGURA 18	Família de russo-alemães	67
FIGURA 19	Casa e armazém de Nicolau Ehalt – Núcleo colonial de Pugas	69
FIGURA 20	Carroções na Colônia de Papagaios Novos	70
FIGURA 21	Descendentes das primeiras famílias de imigrantes	70
FIGURA 22	Trabalho com o Mate - Palmeira/PR (1902)	72
FIGURA 23	Escola Evangélica Colônia de Papagaios Novos Palmeira/PR	74
FIGURA 24	Carretão polonês com seis cavalos	75
FIGURA 25	Poço-cisterna / único vestígio restante da colônia Cecília	76
FIGURA 26	Imigrantes Italianos – Colônia Cecília	78
FIGURA 27	Casa da família Mezzadri em Canta Galo	79
FIGURA 28	Angeolilo Corsi e família	80
FIGURA 29	Festividade na Escola dos Padres – 1912	81
FIGURA 30	Escola da Vilinha em 1909 – Alunos da professora D. Maria Ignácia	82
FIGURA 31	Escola Isolada – Núcleo colonial russo-alemão de Pugas de cima	83
FIGURA 32	Modelo de arquitetura grega de ordem dórica	96

FIGURA 33	Arquitetura do prédio do grupo escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes	97
FIGURA 34	Figura ilustrativa da planta do prédio do Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes	98
FIGURA 35	Festividade de inauguração Grupo Escolar “Conselheiro Jesuíno Marcondes” – 1907	99
FIGURA 36	Alunos do Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes Professor Aristheu Correia Bittencourt – 1910	103
FIGURA 37	Alunos dos professores: João Teófilo Gumy Júnior e Aristheu Correia Bittencourt - 1912	107

LISTA DE QUADROS

QUADRO I	Instituições Escolares – Teses e Dissertações / Brasil	21
QUADRO II	Os primeiros Grupos Escolares no Brasil	41
QUADRO III	Escolas Isoladas criadas na Zona Rural de Palmeira - até 1950	85
QUADRO IV	Corpo docente do Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes	104

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I	Estado do conhecimento	124
ANEXO II	Ata de inauguração do novo prédio do Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes – 27/08/1938	129
ANEXO III	Relação dos primeiros alunos formados no Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno - 1912	136
ANEXO IV	Exames realizados no Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes - 1911	139
ANEXO V	Mapas da cidade de Palmeira	141
ANEXO VI	O novo prédio do Grupo Escolar Jesuíno Marcondes - 1938	144
ANEXO VII	Fontes catalogadas na pesquisa e disponibilizadas em CD-ROM	145

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO I.....	23
O IDEÁRIO REPUBLICANO NO BRASIL	23
1.1 A educação a partir da divisão social do trabalho	23
1.2 A escola pública e gratuita.....	29
1.3 O ideário republicano e a educação no Brasil.....	31
1.4 A escola pública no Brasil e a criação dos Grupos Escolares	40
CAPITULO II.....	45
OS CAMPOS GERAIS - PR E A FORMAÇÃO DA CIDADE DE PALMEIRA	45
2.1 A sociedade paranaense no final do século XIX.....	45
2.2 A formação da cidade de Palmeira.....	56
2.3 Palmeira e seus núcleos coloniais	64
2.4 As primeiras Escolas Públicas Isoladas de Palmeira	81
CAPITULO III.....	86
O GRUPO ESCOLAR “CONSELHEIRO JESUÍNO MARCONDES”	86
3.1 O Ideário Republicano e a educação nos Campos Gerais	86
3.2 O patrono “Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá”	90
3.3 A criação do Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes.....	93
3.4 Professores e alunos do grupo escolar.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS.....	115
ANEXOS	123

INTRODUÇÃO

A presente dissertação teve como finalidade realizar a reconstrução histórica de uma instituição escolar pública na região dos Campos Gerais - PR, criada no início do século XX dentro do ideário republicano, o “Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes”. Essa pesquisa faz parte do projeto¹ de “Reconstrução histórica das instituições escolares nos Campos Gerais na primeira metade do século XX”, que teve como objetivo o resgate de fontes primárias das Instituições Escolares Públicas, nos Campos Gerais² – PR.

O interesse pelo estudo sobre esse tema teve sua origem em 2004, quando iniciei minha trajetória como pesquisadora³ participando do grupo de pesquisa História Sociedade e Educação no Brasil / HISTEDBR - GT. Campos Gerais - PR, no projeto “Levantamento e Catalogação das Fontes Primárias e Secundárias: Instituições Escolares nos Campos Gerais – PR (1904-1950)”.

Para a compreensão do objeto da pesquisa, em sua totalidade, como parte do movimento da história e das transformações ocorridas na sociedade, fez-se necessário um estudo sobre as origens da escola, que se dá com a instituição da propriedade privada e conseqüentemente com a divisão da sociedade em classes.

Até a divisão da sociedade em classes a educação acontecia naturalmente, as crianças imitavam e reproduziam os atos realizados pelos adultos em suas atividades rotineiras como a pesca e a caça. Foi a partir da divisão da sociedade em classes antagônicas que a instrução se divide e passa a atender a classe de proprietários de forma diferenciada dos que nada possuem.

Os trabalhadores braçais continuam sendo educados com a própria experiência de vida, por meio do trabalho, já os proprietários passam a ser educados nas escolas, sendo assim, o processo de institucionalização da educação é “[...]”

¹ O projeto “Reconstrução Histórica das Instituições Escolares Públicas dos Campos Gerais - PR

² A região dos Campos Gerais no Paraná estende-se para o norte até encontrar as florestas da Bacia do Itararé e Paranapanema, e, para o sul, as Florestas do Rio Iguazu. A oeste, encosta nos Campos de Guarapuava e na Serra da Boa Esperança, e sua porção oriental faz divisa com a Serra de São Luís do Purunã, com predomínio do Rio Tibagi (BAPTISTA, 2002, p.15).

³ Bolsista de iniciação científica do CNPq, no período de julho de 2005 a dezembro de 2007.

correlato do processo de surgimento da sociedade de classes que, por sua vez, tem a ver com o processo de aprofundamento da divisão do trabalho” (SAVIANI, 2007. p.9).

Essa escola, criada na antiguidade, desempenhou um importante papel na propagação das desigualdades sociais, uma vez que, com a transformação da sociedade primitiva em sociedade de classes, a educação passa a ter fins e objetivos definidos elaborados pela classe dominante com vistas a garantir sua posição na sociedade.

O período de delimitação da pesquisa vai de 1889 a 1907 e engloba a fase inicial do Regime Republicano no Brasil, o estudo foi realizado na cidade de Palmeira, na Região dos Campos Gerais – PR, que tem suas origens em 1819, com a construção de uma capela em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, cujos arredores foram sendo povoados por tropeiros vindos de diferentes regiões do país, fazendeiros e imigrantes. A economia da cidade era basicamente estruturada na agropecuária, na produção da erva-mate e da madeira, sendo esses dois últimos produtos integrantes dos ciclos econômicos do Paraná.

Mesmo tratando-se de uma pesquisa em um grupo escolar de uma determinada região do Brasil, a mesma não se desenvolveu desvinculada da totalidade das relações do contexto nacional, visto que o particular não dá conta do todo. Desse modo buscou-se compreender a criação do grupo escolar “Conselheiro Jesuíno Marcondes”, localizado na região dos Campos Gerais - PR, dentro do projeto republicano de instauração de Grupos Escolares no país, que tinha por objetivo a expansão da escolarização como forma de dar “instrução ao povo”, que diferentemente do discurso, se dá de forma lenta e de acordo com os interesses políticos de cada região, atrelado aos interesses de classes.

As transformações da sociedade ocorridas nos séculos XIX e XX refletiram na escola como uma de suas principais instituições, e neste sentido, a educação brasileira se vê diante de um movimento internacional, como na Europa ocidental e nos Estados Unidos, que influenciaram diretamente nas práticas educacionais das escolas.

As relações econômicas, políticas e sociais que propiciaram a criação dos grupos escolares no Brasil compreendem um longo processo da sociedade desde a modernidade, quando pela primeira vez com Lutero, se coloca a necessidade da instituição de uma escola pública, até que fossem concretizados os ideais

educacionais que idealizaram a criação e institucionalização da escola pública e gratuita, com as revoluções da América e da França, que exigia “[...] uma instrução universal e de uma reorganização do saber, que acompanhará o surgimento da ciência e da indústria moderna” (MANACORDA, 1996, p.249).

O crescimento do plantio do café nos séculos XIX e início do século XX, somado a abolição da escravatura, tornaram o Estado de São Paulo o principal e mais importante centro de imigrantes no Brasil, já que “[...] o número de europeus que entra nesse Estado sobe de 13 mil, nos anos setenta, para 184 mil do decênio seguinte e 609 mil no último decênio do século” (FURTADO, 2003 p.133). Vindos ao país para atender aos interesses da classe burguesa, os imigrantes ora substituíam a mão-de-obra escrava nas lavouras de café, ora formavam colônias em regiões ainda não habitadas.

Em uma sociedade dividida em classes antagônicas (burguesia e o proletariado) estudar a primeira Instituição escolar em Palmeira é pensar a educação numa época em que na sociedade brasileira predominaram as idéias burguesas, ou seja,

[...] a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também potência dominante espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante (MARX; ENGELS, 1979, p. 55).

A instituição escolar é criada então para corresponder a determinados interesses desta classe dominante e ela, a Escola, será um dos instrumentos na sociedade capitalista, para reprodução desta classe. E por se tratar de uma escola criada no período republicano, como citado nas páginas anteriores, onde o sistema de ensino inicia sua organização nas quatro primeiras séries de escolarização no país, ela “[...] cumpria funções sociais determinadas, sem deixar aparentes as desigualdades que se solidificaram durante a República com sua legitimação e sua manutenção pelo Estado” (NASCIMENTO, 2006, p.325).

Este estudo tem por objetivo geral: Realizar a reconstrução histórica do “Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes”, uma instituição pública da região

dos Campos Gerais - PR, criada no início do século XX dentro do ideário republicano, e como objetivos específicos:

- ✓ Analisar a escola pública estatal e de caráter universal no Brasil, como uma instituição pública e gratuita;
- ✓ Compreender com se deu o desenvolvimento da cidade de Palmeira e a criação das primeiras escolas públicas da região;
- ✓ Investigar a criação do grupo escolar “Conselheiro Jesuíno Marcondes” dentro do projeto republicano de instauração de Grupos Escolares.

Para dar conta dessa problemática e compreendê-la imprimiremos a investigação e a escolha das categorias de análise (Estado, Trabalho, Educação), com os quais nos aproximaremos do objeto em estudo, no caso o grupo escolar inaugurado na cidade de Palmeira - PR (1907).

O estudo será estruturado e organizado a partir dos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico e dialético, que propõe para a investigação de determinado objeto que se parta das condições concretas de existência, superando as concepções idealistas e metafísicas da história, pois a dialética encara as coisas

[...] em suas conexões, em sua dinâmica, em seu processo de gênese e caducidade. A partir dela pode-se afirmar que todo ser é, no mesmo momento, ele mesmo e um outro. [...] Da forma como foi posta a questão em A Ideologia Alemã, fica claramente demarcado que o postuldo materialista era considerado básico tanto do ponto de vista ontológico quanto do epistemológico, isto é, a matéria é básica tanto como princípio explicativo do mundo, quanto como ponto de partida para o conhecimento que se constrói sobre ele (LOMBARDI, 1993, p. 396-397).

Desta forma considera-se fundamental estudar o processo de constituição do grupo escolar “Conselheiro Jesuíno Marcondes”, utilizando o método dialético, pois o mesmo possibilitará estabelecer relações entre os fatores sócio-políticos e econômicos do país por meio de uma análise dinâmica e totalizante da realidade, não considerando os fatos isolados, mas sim na sua totalidade.

Partindo do objeto real, ainda como parte de um movimento da história, percorre-se um caminho em busca da essência da realidade, que não se dá imediatamente, mas de forma nebulosa e confusa. A partir do conhecimento da totalidade é possível então retornar ao objeto de estudo compreendendo as conexões e a contextualização dos fatos reais.

O procedimento metodológico adotado para o desenvolvimento da pesquisa foi, inicialmente a realização do levantamento das fontes documentais e iconográficas, como: Leis, Decretos, Regulamentos, Portarias, Atas de reuniões, fotografias, mapas, desenhos e Jornais da época, encontrados no Grupo Escolar em estudo; no Museu Astrogildo de Freitas em Palmeira/PR; no Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira; na Casa da Memória de Ponta Grossa; no Arquivo Público do Paraná – PR; e no Museu Campos Gerais - PR, e posteriormente, a organização desse material devidamente copiado e digitalizado em um banco de dados específico que foi armazenado em um CD-ROM.

Uma cópia desse material, entregue juntamente com a versão final dessa pesquisa, está disponibilizada no Centro de Documentação on-line na página do Grupo de pesquisa HISTEDBR- Campos Gerais <<http://www.uepg.br/histed-br/>>, de modo a colaborar com outras pesquisas em História da Educação.

Essa pesquisa utilizou-se dos seguintes recursos gráficos para a identificação do tipo de fonte (primária ou secundária) que foi utilizada: “[...] *Itálico*” – para as fontes primárias. As citações de fontes primárias mantiveram a redação original, sem qualquer atualização ortográfica. “Sem *itálico*” – para as fontes secundárias (NASCIMENTO, 2004, p.10).

Os estudos e pesquisas sobre a temática “Instituições Escolares” têm crescido de forma significativa, especialmente na área da História da Educação, onde se podem encontrar inúmeros trabalhos que apresentam a história das instituições escolares brasileiras.

No levantamento do Estado do Conhecimento aqui realizado⁴, tomando-se como referência a base de dados da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior, que disponibiliza informações sobre as teses e

⁴ O levantamento das dissertações e teses realizado nesse estudo teve como recorte as produções sobre Instituições Escolares no Brasil. Cabe ressaltar que não se pode dar por encerrado o levantamento de trabalhos sobre o tema em questão visto que as pesquisas nessa área têm crescido significativamente.

dissertações defendidas a partir de 1987, observou-se sessenta e três (63) produções sobre o tema em estudo, sendo sete (07) teses de doutorado e cinquenta e seis (56) dissertações de mestrado, o ano de 2006 foi o mais produtivo sobre o tema em questão, já a instituição que se destacou, com maior número de produções, foi a Universidade Federal do Piauí – UFPI, que totalizou oito (08) trabalhos.

Quadro I – Levantamento de Teses e Dissertações

Ano da defesa	Teses	Dissertações	Total
1987	-	01	01
1989	-	02	02
1994	01	02	03
1997	01	01	02
1999	-	02	02
2000	01	03	04
2001	-	02	02
2002	-	04	04
2003	-	03	03
2004	01	06	07
2005	-	08	08
2006	02	09	11
2007	-	09	09
2008	01	03	04
2009	-	01	01

A identificação dos trabalhos aqui apresentados está disponível em: ANEXO I

Cabe ressaltar que o levantamento do Estado do Conhecimento é uma etapa de suma importância para o desenvolvimento de uma pesquisa, pois propicia ao pesquisador um conhecimento do que já fora publicado sobre seu tema. É um processo fundamental para a delimitação e a elaboração da problemática, de forma que situe e defina melhor o objeto de estudo em questão, oferecendo ao pesquisador observar o seu tema e os “[...] os limites de outras pesquisas já realizadas, anunciando o quanto a sua proposta de pesquisa pode somar às demais pesquisas já produzidas” (NASCIMENTO, 2006, p.142).

Para alcançar os objetivos propostos a pesquisa foi estruturada em três capítulos: No primeiro capítulo “O IDEÁRIO REPUBLICANO NO BRASIL”, buscou-se compreender como se deu a criação da escola como instituição, com objetivos e fins definidos, a partir da divisão da sociedade em classes distintas, bem como compreender a organização da escola pública gratuita e estatal por meio da criação dos primeiros grupos escolares no Brasil.

O segundo capítulo “OS CAMPOS GERAIS E A FORMAÇÃO DA CIDADE DE PALMEIRA” trata especificamente da contextualização do Paraná e da cidade de Palmeira na região dos Campos Gerais, cuja sociedade foi formada por pessoas de diferentes etnias, bem como, compreender com se deu a criação das primeiras escolas públicas na região.

O terceiro capítulo traz a história do “GRUPO ESCOLAR CONSELHEIRO JESUÍNO MARCONDES” na cidade de Palmeira - PR. Uma instituição escolar pública criada em 1907 com toda a imponência dos grupos escolares republicanos e que representava a “modernidade e o progresso” do país. Com o objetivo de atender democraticamente a “todas” as crianças o grupo escolar foi apenas um aparato liberal da república, que teve na instrução pública uma de suas bandeiras, e não uma realidade concreta da sociedade local.

CAPÍTULO I

O IDEÁRIO REPUBLICANO NO BRASIL

Do fato de que o trabalho está condicionado pela natureza deduz-se que o homem que não dispõe de outra propriedade senão sua força de trabalho tem que ser, necessariamente, em qualquer estado social e de civilização, escravo de outros homens, daqueles que se tornaram donos das condições materiais de trabalho. E não poderá trabalhar, nem, por conseguinte, viver, a não ser com a sua permissão. (MARX, 1891, p. 3).

1.1 A educação a partir da divisão social do trabalho

Para a compreensão da estrutura econômica, política e social, presente no período republicano brasileiro no final do século XIX e início do século XX, período transitório entre a abolição do trabalho escravo e inserção do trabalho livre e assalariado no país, faz-se necessário tomar como fio condutor a divisão da sociedade em classes distintas e a divisão social do trabalho, fatores esses que influenciaram diretamente na criação de uma educação formalizada e na criação da escola como instituição.

Nas sociedades primitivas, denominadas tribais, o homem vivia em comunidade, assentada sobre a propriedade comum da terra e unida por “[...] laços de sangue, os seus membros eram indivíduos livres, com direitos iguais. O que era produzido em comum era repartido com todos, e imediatamente consumido” (PONCE, 1963, p.15). A educação acontecia naturalmente, as crianças imitavam e reproduziam os atos realizados pelos adultos em suas atividades rotineiras como a pesca e a caça.

O período primitivo é marcado por lentas e diferenciadas transformações nas formas de trabalho e no emprego da terra para a agricultura, utilizada para o plantio e também para o pastoreio, esse desenvolvimento, acrescido da utilização do trabalho animal, da criação da roda e do transporte marítimo, trouxe consigo a produção excedente dos bens materiais, e “[...] tão cedo o bem-estar da tribo aumentou, por causa das novas técnicas de produção, os *prisioneiros de guerra*

*passaram a ser desejados*⁵, e o inimigo vencido passou a ter sua vida garantida com a condição de transformar-se em escravo” (PONCE, 1963, p. 23, grifos do autor).

A sociedade, até então homogênea, passa a dividir-se em classes antagônicas, a propriedade, bem comum de todos os membros da tribo, passa a ser privada propiciando assim a divisão da humanidade.

A transformação estrutural que originou a divisão da sociedade em classes e o estabelecimento da propriedade, privada trouxe consigo conseqüências para o modo de vida do ser humano, a família primitiva baseada no matriarcado⁶ se modifica, e o homem com o intuito de garantir que seus bens fossem herdados por seus filhos de sangue passa a ocupar o lugar de soberano⁷ da casa, enquanto que a mulher “[...] foi relegada a um segundo plano, *passando a ocupar-se tão somente com funções domésticas, que deixaram de ser sociais*” (PONCE, 1963 p.29, grifos do autor).

Desse modo, o trabalho realizado pela mulher, em sua família, “[...] perdia agora sua importância, comparado com o trabalho produtivo do homem; este trabalho passou a ser tudo; aquele, uma insignificante contribuição” (ENGELS, 1991 p.182). Vale acentuar que “[...] a divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas: a primeira enuncia em relação à atividade, aquilo que se enuncia na segunda em relação ao produto da atividade” (MARX e ENGELS, 1979, p.46).

A religião, a educação e a separação entre os trabalhadores braçais e os “intelectuais”⁸, até então inexistentes, se afirmam nesse contexto. O anseio da classe dominante pela conquista de riquezas e poder, carece de uma instituição que a defenda e legitime seus direitos de exploração, surge aí o representante dessa classe, o Estado⁹, que “[...] situado aparentemente por cima das classes em luta,

⁵ Com a escassa produção de alimentos as tribos vencidas num confronto eram saqueadas e seus moradores mortos, a partir da produção excedente de alimentos e a falta de mão-de-obra, essa concepção mudou.

⁶ O matriarcado na sociedade primitiva se dava por meio do matrimônio grupal, no qual a paternidade não podia ser estabelecida, sendo então a filiação instituída pela linha materna. Com a divisão de classes e o aumento das riquezas a família passa então a ser monógama e patriarcal.

⁷ “Para assegurar a fidelidade da mulher e, por conseguinte, a paternidade dos filhos, aquela é entregue, sem reservas, ao poder do homem; quando este a mata, não faz mais do que exercer o seu direito” (ENGELS, 1991 p. 62).

⁸ “Intelectuais” no sentido de serem mais instruídos do que a maioria das pessoas.

⁹ O Estado nasce diretamente e fundamentalmente dos antagonismos de classes que se desenvolviam no seio mesmo da sociedade gentílica. Não é um poder imposto à sociedade “[...] de fora para dentro; é antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição

suprimisse os conflitos abertos destas e só permitisse a luta de classes no campo econômico, numa forma dita legal” (ENGELS, 1991, p.190).

Conseqüentemente à divisão do trabalho, a educação que até então acontecia de forma espontânea passa a ter objetivos definidos, sendo destinada apenas para a classe dominante, pois a mesma não tendo responsabilidades com o trabalho braçal dispunha de tempo livre para realizar atividades de lazer. “E é aí que se localiza a origem da escola. [...] como se sabe, deriva do grego e significa, etimologicamente, o lugar do ócio” (SAVIANI, 2007, p.9).

Cabe ressaltar que a educação na antiguidade, era estritamente privada, destinada apenas aos homens livres¹⁰ que dispusessem de bens para pagá-la, e o poder sobre a educação nas cidades gregas e romanas, apesar de suas particularidades, estavam nas mãos do Estado.

Essa escola, criada na antiguidade, desempenhou um importante papel na propagação das desigualdades sociais, uma vez que,

No momento da história humana em que se efetua a transformação da sociedade comunista primitiva em sociedade dividida em classes, e educação tem como fins específicos a luta contra as tradições do comunismo tribal, a incalculação da idéia de que as classes dominantes só pretendem assegurar a vida das dominadas, e a vigilância atenta para extirpar e corrigir qualquer movimento de protesto da parte dos oprimidos (PONCE, 1963 p.34).

A educação, antes um bem comum, com o surgimento das classes,

[...] se divide entre aquela destinada aos não proprietários e aquela destinada aos proprietários. Os primeiros continuam a se educar no próprio processo de trabalho, fora da escola. Os segundos terão uma educação diferenciada, desenvolvida nas escolas, fora do trabalho, embora igualmente determinada pelo trabalho, já que é este que garantia a sua existência permitindo o desfrute do ócio, de tempo livre (SAVIANI, 2005 p.248).

com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar” (ENGELS, 1991 p.191).

¹⁰ Entende-se por homens livres, os cidadãos de Atenas pertencentes a uma aristocracia composta por grandes proprietários rurais. Sendo a cidadania um privilégio que se adquiria pelo nascimento somente aos filhos de pai e mãe atenienses se reservavam o direito de serem cidadãos, ficando de fora os estrangeiros e seus descendentes que formavam a classe dos excluídos, os chamados metecos, assim como os escravos.

A ruptura do escravismo para a ascensão da servidão se dá na Idade Média¹¹, visto que para os grandes proprietários de terras a servidão passa ser vista como uma grande vantagem sobre o trabalho escravo, uma vez que

[...] era necessário um grande capital para adquirir e manter os escravos necessários, ao passo que a servidão não requeria gasto: o servo custeava a sua própria vida, e todas as vicissitudes do trabalho corriam por sua conta. A servidão constituía, pois, a única maneira de que o patrão dispunha para tirar proveitos dos seus fundos, ao mesmo tempo que também constituía o único modo dos que não possuíam terras proverem o seu próprio sustento (PONCE, 1963, p.81).

O cultivo de extensas áreas de produção deixa de ser lucrativo passando a ser realizado pelos camponeses, arrendatários ou servos, em pequenas propriedades privadas.

As mudanças ocorreram também no âmbito da educação, que passa a ser estritamente religiosa sob o poder do cristianismo da Igreja Católica, que se constitui numa espécie de Estado¹² e, “[...] a partir do momento em que as escolas profanas, herdadas da Antigüidade, acabaram de desaparecer, essas escolas religiosas tornam-se o único instrumento através do qual se adquire e transmite a cultura” (MARROU, 1975 p.512).

A Igreja procurou desenvolver uma ação educativa sobre a comunidade com o intuito de aumentar “[...] cada vez mais o poder civil, primeiro ligando-se a ele, depois tomando o seu lugar e fazendo o papel de reguladora formativa e administrativa” (CAMBI, 1999, p.126). O acesso às escolas católicas de formação monástica era restrito aos filhos da aristocracia dominante que dispunham de bens

¹¹ A Idade Média não pode ser confundida apenas como a época entre dois períodos de desenvolvimento da civilização: o mundo antigo e o mundo moderno. Foi “[...], sobretudo a época da formação da Europa cristã e da gestão dos pré-requisitos do homem moderno (formação da consciência individual; do empenho produtivo; da identidade supranacional)” (CAMBI, 1999, p. 142).

¹² “No dualismo Estado/Igreja, o poder imperial e os seus cuidados pelas escolas ficaram enfraquecidos, mas os aspectos administrativo-culturais do domínio ficaram em parte nas mãos de romanos, organizados em sua igreja. E é justamente por obra da igreja, como parte de suas atividades específicas, que cultura e escola se reorganizam. Não é por acaso que muitos bispos foram antes funcionários romanos dos reis bárbaros. E considerando que a igreja já tem uma dupla estrutura organizacional, isto é, vivendo ela em parte no meio do povo através dos bispados e das paróquias (clero secular), e em parte longe dele nos mosteiros (clero regular), é nessa dupla estrutura eclesial que devemos procurar os primeiros testemunhos do surgimento de novas iniciativas da educação cristã” (MANACORDA, 1996, p.114).

para pagar os estudos de seus filhos. Para o restante da população era destinada uma educação alienante “não se ensinava a ler, nem a escrever, a “[...] finalidade dessas escolas não era instruir a plebe, mas familiarizar as massas camponesas com as doutrinas cristãs e, ao mesmo tempo, mantê-las dóceis e conformadas” (PONCE, 1963, p.87).

Trata-se de uma iniciação dogmática, destinada para a classe que representava a nobreza, apenas os filhos dos nobres poderiam ter acesso à escolaridade, enquanto que a maioria da população era analfabeta.

As mudanças econômicas e sociais ocorridas durante a idade média propiciaram o aparecimento de uma nova classe social¹³ formada por comerciantes, que transformaram as cidades, e que sem realizar,

[...] absolutamente parte na produção, conquista a direção geral da mesma e avassal economicamente os produtores; uma classe que se transforma no intermediário indispensável entre dois produtores, e os explora a ambos. Sob o pretexto de poupar aos produtores as fadigas e os riscos da troca de produtos de encontrar saída para os produtos até nos mercados mais distantes, tornando-se assim a classe mais útil da sociedade, forma-se uma classe de aproveitadores, uma classe de verdadeiros parasitas sociais, que, em compreensão por seus serviços, na realidade insignificantes, retira a nata da produção nacional e estrangeira, concentra rapidamente em suas mãos riquezas enormes e adquire uma influência social correspondente a estas, ocupando, por isso mesmo, no decurso desse período de civilização, posição de mais e mais destaque, logrando um domínio sempre maior sobre a produção, até gerar um produto próprio: as crises comerciais periódicas” (ENGELS, 1991, p.186).

¹³ As origens da nova classe social que começou a se formar durante a Idade Média são um pouco obscuras, mas sabemos que ela apareceu no próprio momento em que uma importante transformação econômica abalou as próprias bases do feudalismo. Até o século X, as cidades não passavam de miseráveis vilas. Os seus habitantes se resumiam a uns poucos artesãos e domésticos, que trabalhavam para o senhor feudal, sob as mesmas condições que eram impostas aos servos da gleba. Mas a partir do século XI, progressivas modificações técnicas provocaram um florescimento do comércio. Até esse momento, o senhor feudal, que era dono da cidade, ou burgo, só tinha que comprar uns poucos objetos de luxo, provenientes do Oriente. Os camponeses dos seus domínios lhe traziam alimentos e as matérias primas, que os artesãos da cidade trabalhavam. Mas tão logo entrou em circulação o dinheiro, o senhor feudal achou vantajoso permitir que seus artesãos – mediante retribuição econômica – passassem a trabalhar para terceiros, ao mesmo tempo em que achou interessante permitir a entrada de mercadorias nos seus castelos. E, assim, “[...] as cidades se transformaram em centros de comércio, onde os produtores trocavam os seus produtos. Surgiu, então, uma profunda transformação: o que até ontem era apenas uma fortaleza, começava agora a ser um mercado.” (PONCE, 1963, p.9, grifos do autor).

Essas mudanças refletiram diretamente na educação, as escolas monásticas, localizadas em lugares de difícil acesso, já não atendiam a necessidade da nova classe emergente. A burguesia reclamava por escolas criadas nas cidades, uma vez que o comércio em desenvolvimento exigia um novo tipo de instrução. Surge então a Universidade, cuja fundação “[...] permitiu que a burguesia participasse de muitas vantagens da nobreza e do clero, que até então lhe tinham sido negadas. [...] A conquista de um título universitário elevava o burguês quase ao nível da nobreza” (PONCE, 1963,p. 97)

No entanto, a conquista da burguesia não significou que as massas populares tiveram acesso à educação, mesmo com a criação das escolas primárias administradas e custeadas pelas cidades¹⁴, e como “[...] para a igreja e para o senhor feudal a escola nunca significou ilustração popular, também para a burguesia, pelo menos nesse momento histórico, ela não tinha esse sentido” (PONCE, 1963, p.101).

Uma série de fatores propiciaram o fim da Idade Média e a chegada do Renascimento, dentre eles o fortalecimento da burguesia cujo propósito era o de ter mais governabilidade que as autoridades que reinavam na época. Com isso, intensifica-se o comércio, surge um tipo de monarquia nacional, o aumento do crescimento urbano e as viagens marítimas que partem para novos descobrimentos, anunciando assim a falência do feudalismo.

O Renascimento caracterizou por um movimento de muitas mudanças na literatura, nas artes e também filosófico, inicialmente difundido na Europa, principalmente nos países ligados ao comércio. Foi fortemente demarcado através de um homem valorizado, humanizado, que vai ao encontro do pensamento medieval em que o divino ou o sobrenatural eram conceitos importantes na formação do homem. Na Idade Média, Deus era a figura central. A partir do Renascimento em que o homem (burguês) passa a ser o centro, com valores considerados modernos, o humanismo é visto como elemento central.

Percebe-se, que apesar de todas as modificações conjunturais ocorridas durante o processo de desenvolvimento da sociedade primitiva até o surgimento da

¹⁴ O ensino ministrado nas escolas municipais já estava menos divorciado das necessidades práticas da vida, [...]. Mas, não se pense que as escolas municipais fossem gratuitas: apesar de o município pagar certo estipêndio aos professores – soldos de fome, naturalmente – os alunos deviam pagar diretamente os professores pelos seus ensinamentos, e esse pagamento era proporcional às dificuldades das matérias ensinadas. (PONCE, 1963, p.100).

classe burguesa, a estrutura baseada na diferença das classes não se modifica, e a educação correlata do “[...] processo de surgimento da sociedade de classes que, por sua vez, tem a ver com o processo de aprofundamento da divisão do trabalho” (SAVIANI, 2007, p.9), continua a ser destinada apenas àqueles que detêm o poder econômico nas mãos.

1.2 A escola pública e gratuita

Os primeiros discursos a favor de uma escola estatal e pública originam-se no século XVIII, na Alemanha, mais precisamente na Prússia, num momento de grandes transformações, visto que é o século das luzes, do esclarecimento, da vontade livre do pensamento e do conhecimento. “[...] Politicamente, é o século do chamado “despotismo esclarecido”, da instrução do povo, mas sem povo, imposta de cima para baixo; da secularização da educação e de sua subordinação ao Estado” (LUZURIAGA, 1959, p.23).

O século XVIII é marcado pelo desenvolvimento do trabalho, que passa da manufatura para a indústria, a “[...] produção não mais para o consumo pessoal e sim para a troca – os produtos passam necessariamente de umas para outras mãos. O produtor separa-se de seu produto na troca, e já não sabe o que é feito dele” (ENGELS, 1991, p.197).

Com o novo processo de transformação do trabalho, antes realizado no campo e nas oficinas pelos artesãos, para o trabalho industrial, a massa da população vai sendo incorporada para trabalhar nas fábricas, o homem que estava no campo se desloca para as cidades provocando grandes conflitos sociais, pois com a expansão do comércio, ocorreu “[...] a concentração das riquezas nas mãos de uma classe pouco numerosa, o que se fez acompanhar do empobrecimento das massas e do aumento numérico dos pobres” (MARX e ENGELS, 1979, p.188).

Na fábrica esse ex-artesão perderá sua identidade, seus aprendizados são descartados, e toda e qualquer instrução que possuía não é mais aproveitada, surge então à necessidade de se oferecer uma nova instrução a esse operário, voltada é claro, para atender aos novos interesses do sistema produtivo da sociedade moderna. Sendo assim, os conhecimentos,

[...] a sagacidade e a vontade desenvolvidas pelo camponês e artesão independentes no período manufatureiro “passam a ser exigidas apenas pela oficina em seu conjunto”, desenvolvendo-se as forças intelectuais num sentido de unilateralidade, concentrando-se no capital em detrimento dos trabalhadores parciais: “a divisão manufatureira do trabalho opõe-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade de outrem e como poder que os domina”. Trata-se de um processo que começa na cooperação simples, “desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, reduzindo-o a uma fração de si mesmo, e completa-se na indústria moderna que faz da ciência uma força produtiva independente de trabalho, recrutando-o para servir o capital” (MARX, 1968 p.413-414).

Com a revolução Industrial e conseqüentemente com o surgimento da sociedade capitalista a educação passa a ter outros fins, não mais só o da formação de intelectuais, mas voltada também para a formação das massas, formação essa que deveria atender ao mercado de trabalho livre e assalariado, executado nas grandes fábricas, com o intuito de gerar maior lucratividade. Essa divisão do trabalho se dará também na educação “[...] porque aí se dá a possibilidade, a realidade de que a atividade espiritual e a atividade material, o prazer e o trabalho, a produção e o consumo se apliquem a indivíduos distintos” (MANACORDA, 1996, p. 46), desse modo, a educação se volta para atender ao mercado, “[...] fábrica e escola nascem juntas: as leis que criaram a escola de Estado vêm juntas com as leis que suprimem a aprendizagem corporativa (e também da ordem dos jesuítas)” (idem, p.249).

A instituição escolar pública¹⁵ surge nesse contexto como resposta ao novo sistema capitalista, que exige uma nova forma universal de instrução, capaz de acompanhar o crescimento da ciência e da indústria moderna, provocando mudanças “[...] na própria educação confessional e colocará em posição central o protagonismo do Estado, forjando a idéia da escola pública, universal, gratuita, leiga e obrigatória” (SAVIANI, 2007, p.12).

¹⁵ A primeira metade do século XIX foi marcante para a educação pública, na Prússia. Houve a difusão geral da escola elementar, a melhoria na formação dos professores pela implantação de Escolas Normais, a renovação dos métodos e especialmente a formação de uma nova mística em relação à educação sob o pressuposto de que as reformas sociais e políticas deveriam surgir pela educação. Pela reforma moral e intelectual do povo se chegaria a um novo processo de desenvolvimento (KREUTZ, 1985, p. 40).

Cabe lembrar que a escola pública, gratuita, laica e obrigatória, implantada no Brasil no início do período republicano, em 1890, foi fortemente influenciada por esse modelo de educação européia iniciado na Alemanha.

1.3 O ideário republicano e a educação no Brasil

Feita essa breve análise sobre a transformação estrutural que originou a divisão da sociedade em classes, parte-se para a compreensão da sociedade brasileira no período histórico delimitado, final do século XIX e início do século XX, marcado pela transição do império para o regime republicano¹⁶.

Com a abolição da escravatura em 1888, a transição do trabalho escravo para o livre, a entrada de numerosos imigrantes no país, e a construção das estradas de ferro, muda-se a estrutura econômica e social no Brasil. A cultura cafeeira atinge nesse momento seu auge, tornando-se umas das maiores exportações do mundo, visto que em 1820 não atingia mais do que 100 mil sacas por ano e a partir de 1890,

[...] com a fase nova da lavoura cafeeira, no planalto paulista, as cifras indicam um desenvolvimento incomparavelmente maior da produção: dos 5 milhões e meio de sacas que se escoaram pelo porto de Santos, em 1900, subiu a exportação, em 1909, e portanto, em dez anos, a 14 milhões de sacas, pelo mesmo porto, além dos 3 milhões que se exportaram pelo Rio de Janeiro (AZEVEDO, 1971, p.102).

O cultivo do café na segunda metade do século XIX marcou a grande expansão da produção brasileira, favorecendo o surgimento de uma nova classe de empresários que,

[...] desde o começo, sua vanguarda esteve formada por homens com experiência comercial. Em toda a etapa da gestação os interesses da produção e do comércio estiveram entrelaçados. A nova classe dirigente formou-se numa luta que se estende em uma frente ampla: aquisição de terras, recrutamento de mão-de-obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica (FURTADO, 1967 p.115).

¹⁶ Ver: COSTA, 1999; HOLANDA, 1982; PINHEIRO, 1997.

Essa nova classe tinha por objetivo manter o poder político, representado pelo Estado, submisso aos seus interesses econômicos, que vieram a se concretizar com a República já que “[...] a descentralização do poder permitirá uma integração ainda mais completa dos grupos que dirigiam a empresa cafeeira com a maquinaria político-administrativa” (FURTADO, 1987, p. 116).

O término do tráfico de escravos negros, por meio da Lei Eusébio de Queiroz¹⁷, não agradou a classe burguesa, pois a lei era contrária aos interesses dos “[...] proprietários de terra, bem como dos vendedores de escravos que ficariam com suas fontes de riquezas comprometidas e que defendiam a manutenção do mercado de trabalho escravo” (NASCIMENTO, 2004, p.26).

Descontentes com a situação que se apresentava, a classe burguesa protestava contra a lei,

Sejamos francos: o tráfico, no Brasil, prendia-se a interesses, ou para melhor dizer, a presumidos interesses dos nossos agricultores, e num país em que a agricultura tem tamanha força, era natural que a opinião pública se manifestasse em favor do tráfico; a opinião pública que tamanha influência tem, não só nos governos representativos, como até nas próprias monarquias absolutas. O que há pois para admirar em que nossos homens políticos se curvem a essa lei da necessidade? O que há para admirar em que nós todos, amigos ou inimigos do tráfico, nos curvássemos a essas necessidades? Senhores, se isso fosse crime, seria crime geral do Brasil: mas eu sustento que quando em uma nação todos os partidos políticos ocupam o poder quanto todos os seus homens políticos têm sido chamados a exercê-lo, e todos são concordes em sua conduta, é preciso que essa conduta seja apoiada em razões muito forte, impossível que ela seja um crime e haveria temeridade de em chamá-la um erro. (Jornal O Independente, 14.02.1831, apud NASCIMENTO, 2004, p. 27).

Tentando encontrar possíveis soluções para suprir a falta de mão-de-obra, criam-se movimentos, formados pela classe dos produtores de café, como o Congresso Agrícola realizado em 1878 na cidade do Rio de Janeiro, cujos objetivos eram o de encontrar possíveis soluções para o desenvolvimento da lavoura no Brasil. No discurso presente, a classe dos cafeicultores debate sobre a situação do

¹⁷ “O Congresso permitiu que, pela primeira vez na história do Brasil independente, os proprietários pudessem falar aberta e diretamente ao governo, em vez de fazê-lo por intermédio da representação parlamentar ou das poucas associações de classes” (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1988, p.v).

sudeste e de todo o país, frente às mudanças econômicas, políticas e sociais nesse período de transição entre a mão - obra - escrava e a implantação do sistema de trabalho livre e assalariado.

O tráfico internacional estava proibido, porém o tráfico interno ganharia destaque, visto que com a falta da mão-de-obra escrava e o desenvolvimento das lavouras cafeeiras, estimular-se-iam, de um lado

[...] a libertação dos nascidos, feita em 1871, definiria prazo fatal para o fim da mão-de-obra escrava; de outro, as experiências com a imigração européia, especialmente pelo sistema de parceria, não se mostrara ainda viável. Se todos estavam convencidos de que não se podia contar mais com os escravos a médio prazo, muitos também achavam que o trabalhador europeu não poderia ser a solução, por não se adaptar, ou se adaptar mal, ao trabalho na grande lavoura e por exigir altos salários, além de aspirar a tornar-se proprietário ele próprio. Restavam como solução o uso intensivo do trabalhador nacional e a importação de trabalhadores asiáticos os coolies e chins (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1988, p.v).

A nova situação política e econômica, devido à fase de grandes exportações, somada à abolição da escravidão exigia então uma solução imediata para o problema da escassez da mão-de-obra, ampliar a disponibilidade de mão-de-obra livre e assalariada para o Brasil passa a ser então prioridade para os fazendeiros produtores de café.

Para solucionar o problema, os produtores de café, em parceria com o governo, promoveram o incentivo à imigração subvencionada¹⁸, formando uma “[...] organização latifundiária e escravocrata, alicerçada sobre o instituto social da escravidão e praticada segundo métodos empíricos, sucedeu um sistema capitalista de exploração agrícola, fundada sobre o trabalho livre” (AZEVEDO, 1971, p.103).

¹⁸ O primeiro incentivo à imigração européia deu-se em 1824, era uma colonização subsidiada, ou seja, o governo imperial pagava o transporte e todos os gastos de instalação, no entanto após todo o investimento as colônias eram entregues aos colonos e a sua própria sorte, por esse motivo muitas não deram certo. No final do século XIX ocorre um novo incentivo à imigração, devido aos fatores já citados, porém agora subvencionada, os gastos com o transporte dos novos imigrantes ficaram por conta do Governo Imperial e com a Proclamação da República por conta dos Estados, já os gastos com a instalação e alimentação durante o primeiro ano de trabalho nas lavouras de café, ficavam por conta dos fazendeiros das lavouras de café. No entanto, cabe ressaltar que a partir de 1907 o governo federal tomará novas medidas de incentivo à imigração, visto que a experiência de colonização, nos Estados mais pobres, sob a responsabilidade dos Estados não obteve sucesso pela falta de recursos e infra-estrutura.

Com a grande expansão ferroviária, que em 1890 atinge 9 973 quilômetros de tráfego, integrando os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, e as crescentes viagens marítimas a vapor, que coincidem com a demanda crescente de café pelo mercado internacional, a vinda dos imigrantes ao Brasil fora algo fortemente estimulado, tanto com o intuito de substituir a mão-de-obra escrava, com o objetivo de ocupar o “[...] espaço geográfico especialmente na região sul do país e principalmente como opção de branqueamento do país pela preferência por europeus”¹⁹ (NASCIMENTO, 2004, p. 30).

Os europeus eram vistos como uma opção consensual entre fazendeiros e governantes, requisitados por sua educação, sendo essa “[...] a razão de ser a crença na superioridade inata do trabalhador europeu, particularmente daqueles cuja “raça” era distinta da dos europeus que haviam colonizado o país” (FURTADO, 2003, p. 130).

Desse modo a vinda dos imigrantes europeus ao país, entre 1870 e 1900, aumentou de forma significativa, recebendo o Estado de São Paulo em uma década cerca de setecentos mil colonos de diferentes nacionalidades. Assim,

[...] em 1890, encontravam-se no Brasil 351.345 estrangeiros, dos quais 35,4 % no Distrito Federal. São Paulo, Minas e Distrito Federal concentravam 70% da população estrangeira radicada no Brasil; 17,5% concentravam-se no Rio Grande do Sul. Em 1900, o número de estrangeiros recenseados no Brasil atingia 1.256.506, correspondendo a 7,26% da população total. Nesse ano, o Estado de São Paulo aparece como o que possui maior população alienígena (529.187 estrangeiros), e, a seguir, o Distrito Federal com 210.515, Minas Gerais com 141.647 e Rio Grande do Sul com 140.854 (COSTA, 1999, p.253).

A saída de imigrantes europeus de seu país, ocorridas nos séculos XIX e XX, é correlato ao grande processo de industrialização dos países Europeus, uma vez que as transformações, ocorridas no modo de trabalho do ser humano, provocaram

¹⁹ No Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, Marechal Deodoro da Fonseca, primeiro Presidente da República brasileira, expressa sua intenção de branqueamento da população brasileira quando deixa claro sua aversão ao homem de origem negra no artigo 1º do mesmo, no qual consta que: “É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos a ação criminal de seu país, excetuados os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem então estipuladas”.

o deslocamento de massas inteiras da população não “[...] somente das oficinas artesanais para as fábricas, mas também dos campos para a cidade, provocando conflitos sociais, transformações culturais e revoluções morais inauditas” (MANACORDA, 1996 p.270).

Fatores esses que interferiram de forma determinante no fenômeno migratório visto que,

[...] o avanço do capitalismo gerou uma grande massa de trabalhadores desempregados que, em conseqüência, tornavam-se alvos dos convites e promessas e enriquecimento em outros continentes. A solução para esses trabalhadores desempregados e suas famílias era aceitar a imigração para terras distantes e desconhecidas [...] (NASCIMENTO, 2004, p.31).

Para atrair os imigrantes, o governo brasileiro promete a liberdade de escolha do estado para o qual os mesmos seriam enviados, bem como o compromisso da posse da terra, provocando, através dessa propaganda incentivadora, uma grande corrente migratória formada por trabalhadores de origem européia, “[...] cujo afluxo e fixação no país serão provocados e estimulados por uma política oficial e deliberada de povoamento, ou pela iniciativa privada de particulares interessados na obtenção de mão-de-obra” (PRADO Júnior, 1988, p. 183).

Os imigrantes que chegaram ao país foram encaminhados para vários lugares, segundo os interesses das classes que dominava cada região, assim

[...] a maior parte dos imigrantes foi encaminhada para as lavouras de café, que, em razão da sua importância econômica, tinha a maior necessidade de braços para o trabalho. Um número menor de imigrantes foi estabelecido como pequenos proprietários nos núcleos coloniais etnicamente homogêneos, em especial, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo. (NASCIMENTO 2004, p. 30).

Desse modo, “[...] a fase de maior desenvolvimento da lavoura cafeeira correspondeu a mais ampla utilização do trabalho livre, principalmente pelo emprego de mão-de-obra proveniente da imigração” [...] (NAGLE 2001, p.29). Os imigrantes vindos ao país para atender aos interesses da classe burguesa, ora substituíam a

mão-de-obra escrava nas lavouras, ora formavam colônias²⁰ em regiões ainda não habitadas, conforme os interesses da classe dominante.

Naturalmente a entrada de trabalhadores europeus e seus familiares não se deveu apenas à atração exercida pelas oportunidades abertas na cafeicultura, no artesanato e na indústria. Em concomitância, nas nações da Europa, ocorriam transformações econômicas, sociais e políticas de profundidade, propiciando a liberação de habitantes das zonas agrícolas. A forma pela qual se realizava a industrialização na Itália, na Alemanha, na Rússia, bem como as mudanças sociais e políticas que ocorriam também na Polônia, na Espanha, em Portugal, etc. não permitira, a absorção de toda a mão-de-obra disponível ou subempregada (IANNI, 1972, p. 19).

Ao substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre e assalariado, a sociedade brasileira não aboliu os antagonismos de classes. “[...] Não se fez senão substituir novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta às que existiram no passado” (MARX e ENGELS, 1975, p.4). O escravo liberto não se transforma em cidadão, percebe-se que,

[...] o negro cidadão é apenas o negro que não é mais juridicamente escravo. Ele foi posto na condição de trabalhador livre, mas nem é aceito plenamente do lado de outros trabalhadores livres, brancos. [...] É o escravo que ganhou a liberdade de não ter segurança; nem econômica, nem social, nem psíquica. É uma pessoa cujo estado alienado vai manifestar-se agora plenamente, pois é na liberdade que ele compreenderá que foi e é espoliado. Ele se tornou o cidadão que deverá compreender que já não estará mais integrado, ainda que hierarquicamente na posição mais inferior, mas integrado. Livre, ele estará só escoteiro dos meios de subsistência, dos instrumentos de produção. E tomará consciência de que não tem meios de consegui-los, salvo pela venda da sua força de trabalho, operação essa para a qual não foi preparado (IANNI, 1972, p.49, 50).

²⁰ Para organização física dessas colônias, inicialmente atribuição do Governo Imperial, recorreu-se a uma experiência européia já secular quanto ao estilo de nucleação. Alguns países europeus vinham, desde o fim da Idade Média, experimentando a organização de núcleos agrários com variedade de disposição, mas sempre sob o princípio de que para um determinado número de colonos se dispusesse de um centro (vila) com a infraestrutura de artesanato, comércio, e atendimento religioso-escolar fundamentais (KREUTZ, 1985, p. 96).

O trabalho livre destinava os indivíduos a uma determinada classe social, sendo a imigração e a abolição manifestações de todo um processo, cujos objetivos eram apenas os de formar um mercado de mão-de-obra livre, e a divisão do trabalho,

[...] como uma das forças principais da história, expressa também no seio da classe dominante como divisão do trabalho espiritual e material, de tal modo que, no interior desta classe, uma parte, aparece como os pensadores desta classe, enquanto que os outros relacionam-se com estas idéias e ilusões de maneira passiva e receptiva, pois são, na realidade, os membros ativos desta classe e têm pouco tempo para produzir idéias e ilusões sobre si próprios (MARX e ENGELS, 1979, p.73).

Nesse cenário o trabalhador livre não é visto como uma pessoa humana, mas sim colocado em seu posto como apenas mais um braço, uma força de trabalho a serviço dos meios de produção da classe dominante, cuja tarefa é a de apenas suprir as necessidades existentes no sistema capitalista, que propõe a idéia de homem livre simulando uma sociedade igualitária, porém sem deixar de explorar o homem por meio de seu trabalho, só que de maneira mais sutil, discreta.

Ao propor ideologicamente a igualdade de oportunidades, a sociedade capitalista

[...] garantiria aos mais capazes, aos mais esforçados, aos que “trabalham duro”, o acesso às melhores posições. A educação tornaria permeáveis as classes sociais de modo que, quem não “subisse”, ou não se teria esforçado o suficiente, ou teria sido menos capaz. Porque a própria existência do “sistema de liberdade” (capitalismo), tendo acabado com os privilégios de sangue e nobreza é garantia suficiente para a eliminação de barreiras à mobilidade social. Educação formal, liberdade formal, igualdade jurídico-formal, a formalidade, a aparência encobrem a realidade concreta da sociedade de classes (ROSSI, 1986, p. 71 – grifos do autor).

Pensando nessa nova forma de trabalho, e também como justificativa para o novo caráter republicano, presume-se uma nova educação que procurará adequar à idéia de trabalho existente, e também controlar essa massa, agora de cidadãos. Educar seria então uma forma de se inculcar nas pessoas a disciplina do trabalho,

visando com isso, manter a ideologia²¹ das elites dominantes, sendo a educação para o trabalho a

[...] ciência reformadora, vinha mudar antigos costumes dos trabalhadores, de modo a ajustá-los à sociedade capitalista civilizada, já que, como se escrevia na época, era preciso “[...] regenerar [...] parte da sociedade moderna [...] coberta de chagas, ainda devorada das úlceras legadas do passado (SOUZA, 1975, p.68).

A gênese da escola pública, gratuita e laica²² no Brasil, como instituição nacional mantida pelo Estado é correspondente ao advento da República, em que “[...] o poder público assume a tarefa de organizar e manter integralmente escolas tendo como objetivo a difusão do ensino a toda a população” (SAVIANI, 2005, p.10), sendo a educação uma questão pública, não mais de fé sobre a custódia de entidades religiosas.

Ao propor uma escola detinada a “todas” as pessoas, o Estado está representando seu papel no sistema capitalista, propagando a própria lógica dessa sociedade, visto que essa educação se dará de forma diferenciada, pois deverá atender os indivíduos da sociedade de acordo com as circunstâncias e o destino de cada um. Assim,

²¹ Para Marx, a ideologia é um instrumento de dominação de classe porque a classe dominante faz com que suas idéias passem a ser idéias de todos. Desse modo “A ideologia é uma consciência equivocada, falsa, da realidade. Desde logo, porque os ideólogos acreditam que as idéias modelam a vida material, concreta, dos homens, quando se dá o contrário: de maneira mistificada, fantasmagórica, enviesada, as ideologias expressam situações e interesses radicados nas relações materiais, de caráter econômico, que os homens, agrupados em classes sociais, estabelecem entre si. Não são, portanto, a idéia Absoluta, o Espírito, a Consciência Crítica, os conceitos de Liberdade e Justiça, que movem e transformam as sociedades. Os fatores dinâmicos das transformações sociais devem ser buscados no desenvolvimento das forças produtivas e nas relações que os homens são compelidos a estabelecer entre si ao empregar as forças produtivas por eles acumuladas a fim de satisfazer suas necessidades materiais. Não é o Estado, como pensava Hegel, que cria a sociedade civil: ao contrário, é a sociedade civil que cria o Estado” (MARX, 1968, p. 11).

²² Cabe ressaltar, que o advento da escola laica européia acontece em 1880, fato esse que refletiu mundialmente, porém foi apenas uma transação. “[...] Depois da Revolução Francesa, a restauração monárquica foi acompanhada em todas as partes por uma feroz reação nas escolas. Uma reação que provocou por sua vez, da parte da burguesia liberal, um ódio à igreja. [...] era inimiga da igreja, mas, ao mesmo tempo, necessitava dela. Inimiga na medida em que pretendia realizar os seus negócios sem a interferência desse “sócio” de má “fé”. A escola Laica que resultou desse conflito estava muito longe de ser revolucionária: ela pretendia tão somente regulamentar o ensino religioso ministrado nas escolas, de modo a evitar conflitos no seio de uma instituição que era freqüentada por burgueses pertencentes a vários credos” (PONCE, 1991, p. 153, 154).

[...] o colono deve ser instruído para ser colono, e não para ser magistrado. Assim, o artesão deve na infância uma instrução que possa afastá-lo do vício e conduzi-lo à virtude, ao amor à Pátria, ao respeito às leis, uma instrução que possa facilitar-lhe o progresso na sua arte, mas nunca uma instrução que possibilite a direção dos negócios da Pátria e a administração do governo. Em resumo, para ser universal, a educação pública deve ser tal que, tôdas as classes, tôdas as ordens do Estado dela participem, mas não uma educação em que tôdas as classes tenham a mesma parte (PONCE, 1963 p.134).

O discurso liberal²³ coloca o Estado acima das classes sociais, dando ênfase em sua neutralidade, no entanto para o sistema capitalista, a educação sob o controle do Estado é uma garantia de que os interesses da classe dominante não sofram interferências, pois numa sociedade repleta de contradições, que cria “direitos” e se faz “democrática”, explorando uma classe oprimida pelo próprio benefício da classe dominante, e o interesse da maioria da massa está longe de alcançar as condições mínimas oferecidas pelo chamado “direitos iguais e para todos”.

²³ Liberalismo: Doutrina que tomou para si a defesa e a realização da liberdade no campo político. Nasceu e afirmou-se na modernidade e pode ser dividido em duas fases: 1º do século XVIII, caracterizado pelo individualismo; 2º o século XIX, caracterizado pelo estatismo (ALBBAGNANO, 2007, p. 697). Para o “[...] primeiro liberalismo a palavra liberal denota com quatro significados que se podiam combinar entre si de diferentes modos: 1 – Liberal, para a nossa classe dominante até meados do século XIX, pôde significar conservador das liberdades, conquistadas em 1808, de produzir, vender e comprar; 2- Liberal pôde, então significar conservador da liberdade, alcançada em 1822, de representar-se politicamente: ou, em outros termos, ter direito de eleger e de ser eleito na categoria de cidadão qualificado; 3- Liberal pôde, então significar conservador de liberdade (recebida como instituo colonial e relançada pela expansão agrícola) de submeter o trabalhador escravo mediante coação jurídica; 4- Liberal pôde, então significar capaz de adquirir novas terras em regime de livre concorrência, ajustando assim o estatuto fundiário da Colônia ao espírito capitalista da Lei de Terras de 1850. 2 - O “novo liberalismo” referido por Bosi tinha como bandeira a abolição da escravatura e a introdução do trabalho assalariado no Brasil. Esse segundo liberalismo impõe-se sobre o anterior a partir de 1868, data que a historiografia assinala “como o grande divisor de águas entre a fase mais estável do Segundo Império e a sua longa crise que culminaria, vinte anos mais tarde, coma Abolição e República” (SAVIANI, 2008, p. 161-162). Nesta pesquisa considerou-se o liberalismo como “[...] expressão necessária do capitalismo e assim, tanto quanto este, também o primeiro se diversifica em razão das contradições próprias do capitalismo e tal diversificação é expressa, no plano ideológico, pelo que consideramos as derivações do liberalismo: o neocapitalismo e o neoliberalismo” (SANTANA, 1996, p.2)

1.4 A escola pública no Brasil e a criação dos Grupos Escolares

O projeto republicano de educação no Brasil tinha como objetivos: a “erradicação” do analfabetismo; a difusão do ensino profissionalizante; e a instrução da população com objetivos políticos e “democráticos”, ou seja, “[...] *é pelo ensino primário que o cidadão habilita-se para o exercício do voto*²⁴, *que muito breve, estará generalizado*” (Jornal - Província do Paraná, 1882, p. 1).

A educação foi colocada pelos republicanos como a salvação do país, visto que a grande maioria da população, no final do século XIX, era analfabeta. A institucionalização da educação pública no Brasil se dá com os primeiros grupos escolares, surgidos das leis de 1893, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, criados para atender em um só local de quatro a dez escolas públicas isoladas, os grupos escolares substituíram o caráter multisseriado de aulas da casa-escola,²⁵ chamadas também de “[...] primeiras letras, eram classes isoladas ou avulsas e unidocentes, ou seja, regida por um professor, que ministrava o ensino elementar a um grupo de alunos em níveis ou estágios diferentes” (SAVIANI, 2008, p. 172).

Diferentemente da casa-escola, os Grupos Escolares foram organizados de maneira a serem modernos e impetuosos, eram vistos como uma repartição pública, regida por horários, hierarquias de funções e divisão dos alunos em classes distintas, uma para atender os meninos e outra para atender as meninas. Note-se que de

[...] quatro a dez escolas isoladas podia ser formado um grupo escolar. E as classes seriam formadas em 1º, 2º, 3º e 4º anos do curso preliminar, com um número de 40 alunos por classe e um professor para cada turma (NASCIMENTO, 2006, p. 334).

Criados para a realização da instrução primária, os grupos escolares foram construídos como verdadeiros templos do saber, “[...] encarnavam, a um só tempo,

²⁴ Questão correlata à escolar foi o voto do analfabeto, também amplamente discutida no final do império e que se consubstanciou no projeto de reforma eleitoral apresentado pelo conselheiro José Antonio Saraiva em 1880. Além das eleições diretas, o projeto preconizava a exclusão do voto do analfabeto (SAVIANI, 2008, p. 164).

²⁵ Eram escolas que atendiam a população que vivia à margem das colônias. Funcionavam nas casas dos professores ou, sobretudo nas fazendas, em espaços precários. Tal método consistia em que o professor, mesmo quando tinha vários alunos, acabava por ensinar a cada um deles individualmente. Na verdade, era o método por excelência da instrução doméstica, aquela que ocorria em casa, onde a mãe ensinava aos filhos e às filhas, ou os irmãos que sabiam alguma coisa ensinavam àqueles que nada sabiam (FARIA FILHO, 2000, p. 140).

tudo um conjunto de saberes, de projetos político-educativos, e punham em circulação o modelo da educação do século XIX: o das escolas seriadas” (FARIA FILHO, 2000, p. 147).

No entanto, a esses grupos escolares nem todos tiveram acesso²⁶, pois os mesmos estavam localizados em regiões centrais e urbanas, distantes da população pobre que vivia na área rural, de maneira que uma grande quantidade de alunos não foi atendida. Percebe-se pelo quadro abaixo que a criação dos grupos escolares em cada Estado do país ocorreu de maneira lenta.

Quadro II – Os primeiros Grupos Escolares no Brasil

Estado	Ano de criação
São Paulo	1894 – “Grupo Escolar Modelo”
Rio de Janeiro	1897 – “Grupo Escolar Benjamim Constant”
Maranhão	1903 – “Grupo Escolar Benedito Leite”
Paraná	1903 – “Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva”
Minas Gerais	1906 – “Grupo Escolar José Rangel”
Bahia	1908 – “Grupo Escolar da Penha”
Rio Grande do Norte	1908 – “Grupo Escolar Augusto Severo”
Mato Grosso	1910 – “Grupo Escolar Modelo – Barão de Melgaço”
Paraíba	1916 – “Grupo Escolar Thomaz Mindello”
Santa Catarina	1911- “Grupo Escolar Vidal Ramos”
Sergipe	1911- “Grupo Escolar Modelo – General Siqueira”
Piauí	1922 – “Grupo Escolar Miranda Osório”

Fonte: Elaborado pela autora com base em Saviani (2008, p.174).

O Estado de São Paulo foi o primeiro a implantar a primeira escola e organizar a documentação da escola pública, por meio da criação e da institucionalização do primeiro “Grupo Escolar Modelo” do Brasil, em 1894, anexado à escola Normal de São Paulo. Criado nos moldes educacionais empreendidos nos

²⁶ A expansão da educação pública fora prometida desde as primeiras manifestações da “propaganda republicana”, na década de 1870. Muito comentada pouco difundida, essa escola “de massas” foi novamente anunciada na abertura do século XX e efetivamente se expandiu um pouco mais, depois de algumas reformas educacionais da década de 1920. Todavia, uma expansão efetiva e contínua na oferta de vagas públicas só se verifica com números mais expressivos depois da década de 1930 (FREITAS, 2009, p.12).

países europeus e nos Estados Unidos, o primeiro grupo escolar paulista organiza-se de maneira a atestar dois requisitos básicos:

[...] a) organização administrativa e pedagógica do sistema em sua totalidade, o que implica a criação de órgãos centrais e intermediários de formulação das diretrizes e normas pedagógicas bem como a inspeção, controle e coordenação das atividades educativas; b) a organização das escolas na forma de grupos escolares, superando por esse meio, a fase das cadeiras e classes isoladas, o que implicava a dosagem e graduação dos conteúdos distribuídos por séries anuais e trabalhados por um corpo relativamente amplo de professores que se encarregavam do ensino de grande número de alunos (SAVIANI, 2004, p.10).

Entretanto é preciso deixar evidente que mesmo com esse aparato legal nem todas as crianças tiveram acesso aos grupos escolares.

Nessa nova lógica de “progresso”, baseado na divisão social do trabalho, o analfabetismo é visto como uma praga a ser “erradicada” do país, visto que a prioridade era a urgência em elaborarem-se possíveis reformas educacionais. Para tanto, promover a reforma educacional “[...] ajustando os “homens às novas condições e valores de vida” implicava promover uma mudança de mentalidade no trato das questões educacionais, envolvendo estratégias de impacto na opinião pública” (idem, 2004, p. 233).

Com o intuito de se “transformar” a realidade existente, a escola pública atuava alfabetizando para a participação nas decisões governamentais, de modo que o regime republicano brasileiro proclama “[...] como sua tarefa fundamental a intenção de ser um governo do povo, e busca legitimar-se reivindicando para si a realização da liberdade e da igualdade por meio da realização da cidadania (MORAES, 2006, p.148).

Capacitar, mesmo que precariamente para o mercado de trabalho, sendo a educação das massas, voltada apenas para suprir aos interesses da lavoura com o intuito de formar braços ou operários, homens de utilidade prática para a produção do café, eis uma das grandes finalidades dos ideais educacionais republicanos.

Com a substituição do trabalho escravo pelo livre evidencia-se a preocupação dos republicanos: o que fazer com esses ex-escravos que passaram a fazer parte da população brasileira? Como prepará-los para o sistema capitalista?

Percebe-se que para os negros e para os pobres teria que ser implantada uma escola diferenciada, que atendesse as necessidades básicas do capitalismo, ou seja, preparar para o trabalho. Entretanto após a abolição efetiva, em 1888, a

[...] crença de que a liberdade gradativa dos escravos deveria ser acompanhada da presença da escola para transformar “os ingênuos e os homens livres, parasitas da grande propriedade e da natureza pródiga, em trabalhadores submetidos às regras do capital [...] não se efetivou e, surpreendentemente, essas discussões desapareceram (SCHELBAUER, 1998, p. 52).

A educação voltada para a formação dos ex-escravos deixa de ser colocada como necessária quando ocorre a substituição do trabalho escravo pelo trabalhador livre, e à medida “[...] que os imigrantes se integravam às fazendas de café garantindo a continuidade da produção, os apelos à criação de colônias agrícolas, fazendas-escolas e colônias orfanológicas deixaram de ecoar” (SAVIANI, 2008, p. 164).

Desse modo as Escolas de Aprendizizes, já enunciadas no Congresso Agrícola de 1878 como uma boa estratégia para uma transição segura do sistema de trabalho escravo para o livre, são criadas apenas em 1909²⁷. Para essas escolas seriam destinados os órfãos e os ingênuos²⁸, cuja educação deveria ser acompanhada para que não houvesse desvios de conduta, tornando-os proveitosos para o trabalho agrícola. O ensino técnico e profissional não era propriamente um programa voltado para a educação, mas uma maneira de dar assistência aos necessitados promovendo sua regeneração por meio do trabalho.

Entende-se que o governo tinha o objetivo de ministrar o ensino profissional a uma determinada parcela da população brasileira que considerava à margem da sociedade, e, portanto desvinculada da produção do sistema capitalista. Educar nessa circunstância presume, para as classes populares, uma instrução que não ultrapasse os limites do aprendizado do saber ler, contar e escrever, nesse sentido a

²⁷ As Escolas de Aprendizizes Artífices foram as primeiras instituições de ensino técnico criadas pelo governo federal em 23 de setembro de 1909 por meio do Decreto nº 7.566, sendo criadas em 1909/1910 quatorze (14) escolas em várias capitais brasileiras

²⁸ Ingênuos – com a lei do Ventre Livre de 1871, as crianças que nasciam de mãe escrava passavam a ser livres, no entanto sob tutela do senhor de sua mãe até 21 anos. Órfãos eram as crianças pobres, sem família, que viviam nas ruas.

escola pública, gratuita, laica e obrigatória do século XIX, deveria instruir para a manutenção da ordem existente.

Note-se que a disciplina de educação moral e cívica, proposta pela república nesse período, tinha como objetivos difundir o amor a pátria ao mesmo tempo em que preparava a população para o trabalho, de maneira a evitar o desvio²⁹ de conduta da grande massa livre da população brasileira.

²⁹ No sentido de se evitar a organização de grupos, desfavoráveis ou descontentes com as ideias republicanas.

CAPITULO II

OS CAMPOS GERAIS - PR E A FORMAÇÃO DA CIDADE DE PALMEIRA

A história não é mais do que a sucessão das diferentes gerações, cada uma delas explorando os materiais, os capitais e as forças produtivas que lhes foram transmitidas pelas gerações precedentes; por este motivo, cada geração continua, por um lado, o modo de atividade que lhe foi transmitido, mas em circunstâncias radicalmente transformadas e, por outro, modifica as antigas circunstâncias dedicando-se a uma atividade radicalmente diferente (MARX e ENGELS, 1975, p. 21).

2.1 A sociedade paranaense no final do século XIX

FIGURA 1

Ciclo ervateiro em Palmeira (final do séc. XIX)



Fonte: Museu Histórico Astrogildo de Freitas – Palmeira/PR

As transformações ocorridas no Brasil, na segunda metade do século XIX, com o fim do período imperial; o aumento das exportações de café; a gradativa

abolição da escravidão e a introdução do trabalhador assalariado, fatores já citados anteriormente, acarretaram mudanças também no Paraná.

A mudança de Província para Estado, fora uma das conseqüências das transformações ocorridas entre 1888 e 1891. O controle do governo do estado, até então realizado pela aristocracia imperial, passa a ser representado pela burguesia regional, que interfere diretamente na economia promovendo isenções e apoiando diversas atividades capitalistas, visto que com a “[...] proclamação da República, visando dinamizar a vinda de imigrantes europeus, tentou-se pôr a colonização e a imigração debaixo da tutela dos Estados” (PETRONE, 1997, p.95)

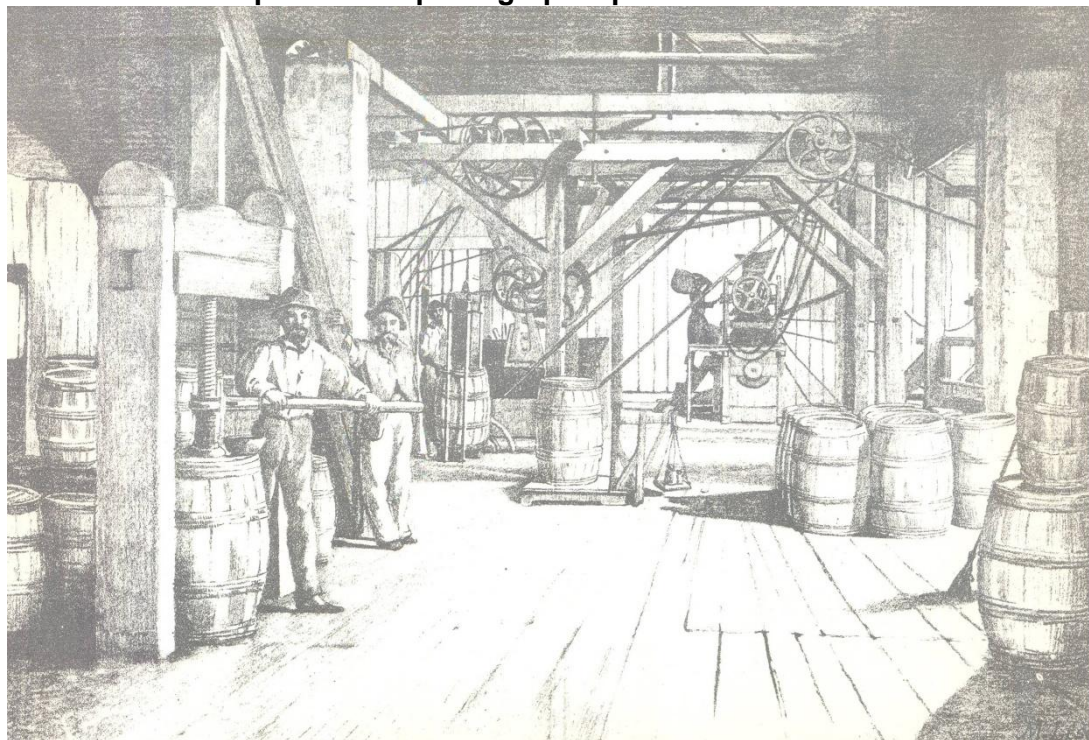
A economia paranaense no século XIX, de modo geral, estava voltada para o setor de subsistência, da exploração do pinho, e da exportação da erva-mate³⁰ que se constituía em uma de suas principais atividades econômicas.

E' este produto da industria extractiva, que constitue o principal e quasi unico artigo de exportação desta província, representando nella actualmente operações no valor de quatro mil contos de réis approximadamente por anno. As arvores nascem espontaneamente desde o planalto de Curityba e acompanham a vegetação dos pinheiros por todas as localidades da província, em que existem mattas e ha geadas. Nas mattas do Triumpho, Carrapatos, Ipyranga e nos valles dos rios Iguassú, Negro, Ivahy e Paraná existem os maiores herbaes. Nos campos, isoladamente, não se encontra o Ilex Matte, pelo que depreheende-se que esta arvore necessita de sombra, certo gráo de humidade, húmus e protecção contra a acção das geadas para o seu nascimento e desenvolvimento. Depois que conseguem a altura de um metro resistem a acção do sol e do inverno, como se pode observar em nosso Passeio Público, nas chacaras do Barão de Capanema, do Comendador Fontana e algures mais.[...] O seu consumo actual póde se calcular em cerca de cincoenta milhões de kilogramas com um valor de vinte milhões de francos. As republicas Argentina, Oriental do Uruguay e do Chile são os principais consumidores desse producto. (A Galeria Ilustrada (1888-1889), 1979, p.67).

O trabalho de preparo do mate³¹, até então realizado em sua grande maioria pelos escravos, passa a ser realizado pelo trabalhador assalariado, principalmente pelo imigrante.

³⁰ A erva-mate é originária das folhas de uma árvore nativa das florestas subtropicais, sua área natural abrange o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, sul do Mato Grosso do Sul, Paraguai e algumas regiões da Argentina, primeiramente utilizada pelos índios Guaranis em forma de chá, a erva-mate também é consumida em forma de fusão com água quente (chimarrão) ou fria (tererê).

FIGURA 2
Interior do Engenho de Mate Tibagy – propriedade de Barão do Serro Azul
Cópia de uma photographia por Marcos Leschud.



Fonte: Edição FAC-Similar da Revista Publicada em Curitiba (1888-1889), 1979, p. 87)

Os engenhos de erva-mate passam por mudanças e aprimoramentos, devido ao aumento da concorrência com a Argentina, às etapas de elaboração sofrem alterações, a qualidade da produção e a redução nos custos com o uso das máquinas a vapor ocasionam o fim do gosto da fumaça e o melhor armazenamento do produto em barricas de madeira com rótulos impressos.

Os engenhos de soque à força humana escrava foi substituído pelo engenho hidráulico que, por sua vez, deu lugar ao engenho a vapor. As transformações tecnológicas operaram na empresa ervateira durante o século como um componente natural o processo de expansão da economia do mate (IANNI, 1988, p. 83).

Cabe ressaltar que a sociedade paranaense, como a do restante do país teve sua economia baseada no trabalho realizado por homens livres e escravos, apesar

³¹ No Paraná a atividade inicial da elaboração do mate era de caráter extrativista, passando por várias fases durante o preparo do mate: 1ª etapa – corte dos galhos da árvore; 2ª etapa – tosta dos galhos no fogo; 3ª etapa – secagem dos galhos; 4ª etapa - trituração, após a secagem os galhos eram malhados até tornarem-se um pó de folhas e gravetos; 5ª etapa – peneiramento para retirar resíduos maiores.

de no Paraná, se comparado com o trabalho escravo nas lavouras de plantações de café em São Paulo, o número de escravos não era expressivo.

Como citado anteriormente, os trabalhadores europeus eram vistos como superiores por serem “dotados” de uma inteligência e força espiritual elevada. Já os negros, mulatos, mestiços, etc., eram considerados como aqueles que “[...] pertencem ao “outro” grupo, à outra camada social; são aqueles que possuem faculdades intelectuais e morais diferentes do branco; que devem ser utilizados por este nos trabalhos menos ‘dignos’” (IANNI, 1988, p. 218).

Com a substituição do escravo pelo trabalhador livre, ocorre a implantação de uma agricultura familiar baseada na pequena propriedade cujos espaços territoriais, destinados à formação das colônias, foram ocupados por imigrantes estrangeiros vindos de diferentes países. O incentivo à imigração vinha ao encontro dos sonhos de se ter uma pequena propriedade onde todos pudessem “[...] trabalhar sem patrão, como melhor lhes aprouvesse. Era a ideologia do camponês europeu em geral: o ideal do imigrante era ser dono de um pedaço de terra e dela tirar o sustento da família” (KREUTZ, 1985, p.64).

Paralelamente ao incentivo à imigração no Brasil, a Europa passava por grandes mudanças, tanto econômicas quanto políticas e sociais, fatores esses que facilitaram a emigração. Com a industrialização iniciada no século XVIII grande parte da população rural se desloca para os centros urbanos, fator que veio desencadear a falta de emprego, e como consequência a fome e a miséria. Os Alemães começaram um intenso movimento emigratório na década de 1880³² devido ao grande progresso da indústria, a Alemanha se destaca por iniciar o fenômeno da imigração antes de outros países europeus.

³² Cabe ressaltar que o período delimitado da pesquisa abrange o final do século XIX e o início do século XX, trata-se então da segunda leva de imigrantes alemães chegados ao Brasil, já que a chegada da primeira leva ocorreu na primeira metade do século XIX.

FIGURA 3
**Arredores de Curitiba – Casa de Colonos
Original de Marcos Leschud.**



Fonte: Edição FAC-Similar da Revista Publicada em Curitiba (1888-1889), 1979, p. 403)

O grande fluxo de imigrantes alemães se deu por problemas econômicos, raros os que migraram por motivos políticos e religiosos, pois o aumento da população e o retardamento da indústria alemã que não acompanhava o desenvolvimento da indústria inglesa, devido a localização geográfica “[...] desfavorável do país em relação ao Atlântico – então a grande estrada do comércio mundial – e as constantes guerras em que a Alemanha se envolvia desde o século XVI” (KREUTZ, 1985, p.4), ampliaram as desigualdades sociais existentes.

Os imigrantes de origem alemã integraram o processo de colonização do sul do Brasil estabelecendo-se nas cidades de Blumenau, Joinville, São Leopoldo, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba no Paraná. Vale ressaltar que foram os alemães os primeiros imigrantes não portugueses a fundar uma colônia no Paraná. A colônia de Rio Negro, assim denominada, abrigou mais de 300 colonos alemães em 1829.

FIGURA 4
Alemães chegando ao Brasil (1870)



Fonte: Museu Histórico Astrogildo de Freitas – Palmeira/PR

Os Russo-Alemães³³ chegaram ao Paraná por volta de 1870, de origem alemã, porém vindos da Rússia, foram por muitas vezes confundidos com imigrantes alemães. Com a guerra dos trinta anos (1618 - 1648) e a guerra dos sete anos (1756-1763), a Alemanha passa por um desastre econômico, a agricultura já não era mais uma alternativa de vida, devido à contínua produtividade do solo durante as guerras, já não se produzia o necessário para a sobrevivência das pessoas, de maneira que um grande número de alemães deslocou-se para a região do Baixo Volga na Rússia. Após cem anos vivendo em território russo os descendentes desses imigrantes começaram a imigrar novamente, os destinos foram diversos, alguns voltaram para a Alemanha, outros foram para os Estados Unidos, para Argentina, e outros grupos vieram para o Brasil.

Os Italianos que chegaram ao Brasil em 1890³⁴, liderados por Giovanni Rossi, após desembarcarem no Rio de Janeiro, deslocaram-se para o Paraná para

³³ Em 1878 é fundada em Palmeira a primeira colônia de imigrantes europeus, a “Colônia Sinimbu”, composta por imigrantes russo-alemães oriundos da região do baixo Volga na Rússia.

³⁴ Os primeiros grupos de imigrantes Italianos que se estabeleceram no Paraná antes de 1890, fundaram as colônias de “[...] Alfredo Chaves, hoje Colombo, Santa Felicidade, Senador Dantas, hoje bairro de Curitiba com o nome de Água Verde e Nova Tirol, atualmente Piraquara.” (WACHOWICZ, 1977, p. 115).

instalarem-se na região de Palmeira nos Campos Gerais onde criaram a colônia anarquista de Cecília, que durou até 1894. Tinham como ideal uma sociedade socialista, baseada na produção coletiva, onde a família era vista como a raiz de todo o egoísmo humano, e, portanto deveria ser eliminada.

FIGURA 5

Ercolina Dell' Frate com Piero e os filhos Palmira, Ugo e Gea – descendentes da Colônia Italiana Cecília



Fonte: Museu Histórico Astrogildo de Freitas – Palmeira/PR

A imigração Polonesa, assim como a alemã, tem seu auge também na década de 1880 devido a fenômenos climáticos que prejudicaram por vários anos as colheitas de alimentos, aumentando a miséria e como consequência o aumento das epidemias e da fome, sendo a população pobre a mais prejudicada. Outro fator que também contribuiu para a imigração do camponês polonês fora “[...] o maior recrutamento para o exército prussiano, envolvido em inúmeras guerras externas. Esta conjuntura impulsionará os pioneiros silesianos da aldeia de Siolkowice para o Brasil” (WACHOWICZ, 1981, p. 37). Pioneiros no transporte realizado por carroças, a partir de 1871 chegam ao Paraná, mais precisamente na cidade de Curitiba, os primeiros poloneses, procedentes de Santa Catarina lugar onde tiveram dificuldades de adaptação. Em 1890 chega uma nova leva de imigrantes da Polônia, aproximadamente quatrocentos e noventa pessoas, na cidade de Palmeira – PR nas

comunidades de: Santa Bárbara, Orleans, Santa Cândida, Malet, Iratí, Ivaí, São Mateus do Sul, entre outras.

FIGURA 6

Poloneses no porto de Paranaguá - 1900



Fonte: Museu Histórico Astrogildo de Freitas – Palmeira/PR

A localização do espaço físico destinado para a formação das colônias de imigrantes foi determinada segundo funções da grande propriedade rural já existente na Província, a área reservada aos colonos eram aquelas desprezadas, tanto pela localização quanto pela capacidade de produção agrícola, em regiões bem distantes das fazendas.

Nas colônias de imigrantes europeus, fixadas no Paraná no final do século XIX, com o aumento da produção da erva-mate produzida para a exportação, beneficiou a economia da região, “[...] os colonos que se encontravam mais no interior puderam dividir seu tempo entre agricultura de subsistência e a extração de folhas de erva-mate, aumentando substancialmente sua renda” (FURTADO, 1967, p.153). Para os colonos que viviam nas regiões litorâneas, a expansão das exportações da erva-mate propiciou a expansão do mercado urbano.

FIGURA 7

Carroção russo-alemão em Palmeira/PR

Fonte: Museu Histórico Astrogildo de Freitas – Palmeira/PR

Os imigrantes que trabalhavam com o transporte da erva-mate foram os russo-alemães que,

[...] encarregando-se do transporte do produto em carroções cobertos de toldos de lona alcatroada e que dominaram, pelo menos por meio século, as estradas do interior do Paraná. Eram grandes carros de quatro rodas, puxados por oito ou dez alimárias, que traziam cerca de 1.500 Kg de carga útil, seguramente protegida contra as intempéries e propiciavam ao carroceiro abrigo de relativo conforto e um ambiente. Esse transporte era feito do interior para o local dos engenhos, quase todos já sediados em Curitiba, e daqui para o pôrto, pela Estrada da Graciosa, por onde chegaram a trafegar cêrca de 1.200 dêsses carroções, em determinado ano (LINHARES, 1969, p. 195).

Utilizando carroças, os colonos poloneses também transportavam a erva-mate do interior para os moinhos de beneficiamento de Curitiba. Após a entrega do mate, os colonos compravam mercadorias que seriam revendidas. Com o desenvolvimento da produção agrícola nas colônias, desenvolveu-se também o comércio e o artesanato realizado pelos imigrantes.

O trabalho do camponês agricultor estava voltado para o sustento de sua família, bem como para venda de seus produtos excedentes com o intuito de adquirir outros produtos para seu consumo, para suprir suas necessidades básicas. “Certamente a contribuição dos imigrantes foi significativa para a economia regional pela produção de gêneros alimentícios para as cidades e de matéria-prima para as indústrias em franco desenvolvimento” (KREUTZ, 1985, p. 68).

No entanto, é preciso salientar que as dificuldades encontradas pelos imigrantes que se estabeleceram nos núcleos colônias foram muitas, principalmente no início da formação das colônias, visto que,

[...] as estradas eram péssimas e o afastamento de centros consumidores tornavam, não raro, o escoamento da produção inviável. Além do mais, justiça, escola e igreja eram muitas vezes inacessíveis devido ao isolamento dos núcleos coloniais. A falta de recursos de muitos imigrantes tornavam os primeiros tempos penosos, principalmente quando vinham atraídos por promessas mirabolantes. Instalados em meio à floresta, sem contar com infraestrutura viária e sem auxílio nenhum, não foram poucos os que abandonaram seu lote à procura de melhores condições nas cidades (PETRONE, 1997, p.123).

Percebe-se que a transferência do trabalho escravo para o trabalho livre foi um fenômeno que modificou o estado do trabalhador, porém não implicou na transformação da estrutura econômica da sociedade, pois

[...] o trabalhador livre, em face do antecessor escravizado, é o produto de uma verdadeira revolução no modo de produção, mas é ainda um trabalhador com possibilidades escassas de beneficiar-se do próprio trabalho. O domínio da sociedade continua nas mãos dos proprietários dos meios de produção. A sociedade continua, por isso, seccionada em camadas sociais hierarquicamente distribuídas (IANNI, 1988, p.251).

O valor da força de trabalho é vista de maneira enganosa, pois dentro “[...] do sistema do salariado, até o trabalho não remunerado parece trabalho pago. Ao contrário, no trabalho dos escravos parece ser trabalho não remunerado até a parte do trabalho que se paga” (MARX, 1996, p. 100). Ou seja, o trabalhador escravizado não trabalhava totalmente de graça, visto que tinha que manter seu

sustento, porém era um trabalho tirado-lhe à força; já o trabalhador livre e assalariado, que oferece seu trabalho “voluntariamente”, é quem trabalha além de sua jornada diária produzindo a mais-valia³⁵, e de forma alienada acredita que todo seu trabalho está sendo pago.

O país iniciava um novo regime político, no entanto “[...] a economia ainda estava baseada na produção agrária e na exportação de bens primários, especialmente o café, e dependia da mão de obra dos ex-escravos, dos caboclos e dos imigrantes” (NASCIMENTO, 2008, p. 92). Desse modo fazia-se necessário acabar com o analfabetismo, bem como preparar esses trabalhadores por meio de uma escola que ofertasse uma educação elementar.

Como citado anteriormente, o período republicano no Brasil é marcado pela criação dos grupos escolares. No Paraná, não diferentemente do restante do país, onde a população é formada por classes antagônicas, a escola apresentava-se “[...] como instituição estatal pública e gratuita, que cumpria funções sociais determinadas, sem deixar aparentes as desigualdades que se solidificaram durante a República.” (idem, 2006, p. 325). A escola pública e gratuita surge com a criação do primeiro Grupo Escolar paranaense em 1903, o “Dr. Xavier da Silva”, inaugurado em Curitiba. Projetado por Victor do Amaral³⁶, o grupo escolar contava com “[...] três escolas para cada sexo, num total de seis escolas reunidas, funcionando da seguinte forma: duas para a 1ª série do 1º grau, duas para a 2ª série do 1º grau e mais duas para ambas as séries do 2º grau” (OLIVEIRA, 1994, p.116).

³⁵ A mais-valia é a parte do valor total da mercadoria em que se incorpora o trabalho não remunerado, ou seja, o lucro. O valor de uma mercadoria se determina pela *quantidade total de trabalho* que encerra. Mas uma parte dessa quantidade de trabalho representa um valor pelo qual se pagou um equivalente em forma de salários; outra parte se materializa num valor pelo qual *nenhum* equivalente foi pago. Uma parte do trabalho incluído na mercadoria é trabalho *remunerado*; a outra parte, trabalho *não remunerado*. (MARX, grifos do autor, 1996, p. 102).

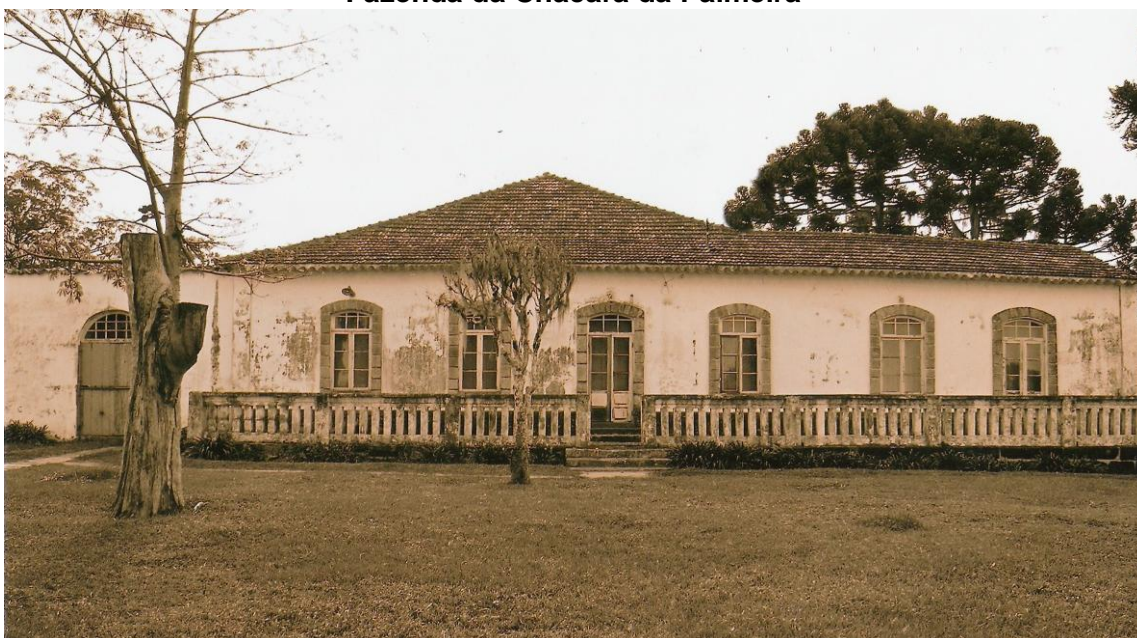
³⁶ Professor e Diretor Geral da Instrução Pública, Victor Ferreira do Amaral, em sua gestão em 1903, cria o Grupo Escolar Xavier da Silva após visita a São Paulo quando conheceu os grupos escolares modelo.

2.2 A formação da cidade de Palmeira

Assim como toda a região dos Campos Gerais, o município de Palmeira³⁷ foi formado no século XIX pelo tropeirismo. A economia se desenvolvia por meio da criação de gado, atividade essa, rendosa para os proprietários de terras que formavam a elite agrária da região. Entre os principais representantes dessa elite tradicional da região de Palmeira pode-se citar o Barão de Tibagi, e seu filho o Conselheiro Jesuíno Marcondes.

FIGURA 8

Fazenda da Chácara da Palmeira



Fonte: Museu Histórico Astrogildo de Freitas – Palmeira/PR

A fazenda da Palmeira; a Fazenda Conceição e a Fazenda Santa Cruz foram as primeiras da região. Os campos que rodeavam a Fazenda da Palmeira, referência para as tropas, eram pouso obrigatório de todos os que vinham do Sul ou de Curitiba e se destinavam à Capital da Província de São Paulo, ou vice-versa. A casa da antiga fazenda,

³⁷ O município limita-se ao Norte com o Município de Ponta Grossa; ao Sul com o município de São João do Triunfo, Lapa, Porto Amazonas; a Oeste com o Município de Teixeira Soares e a Leste com o Município de Campo Largo e Balsa Nova (MAYER, 1992, p.1).

[...] amparava-se naquelle capão de altos e ralos pinheiros, e tinha, ao lado, aquelle mesmo grupo de frondosas árvores, tornejando alto bloco de pedra; grupo e capão que, de grande distancia, quase que desde a Serrinha, apparecem aos olhos dos viajantes, como marcos localizadores de Palmeira (MARCONDES, 1926, p. 15).

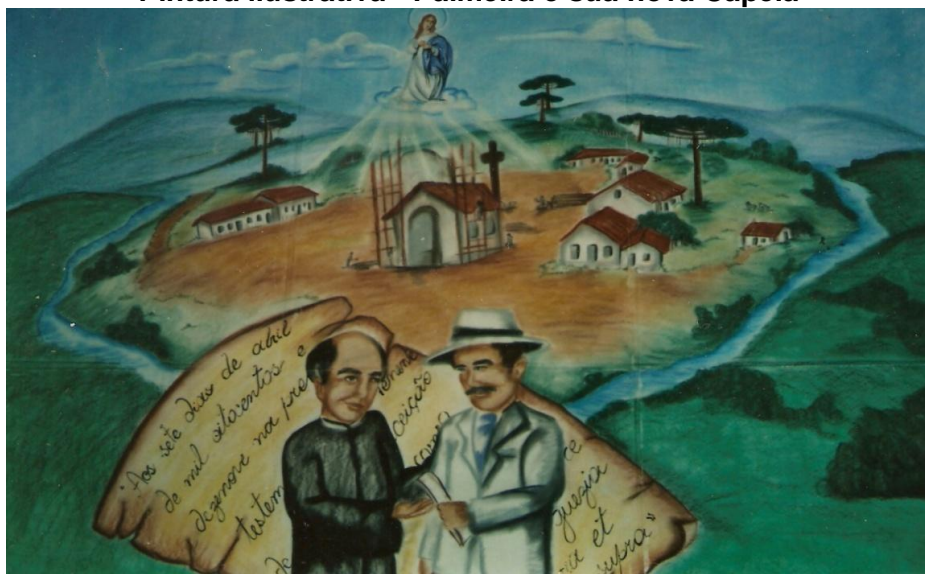
O desenvolvimento populacional de Palmeira, no século XIX, se deu com os casamentos entre as filhas dos fazendeiros locais com os tropeiros de diferentes regiões do país que por ali passavam, formando assim os primeiros núcleos coloniais da região. Com a doação de terras feita pelo Tenente Manoel José de Araujo e Anna Maria da Conceição de Sá, proprietários da Fazenda Palmeira, ao vigário padre Antonio Duarte de Passos, dá-se a construção da primeira igreja que deu início a fundação da Freguesia de Palmeira.

Com a transferência da Freguesia de Tamanduá³⁸ para a Freguesia da Palmeira, e com a inauguração da nova capela que abrigaria a imagem de “Nossa Senhora da Conceição”, dá-se a fundação oficial da cidade no dia 07 de abril de 1819, data essa que marca o início da Freguesia Nova de Nossa Senhora da Conceição da Palmeira³⁹. A população que vivia nos núcleos colônias foi gradualmente se transferindo para o novo povoado, não só em virtude da construção da nova igreja, como também em busca de melhores condições de vida.

³⁸ Ver: FREITAS, 1984; MAYER, 1992; SCHNELL, 2004.

³⁹ Palmeira até 1854 fez parte da comarca de Curitiba, e com o desmembramento do “[...] território paranaense da Província de São Paulo, fundada a Província do Paraná, instala-se a comarca de Castro que, desmembrada de Curitiba, leva consigo o território de Palmeira, até 1870; desta data até 1875, Palmeira passa a integrar a comarca da Lapa, depois a de Campo Largo, para, em 1881, pertencer à comarca de Ponta Grossa. Em 23 de outubro de 1889 é criada a comarca de Palmeira, instalada a 1º de março de 1890, porém novamente rebaixada a termo judiciário, subordinada a Ponta Grossa, pelo decreto de 6 de junho de 1891. Sua autonomia foi restaurada apenas em 8 de março de 1899” (MELLO NETO, 1998, p. 92).

FIGURA 9
Pintura ilustrativa - Palmeira e sua nova Capela



Fonte: Museu Histórico Astrogildo de Freitas – Palmeira/PR

As mudanças na freguesia ocorreram lentamente, a economia de Palmeira, que tinha como base estrutural a agropecuária realizada nas fazendas, no final do século XIX com a decadência do tropeirismo, ocasionado pela substituição do transporte animal pelo transporte ferroviário, passa a ser urbana, uma vez que

[...] não coube à cidade de Palmeira o privilégio de possuir terras férteis de grande produtividade agrícola, como as do norte e este do Paraná. Possuidora, todavia, de um dos melhores climas do Estado, de vastas áreas de campos nativos, a Palmeira se foi consolidando, então fomentada pela florescente industrialização da erva-mate, seguida, gradativamente pela fase madeireira (FREITAS, 1981, p.6).

Com a construção da estrada de ferro em 1894, ligando Restinga Seca a Palmeira e um ano mais tarde Palmeira a Curitiba, a cidade passa a conviver com os trens e com o movimento de pessoas que passaram a realizar suas viagens nas famosas locomotivas movidas a vapor. Passava pela cidade a maria-fumaça, abastecida com água e lenha, como em Palmeira, não havia uma caixa d' água, o trem parava “[...] no Km 140 existia uma represa que abastecia os trens. Passavam quatro trens por dia, dois em cada sentido. Havia os trens só de passageiros, e também os mistos que puxavam vagões de carga e de passageiros” (KLAS, 2000, p.109)”.

FIGURA 10

Chegada do 1º trem na estação ferroviária de Palmeira - 1894

Fonte: Museu Histórico Astrogildo de Freitas – Palmeira/PR

Com a chegada da estrada de ferro em Palmeira e a decadência do tropeirismo, ocorreu a desestruturação econômica da elite agrária dominante da região, que buscou, como alternativa de sobrevivência, concentrar-se

[...] principalmente no Estado e no exercício do poder político, contribuindo para o crescimento dos centros urbanos, dado o êxodo provocado pela crise do comércio de mulas. Outra opção foi a atividade madeireira, que refletia uma posição subordinada aos ervateiros (que também se envolveram nesta atividade), afinal produziam as barricas que serviam para armazenar e exportar o mate (CORRÊA, 2006, p.32).

O engenho de mate Palmas,⁴⁰ localizado no centro da cidade na Rua do comércio ou Rua XV, era de grande utilidade para o beneficiamento do mate, que posteriormente, era transportado⁴¹ de trem para Curitiba e Antonina. Nele

⁴⁰ “Com a decadência da exploração da erva-mate, o engenho foi transformado em uma fábrica de palhões que por volta de 1945, foi consumida por um incêndio, sendo construído no terreno o Fórum da Comarca” (KLAS, 2000, p.23).

⁴¹ Nas longas viagens a erva-mate, após ter sido beneficiada, era transportada em barricas de madeira feitas de pinheiro com o intuito de protegê-la da umidade, podendo assim ficar armazenada por até dois anos.

trabalhavam as pessoas que moravam na cidade, bem como os imigrantes das colônias vizinhas.

FIGURA 11

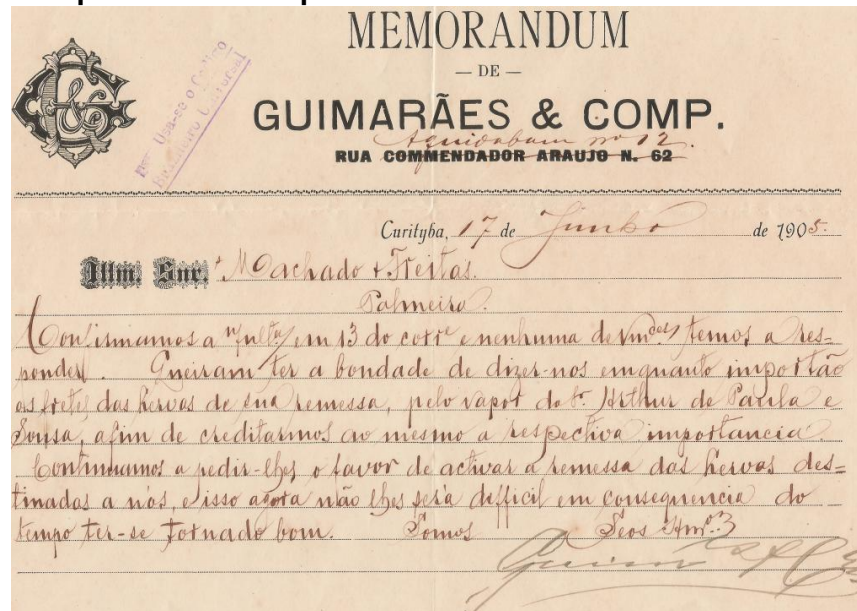
Rua XV de Novembro - Engenho de erva-mate Palmas



Fonte: Museu Histórico Astrogildo de Freitas – Palmeira/PR

Os imigrantes cortavam e traziam a erva-mate em seus carroções para o engenho de beneficiamento da cidade e posteriormente para a estação de trem, de onde a erva mate seria transportada nas locomotivas para os diversos destinos. Cabe ressaltar que no período anterior à construção da linha férrea na cidade de Palmeira, o transporte até o destino final da erva-mate era realizado exclusivamente pelos imigrantes em seus carroções.

FIGURA 12
Correspondência com pedido de encomenda da erva mate



Fonte: Museu Histórico Astrogildo de Freitas – Palmeira/PR

Com o desenvolvimento local e com a instalação da primeira usina hidrelétrica em 1914 que iluminou boa parte da cidade, várias famílias passaram a morar no centro urbano e começam a desenvolver atividades em diferentes ramos, muitas se destacaram no comércio, em hotéis, açougues, madeireiras, e outras mais influentes, trabalharam nos órgãos oficiais da cidade.

FIGURA 13
Palmeira início do século XX - Rua Coronel Vida



Fonte: Acervo particular cedido pelo Sr. Hugo Krambeck

Várias casas foram construídas na “Rua do Comércio” para atender as necessidades da população, o comércio no centro urbano passa a ser a prioridade econômica da sociedade local. A população crescente precisava suprir suas necessidades básicas, nesse sentido são criados os primeiros armazéns para a venda de comidas e bebidas. Uma das primeiras casas comerciais a serem construídas na cidade foi a do alemão Guilherme Brafmann por volta de 1900, era “[...] uma loja sofisticada com uma vitrina, uma padaria anexa e que vendia bebidas em mesas na calçada, como nas grandes cidades. O prédio era de linhas elegantes e deveria ser o mais moderno da época” (KLAS, 2000, p.44).

FIGURA 14

CASA PROGRESSO - Uma das primeiras casas comerciais de Palmeira - 1902

Fonte: Acervo particular cedido pelo Sr. Hugo Krambeck

O início do século XX representou para a cidade de Palmeira um período de grandes mudanças, crescia o comércio, o trem facilitava as viagens longas, e hotéis foram criados para abrigar os visitantes e trabalhadores que chegavam à cidade. Percebe-se pelo desenvolvimento da cidade de Palmeira que o ciclo econômico baseado na extração e industrialização da erva-mate, bem como na extração e beneficiamento da madeira, formou na cidade uma classe burguesa, que não era a totalidade, mas a maioria, com grande poder aquisitivo.

Construtores na área da construção civil, naturais de Ponta Grossa, de Curitiba e arredores de Palmeira foram contratados para executar as obras de

construção das novas casas da cidade, dentre eles destaca-se a família de Paulo Krambeck que além de trabalhar na construção civil também possuía um armazém de secos e molhados.

FIGURA 15
Folheto da loja Kranbeck - 1914



Fonte: Acervo do Sr. Hugo Krambeck

Note-se que esse período, início do século XX, é marcado pelo desenvolvimento que aumentaria nas duas décadas seguintes, (1920-1930), com a implantação das primeiras fábricas da Ford e da Chevrolet, que trouxeram para a cidade de Palmeira os primeiros automóveis a serem vendidos para os grandes comerciantes locais.

FIGURA 16
Um dos primeiros automóveis trazidos à cidade de Palmeira - 1920



Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira

2.3 Palmeira e seus núcleos coloniais

Como no restante do país em Palmeira também se exercia o trabalho baseado na escravidão, a existência de escravos na localidade pode ser constatada por meio de vestígios presentes nas antigas fazendas que formaram a região.

FIGURA 17

**Fazenda Conceição situada no “Rincão do Manhoso”
(construída no final do século XVIII)**



Fonte: Museu Histórico Astrogildo de Freitas – Palmeira/PR

O número de escravos era pequeno, se comparado com outras áreas do país, no entanto os que ali viveram tiveram seu trabalho muito utilizado como mão-de-obra na agricultura de subsistência e nos trabalhos domésticos.

A Fazenda Santa Cruz localizada a 15 quilômetros de Palmeira, composta de 6.176,79 alqueires de terras contíguas, cortada pela estrada de rodagem, foi ponto de referência para os tropeiros, pois ficava entre Palmeira e Ponta Grossa. Suas terras se iniciam após a passagem do rio Tibagi, pela PR 151, que liga Palmeira à Ponta Grossa. Localizada ao lado esquerdo da rodovia indo até o Rio Canhu, divisa com o Município de Palmeira, sua sede

[...] era caracterizada pela casa grande construída pelos escravos, feita de cal, areia e madeira. As paredes eram altas e grossas, as janelas quadrangulares, as portas grandes, com enormes fechaduras. Havia uma cozinha grande onde as escravas desenvolviam a maioria de suas atividades domésticas, como

derreter banha, fazer lingüiça. A casa era grande e conhecida em toda a redondeza com a Casa Branca (WALDMANN, 1992, p.7).

Era uma das fazendas mais ricas da região, o número de escravos que nela residiam era considerado elevado para os Campos Gerais. Em meados do século XIX a fazenda Santa Cruz contava com trinta e um escravos, “[...] desse total, 13 eram africanos ou de “nação”, nove haviam nascido no país – pois foram classificados como “pretos, mulatos ou criollos” – e o restante não teve especificada sua origem” (HARTUNG, 2005, p. 143).

Em 1854, por meio de testamento lavrado em Curitiba, a metade da fazenda Santa Cruz fica para Francisco de Paula Guimarães e a outra metade passa a ser propriedade de escravos e libertos da senhora Maria Clara do Nascimento e de seu irmão Joaquim Gonçalves Guimarães. Com a partilha a fazenda divide-se em: “[...] o campo da Rocha, por 5.000\$000; o campo da Porta, por 1.600\$000; o campo do Subtil, por 3.200\$000; e o campo do Potreiro, por 3.400\$000” (WALDMANN, 1992, p.14).

De posse da herança muito dos ex-escravos não tinham noção do valor econômico⁴² que a mesma representava, trocavam e vendiam seus bens sendo enganados na maioria das vezes. Muitas pessoas tiraram proveito dessa situação, foi nesse tempo que apareceu entre eles um comerciante “[...] que se fez passar por amigo dos pretos, colocando um armazém bem no meio da fazenda. Começou a vender fiado em troca de alguns litros de terra; em pouco tempo os negros tinham vendido quase tudo que possuíam” (idem, p.27).

Devido à hostilidade dos brancos contra os negros que herdaram as terras de Santa cruz, os mesmos começaram a se agrupar formando a “Colônia do Sutil”⁴³ que representava uma pequena parte das terras da fazenda.

⁴² Os negros não sabiam negociar, quando libertos convidaram o “[...] Sr Braz Rio Branco a batizar seus filhos, julgando que o mesmo era seu amigo e quando menos esperavam tinham perdido a melhor parte de terra coberta de pinheiros e erva-mate, onde foi construída uma serraria na localidade do Tabuleiro” (WALDMANN, 1992, p.14). Em 1958, parte da fazenda foi vendida a ONU, que as doou para a formação da colônia dos imigrantes russos brancos. A primeira leva desses imigrantes morou, num primeiro momento, na antiga sede da Fazenda Santa Cruz, que posteriormente fora derrubada.

⁴³ Atualmente cerca de vinte e cinco famílias vivem na colônia Sutil perfazendo um total de cento e vinte e quatro pessoas, todas descendentes de ex-escravos. Cabe ressaltar que dos 6.176,79 alqueires de terra, herdados por eles, restam apenas vinte e três alqueires, menos de um alqueire por família, equivalente a 700 metros quadrados. Por ainda não existir uma escola na comunidade, as

Note-se que a hierarquização,

[...] própria da estrutura societária de castas impedia a participação, em igualdade de condições, dos brancos e negros. Além disso, em decorrência da estruturação em castas, as condições psicológicas e culturais de socialização do negro estavam delimitadas, restritas ao próprio grupo negro (IANNI, 1988, p.223).

Os núcleos colônias de imigrantes europeus que se estabeleceram em Palmeira constituíram-se em sistemas econômicos baseados no trabalho livre. Desse modo a mão de obra dos ex-escravos não teve possibilidades de ser

[...] incorporada como componente da estrutura econômica dessas comunidades por duas ordens de fatores de natureza fundamentalmente econômica. De um lado, porque o próprio processo de colonização é o produto do processo inclusivo de diversificação quantitativa e qualitativa que estava ocorrendo na estrutura econômica da região. A modernização técnica do engenho de mate, a difusão de uma mentalidade mais ajustada a padrões racionais nos donos das fazendas de criar, o caráter oneroso da imobilização de capitais em escravos que podiam adoecer, fugir, ou falecer. Por outro lado, a própria natureza da organização da unidade econômica apoiada no pequeno lote de agricultura e fundada na família como unidade de produção implicava na eliminação preliminar do cativo como fornecedor de força de trabalho (IANNI, 1988, p. 91).

Houve a proibição da utilização do trabalho escravo nos núcleos coloniais de imigrantes europeus, visto que a colonização fazia parte de um processo de abolição da escravatura no país. Aos poucos essas colônias vão sendo absorvidas pelo sistema econômico vigente, a cidade aumenta e torna-se industrializada, a mão de obra recrutada nas colônias são utilizadas nas fábricas, de modo que o trabalhador livre participa cada vez mais do sistema produtivo.

Com o crescimento demográfico da área urbana em Palmeira, no final do século XIX, ocorre a necessidade de se povoar as extensas áreas de terras rurais que se encontravam desocupadas, de modo que o incentivo à imigração européia, por parte do governo, torna-se uma alternativa para povoar essas regiões.

crianças estudam em regiões vizinhas à colônia. As casas antigas que eram de madeira e cobertas por telhas foram substituídas por 27 novas casas de alvenaria doadas pelo governo do Estado por meio do programa Casa da Família Rural.

Em 1878 foi fundada em Palmeira a primeira colônia de imigrantes europeus, a “Colônia Sinimbu”, composta por imigrantes russo-alemães oriundos da região do baixo Volga na Rússia.

FIGURA 18
Família de russo-alemães – Fundadores da colônia de Papagaios Novos
Francisco Rain e família - 1880



Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira

Uma das prioridades da czarina russa Catarina II, ao incentivar o projeto de imigração por meio de éditos⁴⁴, foi o de povoar as fronteiras da Rússia que eram constantemente invadidas. Iludidos por promessas de que teriam acesso às terras produtivas gratuitamente, liberdade de religião, a não obrigatoriedade de serviço militar e principalmente de que teriam paz para criarem seus filhos, os alemães não hesitaram em migrar para a Rússia.

Ao chegarem à Rússia por volta de 1766 os imigrantes alemães perceberam que as promessas feitas a eles não passaram de ilusão. Na região de fronteira para onde os mesmos foram levados a temperatura era muito baixa, sem casas para se abrigarem a única solução encontrada fora a de cavar buracos na terra, sem

⁴⁴ Ordem judicial publicada por anúncios ou editais. Note-se que o contrato da czarina russa tinha o tempo de duração estabelecido em cem anos, após esse período os “benefícios” cedidos aos imigrantes seriam cancelados.

aberturas externas, pois a entrada era obstruída por um carroção, para que o frio não entrasse. As condições de higiene e de alimentação, escassa, eram insustentáveis, visto que comiam, dormiam e faziam suas necessidades fisiológicas nesse mesmo espaço, muitas dessas pessoas não resistiram e morreram, antes mesmo de se estabelecerem nas novas colônias.

Depois de muito trabalho em terras russas as colônias dos imigrantes alemães prosperaram dentro do império russo, fator esse que começou a incomodar o Czar Alexandre II, pois o mesmo os considerava como “[...] um corpo estranho dentro do país; com isto ele revogou o Édito de Catarina II o que veio ocasionar o principal motivo para a saída da Rússia, o serviço militar” (SCHWAB, 1997, p.30).

Desse modo, em 1872, cem anos após a chegada dos primeiros imigrantes alemães à Rússia seus descendentes começaram um novo processo de imigração, agora para o Brasil, onde foram deslocados para diferentes regiões do país, sendo a região dos Campos Gerais no Paraná escolhida por muitos deles.

Durante a viagem até o Brasil e do porto de Paranaguá ou Antonina até as cidades onde se instalariam em diferentes núcleos coloniais, as despesas dos imigrantes russo-alemães foram pagas pelo governo imperial. Ao chegarem a Palmeira, nos primeiros seis meses antes de se instalarem nos núcleos coloniais, os imigrantes compartilharam da mesma moradia, chamada de a ‘Casa do Imigrante’, existente na cidade. Nesse período os imigrantes foram escalados para trabalhar na execução do projeto de construção da ponte sobre o rio Monjolo e a ponte dos Papagaios. Foram aproveitados também “[...] para a construção de casas, carroças, etc., posteriormente, a construção da estrada de Mato Grosso entre Palmeira e Ponta Grossa absorveu por longo tempo a mão de obra que a colônia dispunha” (FREITAS, 1984, p.35).

Com a instalação dos primeiros núcleos coloniais, cada grupo de imigrantes foi destinado para uma região, separados exclusivamente pela religião, uma vez que na Rússia os colonos protestantes e os colonos católicos não se mesclavam. “Se a colônia era católica logo na entrada era plantada uma cruz com Cristo e, às vezes, uma capelinha com a imagem de um (a) santo (a), enquanto que nas protestantes apenas erguia-se o templo” (SCHWAB, 1997, p.49).

Da Colônia Sinimbu surgem seis núcleos coloniais: O primeiro núcleo colonial a ser instalado é o de Pugas, em março de 1879, localizado a apenas três quilômetros de Palmeira. As terras destinadas aos colonos representavam a quantia

de 61 lotes com 4.119 ha, divididas em trinta famílias num total de cento e uma pessoas. Esse núcleo se destacou pela produção artesanal dos carroções de transporte dos russo-alemães.

FIGURA 19
Casa e armazém de Nicolau Ehalt – Núcleo colonial de Pugas



Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira

O segundo foi o núcleo colonial do Lago, localizado a 12 quilômetros de Palmeira, recebeu cerca de cinquenta e seis famílias, num total de cento e oitenta e uma pessoas. As terras destinadas para a formação do núcleo foram provenientes da compra da fazenda Dona Matilde e compunha uma área de 5.680 ha, distribuídas em 66 lotes. Dessas famílias “[...] apenas 15 ali permaneceram por algum tempo. As demais procuraram outras destinações, embora todos fossem agricultores, divergindo desse ofício apenas um imigrante” (FREITAS, 1984, p.42).

Papagaios Novos fundado em junho de 1879, localizado a 16 quilômetros de Palmeira, compunha-se de 25 lotes com 2.100 ha, terras essas divididas entre as vinte e cinco famílias de imigrantes que para lá se deslocaram.

FIGURA 20
Carroções na Colônia de Papagaios Novos



Fonte: Museu Histórico Astrogildo de Freitas – Palmeira/PR

Para o núcleo colonial Alegrete, em março de 1879, foram destinados vinte e seis famílias de colonos, no entanto apenas seis delas instalaram-se na localidade, visto que das vinte famílias restantes “[...] nenhum deles procurou tomar contato com seu lote de terras, permaneceram agrupados na casa, sede da fazenda e nas demais dependências existentes, até a debandada final” (FREITAS, 1984, p.42).

FIGURA 21
Descendentes das primeiras famílias de imigrantes - colônia de Quero-Quero



Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira

O núcleo Hartmann, mais conhecido como Quero-Quero, foi inaugurado em março de 1879 com uma população total de cento e vinte e oito pessoas, sendo esse núcleo de imigrantes russo-alemães o mais povoado da região.

O núcleo colonial de Santa Quitéria, fundado em março de 1879, recebeu cerca de trinta e três famílias num total de cento e vinte e cinco pessoas. A colônia compunha de 37 lotes distribuídos numa área de 1.284 ha. Essa colônia não prosperou, “[...] restando apenas o cemitério que estava situado no alto do campo ao lado da estrada do Minguinho” (MAYER, 2006, p. 23).

Devidamente fixados nos núcleos os colonos iniciaram o plantio das sementes de trigo, centeio e aveia, recebidas pelo governo. Além das sementes receberam também alguns animais de tração e alguns animais domésticos. No entanto, cabe ressaltar que as terras em Palmeira, destinadas aos imigrantes russo-alemães, não eram boas para o plantio devido à acidez do solo, de maneira que nada lhes valeram os conhecimentos como agricultores, bem como as ferramentas e sementes cedidas pelo governo para a realização das primeiras plantações.

Após insistirem, sem êxito em suas plantações, os russo-alemães não conseguiram desenvolver suas colônias, de maneira que muitos “[...] abandonaram suas terras e se dirigiram para a cidade ou outras regiões, ou foram repatriados para a Alemanha” (SCHWAB, 1997, p.40). Os que decidiram ficar em Palmeira dedicaram-se a trabalhar principalmente como carroceiros, integrando-se a conjuntura econômica, como os pioneiros a utilizarem os carroções cobertos com grandes toldos para transporte de mercadorias, muito utilizado nos Campos Gerais – PR no ciclo da Erva-Mate.

FIGURA 22
Trabalho com o Mate - Palmeira/PR (1902)



Fonte: Museu Histórico Astrogildo de Freitas – Palmeira/PR

Como já citado, a população nos núcleos colônias foi distribuída segundo sua fé religiosa, note-se que os católicos predominaram na colônia do Lago, em Pugas e em Santa Quitéria, já os grupos de imigrantes protestantes fixaram-se nas colônias de Quero-Quero e Papagaios Novos. No entanto, já no primeiro ano após a chegada deles, “[...] muitos católicos desposaram mulheres luteranas e vice-versa, assim como pessoas de outras etnias. Foi o fim de uma tradição, com ela perdeu-se o costume de falar alemão e outras tradições que o povo tinha” (SCHWAB, 1997, p.49).

A educação nas colônias dos imigrantes russo-alemães se dava por meio das escolas da comunidade, por vezes o governo apoiou as iniciativas de criação de escolas particulares, “[...] nos núcleos de imigrantes europeus, surgem escolas subvencionadas, que são instituições particulares, abertas por iniciativa da comunidade, geralmente localizadas onde não há escola pública” (WACHOWICZ, 1984, p. 67).

As escolas subvencionadas pelo governo localizavam-se nas colônias, frequentadas em sua grande maioria por descendentes de imigrantes, ficavam

distantes dos centros urbanos, sendo o pastor da igreja da colônia o professor que ministrava as aulas.

A figura do professor paroquial bem como a “[...] sua ação educativa na escola deveria ter vinculação com a ação educativa da comunidade, tornando-se localmente o agente principal desta orquestração educativa, vinculando escola e comunidade” (KREUTZ, 1985p. 149). O professor paroquial como “ministro de Deus”, tinha a função extra-escolar de manter a educação e a religião em consonância com o intuito de formar a criança para a vida eterna.

Em suas comunidades os imigrantes procuravam preservar sua cultura, nas escolas das colônias não se adotou a instrução da língua portuguesa, fato esse que chamou a atenção do governo brasileiro, visto que essas escolas por muitas vezes se fechavam para a inspeção do Estado. Desse modo os republicanos começaram a propor que os imigrantes passassem a frequentar as escolas públicas, com vista a propagar a língua do país e a inculcar os ideais de moral e civismo, incorporando o ensino da história nacional na educação dos estrangeiros.

Nas colônias estrangeiras e villas, onde a inspeção oficial determinou o fechamento de escolas, por ser a nossa língua de todo desconhecida, quer dos professores, quer dos alumnos, apesar destes terem nascidos aqui, começa agora refletir-se a nova acção, apparecendo de tempos em tempos um requerimento, no qual se pede autorisação para reabertura de escolas. Nos exames de Dezembro para professores effectivos, houve alguns candidatos, de nacionalidade polaca, que foram aprovados com excelentes notas e por isso tiveram ordem de poder abrir suas escolas, sob a condição de todo o ensino ser ministrado em portuguez e fugurar no programa a História e a Geografia pátrias (Jornal O Progresso, 11.1.1912, apud, NASCIMENTO, 2004).

Nas advertências, que exigiam o ensino da língua portuguesa, feitas as escolas estrangeiras tinham-se um ideal de nacionalização, de engrandecimento aos valores patrióticos, o que fez com que muitas dessas escolas estrangeiras, para que suas portas não fossem fechadas, mudassem seus métodos e procedimentos didáticos com vistas a atender as normas e medidas fiscalizadoras do governo.

O uso da língua materna foi proibido nas colônias, particularmente falar em público. As empresas eram fechadas e o material recolhido; as escolas onde os professores não dominavam o idioma nacional

eram fechadas. Os livros escolares e as cartilhas que na segunda metade do XIX e início da república eram utilizadas e preparadas pelos professores, foram recolhidos e proibido o uso e circulação desse material (NASCIMENTO, 2004, p.78).

Esse período é marcado pelo enaltecimento dos “heróis” e símbolos nacionais nas escolas, de maneira que a instrução primária deveria atuar como importante instrumento de divulgação dos interesses da classe dominante.

FIGURA 23
**Professor e seus alunos - Escola Evangélica
Colônia de Papagaios novos Palmeira/PR**



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora

Além dos núcleos coloniais dos imigrantes russo-alemães, outras colônias se formaram na região de Palmeira, dentre elas vale destacar a colônia de Santa Bárbara, situada a cerca de 20 quilômetros de Palmeira, formada pelos imigrantes poloneses vindos em 1890 da Silésia, Poznan, Cracóvia, Varsóvia e Kutno.

Diferentemente dos imigrantes russo-alemães, os imigrantes poloneses não tiveram nenhum auxílio do governo brasileiro, desse modo foram obrigados a se comprometerem com a compra das terras onde formaram suas comunidades, sendo os títulos de propriedade das mesmas, expedidos somente em 1900.

Trabalhando no cultivo das terras adquiridas, os colonos introduziram novos instrumentos de trabalho agrícola, ainda não conhecidos na região. Pode-se citar

“[...] o arado, a grade, instrumento para aplainar a terra arada, a gadanha, que é um ferro com cabo para cortar trigo, centeio ou capim, o picador de palha, o mangoal, instrumento para malhar espigas e cereais [...]” (WACHOWICZ, 1981, p.115), entre outros.

Os poloneses destacaram-se também como pioneiros na utilização da carroça, que se diferenciava dos carroções russos, pelo seu colorido, além de ser “[...] bem mais leve que os carroções que eram pesados e com toldo para proteção do sol e da chuva e em geral requeriam mais de uma dupla de animais” (MAYER, 2006, p.21).

FIGURA 24
Carretão polonês com seis cavalos



Fonte: Museu Histórico Astrogildo de Freitas – Palmeira/PR

A educação na colônia polonesa acontecia na escola da comunidade, ou seja, na falta de escolas oficiais os próprios colonos “[...] tomaram a iniciativa de proporcionar a seus filhos ao menos os rudimentos das primeiras letras e das quatro operações de aritmética” (WACHOWICZ, 1981, p.108).

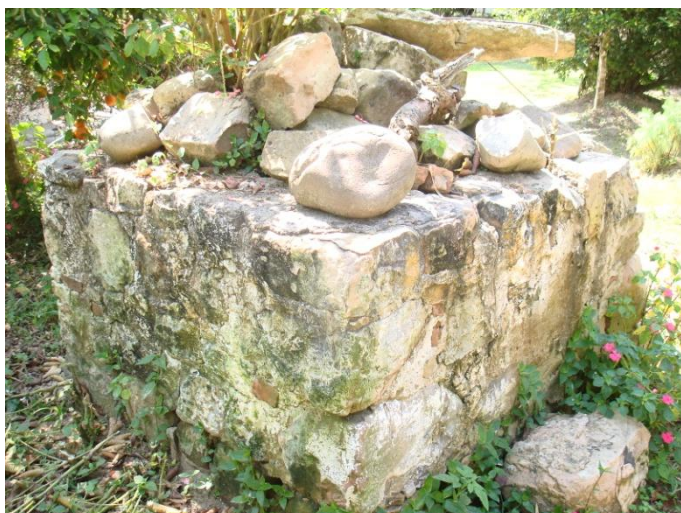
Os professores destinados a alfabetizar as crianças eram contratados pela comunidade e as aulas eram ministradas em polonês. Em 1900 é criada a primeira casa escolar da comunidade, que em 1905, passa a se chamar “Escola Popular”, mantida por uma associação criada pelos colonos, nela todos os moradores, etnicamente diferentes, poderiam estudar. A escola Popular funcionou na colônia

Santa Bárbara até 1923, quando, por se encontrar em situações bem precárias, acabou por se extinta.

Paralelamente à Escola Popular, funcionou a escola das Irmãs da Sagrada Família de Maria, que vieram da Polônia e trabalharam em Santa Bárbara até 1916, quando por algumas divergências com a comunidade local, tiveram que deixar a colônia. Por meio de reivindicações dos colonos, o retorno das irmãs foi possível “[...] bem mais tarde quando então a escola passou a ser Estadual, e administrada pelas irmãs da Congregação das Irmãs Franciscanas da “Sagrada Família” que lecionavam o português⁴⁵ e o polonês” (MAYER, 2006, p.63).

O grupo de italianos liderados por Giovanni Rossi⁴⁶ que chegou a Palmeira em abril de 1890 fundou a Colônia Agrícola, Socialista, Experimental Cecília, um experimento de comunidade anarquista, que localizada a 18 quilômetros de Palmeira teve como pioneiros, além de Rossi, um grupo de seis pessoas, sendo cinco homens e uma mulher.

FIGURA 25
Poço-cisterna / único vestígio restante da colônia Cecília



Fonte: Museu Histórico Astrogildo de Freitas – Palmeira/PR

⁴⁵ Note-se que em 1919 o ensino da língua polonesa foi extinta das escolas públicas.

⁴⁶ Giovanni Rossi (1856 - 1943), o filósofo experimentalista com título de médico veterinário, agrônomo e sociólogo, escritor que por influência dos socialistas libertários experimentalistas franceses (*socialistas utópicos*), escreveu uma série de livros sobre a criação de comunidades experimentais. Foi membro da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) de Pisa e fundou a Colônia Agrícola Experimental Cittadella em Cremona.

Baseado no anarquismo⁴⁷ Rossi idealizava uma comunidade assentada na liberdade do amor, da espontaneidade e liberdade sexual, totalmente contrária ao modelo burguês de família. Defendia a união de homem e mulher sem qualquer vínculo autoritário, uma vez que considerava a família como o primeiro núcleo social, sendo assim qualquer autoridade que fosse exercida por um de seus membros, estaria infringindo o ideal de liberdade.

Com relação à propriedade privada, Rossi se posiciona contrário, pois afirma que a propriedade coletiva seria a única capaz de proporcionar um ambiente justo onde cada pessoa poderia usufruir de seus benefícios e também contribuir, por meio de seu trabalho, para com as necessidades da comunidade.

Sem nenhuma assistência os fundadores da nova colônia em Palmeira instalaram-se em uma casa de madeira abandonada em um terreno virgem com tudo por se fazer, de maneira que

[...] a limpeza da casa e dos arredores, bem como o preparo das camas, teria sido o primeiro trabalho. Progresso conquistado, e muito aplaudido quando as camas, então representadas por tábuas cobertas com folhas secas, foram substituídas por camas de armar. O fogão foi improvisado; uma nascente d' água foi descoberta nas proximidades da casa; alguma caça vinha completar as precárias refeições (MELLO NETO, 1998, p.139).

O trabalho deveria acontecer da maneira que cada membro da colônia anarquista se sentisse livre, obedecendo apenas às necessidades da comunidade “[...] que devem reproduzir as somatórias individuais, respeitando as aptidões, capacidades e limitações de cada um; as necessidades pessoais devem regular a distribuição a produção” (idem, p.149).

⁴⁷ A palavra anarquia vem do grego e significa ser governante, pode ser usada pra expressar tanto a condição negativa de ausência de governo, quanto à condição positiva de não haver governo por ele ser desnecessário à preservação da ordem. Ver: GALLO, 1995; GONÇALVES, 2007; WOODCOCK, 2002.

FIGURA 26
Imigrantes Italianos – Colônia Cecília



Fonte: Museu Histórico Astrogildo de Freitas – Palmeira/PR

Durante os primeiros meses o trabalho foi intenso, no sentido de se estabelecer o mínimo possível de conforto, cercas foram colocadas nos limites da colônia com o intuito de se evitar a entrada de animais que pastavam livremente pelos arredores, e nas plantações, diferentemente dos russo-alemães e dos poloneses que plantavam o centeio e o arroz, os italianos deram preferência para o cultivo do milho branco e do feijão.

Com a colônia estabelecida, Rossi partiu para a Itália a fim de propagar aos seus conterrâneos o sucesso do núcleo criado no Brasil. Em janeiro de 1891 chegam à colônia os primeiros lavradores, uma vez que no primeiro grupo não havia nenhum agricultor, e a presença dos mesmos trouxe “[...] um novo e vigoroso impulso, apesar de a chegada quase coincidir com a destruição da primeira colheita⁴⁸” (MELLO NETO, 1998, p.151).

⁴⁸ A construção da cerca que impediria a entrada de animais nas primeiras plantações de milho da colônia não fora bem feita, o que resultou na destruição de toda a plantação.

FIGURA 27
Casa da família Mezzadri em Canta Galo – descendentes da Colônia Cecília



Fonte: Museu Histórico Astrogildo de Freitas – Palmeira/PR

Em junho de 1891 a população da colônia já ultrapassava o número de 200 pessoas, “[...] muitas delas trabalharam nos serviços de construção da Estrada de Ferro do Paraná, nos trechos de Restinga Seca à Palmeira e entre Palmeira e o Lago, cm bons resultados não só para as obras, como para a manutenção da colônia” (FREITAS, 1984, p.52).

Mas devido ao grande número de pessoas que se estabeleceram na colônia, que não teve suporte para atender a todas, começam os desentendimentos entre os colonos, e das mais de duzentas pessoas restaram apenas dez homens, três mulheres e seis crianças. O ano de 1893 marca o início do fim da Cecília, um número expressivo de colonos deixa a colônia e parte a procura de melhores oportunidades de vida, o “[...] próprio Rossi deixou a Colônia nesse ano, tentando estabelecer-se em Curitiba. Sua população ficou resumida a lavradores e a alguns poucos artífices” (idem, p. 211).

FIGURA 28
Angeolilo Corsi e família – cecilianos que passaram a morar em Palmeira



Fonte: Museu Histórico Astrogildo de Freitas – Palmeira/PR

A vida intelectual na Colônia Cecília resumia-se à leitura de jornais e livros, ou a conversas informais durante os momentos em que os colonos estavam reunidos. “Mesmo os colonos mais humildes, intelectualmente, ressentiam-se com a ausência de música, teatro, baile, passatempo de várias espécies, mas que ainda não são possíveis”. (ROSSI apud MELLO NETO, 1998, p. 219). Já a educação das crianças se dava em uma escola criada na colônia, porém sem regularidade.

2.4 As primeiras Escolas Públicas Isoladas de Palmeira

A educação das crianças em Palmeira no final do século XIX e no início do século XX se dava por meio das escolas particulares subvencionadas e não subvencionadas, e das Escolas Públicas Isoladas. Na área urbana de Palmeira, além das escolas particulares existiam duas Escolas Públicas Isoladas, uma para os meninos e outra para as meninas, que em 1907 passam a ser agrupadas com a criação do primeiro grupo escolar.

FIGURA 29
Festividade na Escola dos Padres - 1912



Fonte: Acervo pessoal cedido pelo Sr. Hugo Krambeck

Na área rural destaca-se a Escola Pública Isolada da “Vilinha”, uma região que teve sua origem com uma sesmaria, cujas terras foram doadas ao tenente Coronel Ottoni Ferreira Maciel, fundador da localidade.

Cortada pela estrada que ligava a cidade de Palmeira a cidade de Irati e próxima a outras comunidades como a Colônia de Papagaios Novos, Queimada e Vieiras a região tornou-se um ponto de referência, de modo que a Vilinha se desenvolveu e prosperou, sua comunidade tinha um bom padrão de vida,

[...] lá existiram várias casas comerciais bem sortidas. Havia uma hospedaria, padaria, agência de correio, Tabelião, era um importante centro político estadual comandado pelo Coronel Ottoni Ferreira Maciel e possuía uma escola de material com uma professora estadual, o que naquele tempo, era um luxo (KLAS, 2000, p. 114).

Por tratar-se de uma região próspera economicamente e por ser uma localidade em que se desenvolviam atividades políticas relacionadas à administração estadual e federal, a mesma recebeu uma escola pública construída em alvenaria, o que a difere das outras escolas públicas Isoladas da região de Palmeira, todas construídas em madeira. Os alunos que frequentavam a escola Isolada da Vilinha eram filhos dos comerciantes e políticos da região, iam para a escola todas bem vestidas e calçadas com botas que eram amarradas com cadarço, o que as distinguia das crianças pobres das colônias vizinhas.

FIGURA 30
Escola da Vilinha em 1909 – Alunos da professora D. Maria Ignácia



Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira

Nos núcleos coloniais de Palmeira formados por imigrantes de diferentes etnias, no período inicial de implantação das colônias as crianças tiveram acesso à educação nas escolas particulares subvencionadas pelo governo, como já citado, e

posteriormente, no início do século XX, nas Escolas Públicas Isoladas, criadas pelo governo como uma solução de baixo custo para dar a população rural o acesso ao ensino público elementar.

O espaço físico ocupado pelas Escolas Isoladas era precário, os prédios eram pequenos e construídos em madeira, com pouca ventilação o ambiente também não possuía iluminação. As carteiras disponíveis eram feitas para acomodar dois alunos, feitas de madeira eram bem reforçadas para evitar a quebra e com isso o desperdício, nas paredes da sala penduravam-se apenas o quadro negro e os poucos mapas existentes. Nelas predominava a carência total de materiais escolares, livros, cadernos, espaço físico e salários para os professores

FIGURA 31
**Escola Isolada – Núcleo colonial russo-alemão de Pugas de cima
Prof.^a Constância e seus alunos**



Fonte: Museu Histórico Astrogildo de Freitas – Palmeira/PR

Note-se que diferentemente das crianças que freqüentavam a escola Isolada da Vilinha, as crianças das diversas colônias de imigrantes iam para a aula descalças e com pouco agasalho, para matar a fome levavam de suas casas um lanche diário que tinha como cardápio uma fatia de pão com banha e uma garrafa de café com leite. Os pais eram muito pobres e não tinham condições financeiras para comprar o material escolar para seus filhos de modo que “[...] os alunos pouco

usavam cadernos por serem caros, e em seu lugar eram usadas as lousas feitas de ardósia, onde o aluno escrevia com um lápis especial” (KLAS, 2000, p. 131).

As aulas eram ministradas por um (a) só professor (a), o ensino primário oferecido com quatro séries dava-se ao mesmo tempo e na mesma sala, cabendo ao professor dominar os conteúdos relacionados com as quatro séries trabalhando-os simultaneamente com os alunos. Para trabalhar nas escolas isoladas os professores passavam por um concurso público, instituído em 1892, que determinava por meio do presidente do Estado a quantidade de vagas existentes nas escolas. Para participar do concurso era necessário que o candidato apresentasse um atestado que comprovasse sua boa moral, ter dezoito anos completos, e no caso de não normalista, apresentar um documento que comprovasse suas atividades no magistério por no mínimo cinco anos.

A inspeção escolar para os exames finais de aprendizagem dos alunos nas Escolas Públicas Isoladas era realizada uma vez por ano. Tratava-se de uma tarefa árdua para os inspetores escolares, visto que

As rodovias de penetração desgalam-se por campos e mattos, quase desertas até encontrarem longínquo e diminuto povoado, onde uma escola aparece como sentinella perdida, em tosca casinha de madeira, imperceptível em immenso horizonte, às vezes pertada entre pinheiros na matta espessa. Os meios de condução são escassos, morosos e fatigantes. O viajor leva às vezes o dia todo a caminhar sem encontrar quem lhe ofereça alimento e repouso. Perde-se facilmente no emmaranhado dos trilhos, com o coração apertado pela incerteza e receio de ser alcançado pela noute. As vezes são necessários dois dias de caminho a fio para encontrar escola modesta, izolada em zonas de difícil accesso. Outras necessita que o rio baixe para transpor sem perigo. (PARANÁ, rel., 1924, p. 32).

Note-se que as escolas Isoladas continuaram a ser criadas na cidade de Palmeira até meados do século XX, funcionando paralelamente ao grupo escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes, criado na cidade em 1907. No quadro abaixo se pode observar a relação das escolas Isoladas que foram criadas nas áreas rurais de Palmeira até a década de 1960.

Quadro III - Escolas Isoladas de Palmeira

Escola Isolada de Santa Bárbara de Cima	1900
Escola Isolada de Colônia Maciel	1925
Escola Isolada de Pinheiral de Baixo	1927
Escola Isolada de Guaraúna de Tocas	1932
Escola Isolada Mendes Camargo	1934
Escola Isolada de São Pedro	1935
Escola Isolada de Papagaios Novos	1936
Escola Isolada de Quero-Quero	1938
Escola Isolada Jucelin Ribeiro Batista	1938
Escola Isolada de Faxinal dos Mineiros	1941
Escola Isolada de Água Clara	1945
Escola Isolada de Henrique Stadler	1947
Escola Isolada de Vileiros	1953
Escola Isolada de Campestre	1954
Escola Isolada Capitão Francisco Lopes	1955
Escola Isolada de Santa Bárbara de Baixo	1956
Escola Isolada de Boqueirão	1956
Escola Isolada de Benfica	1957
Escola Isolada de Faxinal do Rincão	1957
Escola Isolada Luís Carlos Marques	1958
Escola Isolada de Colônia de Papagaios	1958
Escola Isolada de Colônia do Lago	1959

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em: SCHNELL, 2004, p.150

CAPITULO III

O GRUPO ESCOLAR “CONSELHEIRO JESUÍNO MARCONDES”

As expressões “reconstrução histórica da escola pública” do mesmo modo que “reconstrução histórica das instituições escolares” significam, pois, a reprodução, no plano do conhecimento, das condições efetivas em que se deu a construção histórica da escola pública ou das instituições escolares (SAVIANI, 2007, p. 17).

3.1 O Ideário Republicano e a educação nos Campos Gerais

A escola pública e gratuita implantada na região dos Campos Gerais - Paraná foi organizada conforme o grupo escolar modelo de São Paulo, as classes eram formadas por meninos, cujas matrículas eram obrigatórias dos sete aos 14 anos, e meninas, dos sete aos 12 anos, “[...] ficando isentas dessa obrigatoriedade as crianças que residiam a uma distância de mais de três quilômetros da sede da escola urbana, suburbana ou rural” (NASCIMENTO, 2006, p.333). Proclamada como aquela que irá atender a toda a sociedade, passa,

[...] a ser uma instituição à qual o governo dispensa mais atenção, contando não apenas com a sua não atuação, para dissimular a estratificação da sociedade, mas também com a sua atenção: não apenas como inculcadora dos papéis sociais, mas também como reprodutora de forças produtivas (WACHOWICZ, 1984, p. 59).

Os ideais liberais educacionais proclamados pelos republicanos, com seu projeto de criação de escolas para dar instrução ao povo, era o de se expandir o ensino elementar, o que na realidade não se efetivou, pois o aumento do número de escolas era extremamente irrisório para atender a grande massa da população. Como no restante do país, os grupos escolares no Paraná foram criados de acordo com o poder político das cidades, de modo que a grande maioria da população ficou fora deles.

Os primeiros Grupos Escolares dos Campos Gerais começam a funcionar de forma lenta iniciando-se apenas em 1904 com a criação do Grupo Escolar “Dr.

Vicente Machado”, na cidade de Castro, e em 1907 com a criação do segundo Grupo escolar da região, o “Conselheiro Jesuíno Marcondes”, em Palmeira. Sendo a organização de ambos os grupos, baseada no Regimento interno das Escolas Públicas do Paraná, aprovado sob decreto nº263 de 23/10/1903, que tratava dos Grupos Escolares estabelecendo duas séries para o 1º e 2º graus do ensino primário.

Para atender o projeto de modernidade, que o ideal republicano propunha, os grupos escolares foram construídos com toda imponência. Diferentemente do período imperial, considerado pelos republicanos como uma época atrasada, a nova proposta de inspiração liberal,⁴⁹ via na escola uma forma de modernizar o país por meio da educação, assim os prédios deveriam atender as necessidades higiênicas e pedagógicas tão enfatizadas nesse período. A preocupação

[...] em torno da difusão da educação do povo e da organização de um sistema nacional de ensino, considerados como fundamentais para criar a unidade da nação, orientava os discursos da imprensa, dos educadores, publicistas e, sobretudo, dos parlamentares da época. Aos olhos desses homens, a educação poderia encaminhar a solução para os problemas que advinham da precária unidade nacional, através da formação comum, mobilizando nacionais e imigrantes em torno de uma idéia-força, de uma alma nacional, considerada como fundamental para conduzir o País ao desenvolvimento e à modernização (SCHELBAUER, 1998, p. 64).

Ao defender a criação da escola pública gratuita e estatal, os republicanos enfatizavam em seus discursos a importância da educação como meio de “superação” das desigualdades existentes no país, no entanto a proposta de

[...] estenderem-se democraticamente iguais oportunidades de escolarização a todas as crianças esvaziava-se de todo conteúdo quando deveria ser implantada numa sociedade de classes, onde a desigualdade concreta anula inteiramente a “igualdade” formal (ROSSI, 1986, p. 31).

⁴⁹ [...] As primeiras décadas do século XX caracterizaram-se pelo debate das idéias liberais sobre cuja base se advogou a extensão universal, por meio do Estado, do processo de escolarização considerado o grande instrumento de participação política. É, pois, a idéia central da vertente leiga da concepção tradicional, isto é, a transformação, pela escola, dos indivíduos ignorantes em cidadão esclarecidos (SAVIANI, 2008, p. 177).

A lógica educacional, criada pela burguesia, tinha como função atender as necessidades do capitalismo, de maneira que a modernização dos grupos escolares e a implantação da formação cívica e moral, visavam um ensino sem questionamentos, uma vez que esclarecendo

[...] o espirito do proletario; nobilitando-lhe o coração; ensinado-lhe uma profissão, cujo exercicio lhe garanta a subsistência; dando-lhe os habitos de trabalho e economia e oferecendo-lhes escolhas, onde possa gratuita e commodamente instrui seus filhos; a educação consegue manter a paz e a concordia entre as diversas classes sociaes, faz desaparecer o ressentimento do pobre contra as grandezas dos ricos e poderosos, interessa ao operário, assim como o capitalista, na manutenção da ordem, de que ambos precisam um para conservar os seus capitaes, outro para zelar o fruto de seu trabalho (Jornal - Província do Paraná, 1882, p. 1).

A defesa pela escola pública, por meio de um discurso liberal, de longe significava a igualdade de condições para todas as pessoas, pois os caboclos, escravos e seus filhos viviam na marginalidade escolar absoluta. Eram homens *“[...] que se afiguram primitivos aprofundados na maior ignorância arrastando uma vida quase idêntica à da idade da pedra lascada, [...] sem escolas, sem luz, sendo brasileiros [...]”* (Jornal O Progresso 1913, apud, NASCIMENTO, 2004, p. 124).

Ao criar a escola pública, gratuita e estatal o governo republicano tinha o objetivo de educar uma determinada parcela da população, nesse sentido os grupos escolares republicanos assumiram a posição de uma escola que representava a “verdade” da burguesia. Como justificativa ideológica para com a [...] universalização do saber dessa fração de classe dominante, que se apresenta como o único saber legítimo, em oposição ao “não saber”, à “ignorância” do povo, o que justifica a necessidade de dirigi-lo do alto (MORAES, 2006, p151).

Os grupos escolares simbolizavam a modernidade da escola gratuita, pública e estatal implantadas no Brasil no início do período republicano em 1890 e que foi fortemente influenciada pelo modelo de instrução norte-americana e pela educação européia iniciada na Alemanha⁵⁰.

⁵⁰ A primeira metade do século XIX foi marcante para a educação pública, na Prússia. Houve a difusão geral da escola elementar, a melhoria na formação dos professores pela implantação de Escolas Normais, a renovação dos métodos e especialmente a formação de uma nova mística em relação à educação sob o pressuposto de que as reformas sociais e políticas deveriam surgir pela

Para os republicanos a escola era sinônimo de “progresso” de modo que o grupo escolar representava a justificativa ideológica nos discursos pela valorização da educação por meio da escola pública e estatal⁵¹.

A organização administrativa e pedagógica dos grupos escolares contemplava tempo e espaços, a ampliação das disciplinas curriculares e a redefinição dos lugares onde as escolas públicas seriam construídas. Os prédios dos grupos escolares no Brasil foram construídos contrários ao espaço físico ocupado pelas casas escola, pois se apresentavam como espaços modernos e arrojados, poderiam ser considerados como repartições públicas “[...] com horários de funcionamento, postos, hierarquias funcionais, divisões dos alunos por classes, concentração de crianças e docentes, bem instalado e bem localizado” (LOPES apud VIDAL, 2006, p. 84).

No entanto, cabe ressaltar que nem todas as crianças tiveram acesso a esses espaços, pois os mesmos foram construídos nos centros urbanos, distantes da maioria da população pobre que vivia nas áreas rurais. Note-se que na cidade de Palmeira/PR, por meio do levantamento das escolas Públicas Isoladas construídas na região até a década de 1960, percebe-se que foram construídas vinte e duas (22) escolas Públicas Isoladas nas áreas rurais e apenas duas escolas públicas urbanas, o “Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes” em 1907; e o Ginásio Municipal “D. Alberto Gonçalves” em 1947.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a escola pública republicana, representada pelos majestosos prédios que abrigavam os grupos escolares, foi utilizada como um aparato liberal da república, que teve na instrução uma de suas “[...] bandeiras mais freqüentemente levantadas. Mas como parte de um aparato político e cultural, a instrução pública foi apenas uma bandeira, não uma realidade liberal” (WACHOWICZ, 1984, p. 5).

educação. Pela reforma moral e intelectual do povo se chegaria a um novo processo de desenvolvimento (KREUTZ, 1985, p. 40).

⁵¹ Os primeiros discursos a favor da escola pública e estatal no Brasil se deram com as reformas pombalinas que contrapõe-se ao predomínio das idéias religiosas e, com base nas idéias laicas inspiradas no Iluminismo, institui o privilégio do Estado em matéria de instrução. Com o advento do Estado Nacional decorrente da proclamação da Independência em 1822, o ato Adicional de 1834 colocou as escolas primárias e secundárias sob a responsabilidade das províncias, renunciando assim, a um projeto de escola pública nacional. Foi somente com o advento da República que a escola pública e estatal se faz presente na história da educação brasileira (SAVIANI, 2005)

3.2 O patrono “Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá”

O Paraná no século XIX é marcado pela formação de duas elites econômicas. Num primeiro momento formaram-se as elites agrárias liberais, constituídas “[...] com o comércio de gado via Campos Gerais para as feiras de Sorocaba, dando origem a uma sociedade pastoril fundada em grandes fazendas, na criação de animais e na escravidão.” (CORRÊA, 2006, p.20), e posteriormente com o auge da extração da erva-mate formou-se a elite do partido dos conservadores, representado pelos burgueses ervateiros de Curitiba e do litoral paranaense. Ambas representavam as famílias tradicionais da época que detinham o poder político nas mãos.

Essas duas elites “apoiavam” o governo monárquico, que procurava manter uma aparente harmonia, distribuindo os cargos políticos da província de maneira que ambos os partidos participassem, alternando a presença dos liberais e dos conservadores no poder. A burguesia ervateira lutava

[...] pela hegemonia política da província contra os fazendeiros de gado, liberais. Revezavam-se no comando do Executivo, ao sabor das trocas de gabinete ocorridas na corte, não havendo diferenças ideológicas importantes entre os partidos, mas reivindicações específicas resultantes de seus interesses corporativos. Apesar das ações empreendidas após a emancipação para enfraquecer os liberais, estes foram dominantes na maior parte do tempo na Assembléia Provincial, enquanto os conservadores possuíam a hegemonia econômica e, durante períodos maiores, o Poder Executivo (idem, 2006, p.34).

Em Palmeira, na região dos Campos Gerais, cuja economia desenvolveu-se por meio das atividades relacionadas ao tropeirismo a elite econômica da região era representada em sua grande maioria pelos liberais.

Uma das famílias mais tradicionais da região era a família do tenente Manoel José de Araújo e Anna Maria da Conceição de Sá, donos da Fazenda da Palmeira, cujo principal ramo de atividades era a agrícola, a pastoril, e o comércio de cavalos realizado com os tropeiros que passavam pela fazenda. Com o falecimento de ambos a fazenda foi subdividida entre os doze filhos para a constituição de novos núcleos familiares, “[...] á herdeira D. Cherubina, mãe de Jesuíno Marcondes, coube

o rincão, em que se fundou o Sítio Rincão da Cria” (MARCONDES, 1926, p. 15 – grifos do autor).

Jesuíno Marcondes nasceu no dia 1º de julho de 1827 no Sítio Rincão da Cria, era filho de José Caetano de Oliveira, barão do Tibagy, e Querubina Rosa Marcondes de Sá. Iniciou o estudo das primeiras letras em sua residência e em 1834 com sete anos de idade foi enviado por seu pai para Curitiba onde frequentou e concluiu as séries iniciais do ensino primário. Aos dezesseis anos mudou-se para São Paulo onde realizou o ensino secundário e se preparou para o início do curso de Direito, em 1844, na Faculdade de Direito de São Paulo e concluindo em Pernambuco em 1849.

Após receber o grau de Bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas, em 1849, retornou para “[...] São Paulo na intenção de adquirir alguma prática de advocacia e de empregar utilmente o tempo, enquanto as circunstâncias não favorecessem o plano de viagem á Europa” (MARCONDES, 1926, p. 42). A estadia de Jesuíno em São Paulo durou pouco tempo, visto que em dezembro de 1850, aos vinte e três anos, o mesmo partiu do Rio de Janeiro para a Europa, realizando uma visita à Inglaterra; Bélgica; Holanda; Dinamarca; Suíça; e Áustria, retornando ao Brasil em 1852, quando começa a exercer a profissão de advogado em Curitiba.

Num país marcado pelas contradições Jesuíno Marcondes, membro de uma sociedade burguesa, cujos recursos financeiros propiciaram a ele uma formação com especialização fora do país, retorna ao Brasil trazendo consigo o ideal liberal⁵², já consolidado nos países europeus.

Chefe dos liberais no Paraná Jesuíno Marcondes participou da vida política do estado, sua carreira política inicia-se no ano de 1853, logo após seu retorno da Europa, quando “[...] oito dias depois da lei que desannexou de São Paulo a 5ª Comarca, para criação da Província do Paraná, assumiu o poder o gabinete de 6 de setembro de 1853 – gabinete chamado da Consiliação” (idem, p. 64), e em 19 de dezembro do mesmo ano, quando o Conselheiro Zacarias de Goés e Vasconcelos⁵³ assumiu a presidência da província, Jesuíno ficou encarregado da Inspeção de Instrução Pública.

⁵² A ideologia liberal trás suas raízes na luta da burguesia contra o “Antigo Regime” como princípio a individualidade, a liberdade, a defesa da propriedade privada e da democracia, porém com a lente direcionada para o progresso de apenas um pequeno grupo.

⁵³ Nasceu na cidade de Valença, província da Bahia, em 5 de novembro de 1815. Fez parte da elite política liberal à qual coube traçar os rumos do país durante a existência do Império do Brasil.

Jesuíno Marcondes representava a classe a qual pertencia, e como tal, as relações estruturais de sua época, cujos interesses específicos estavam intimamente ligados, pois representava os grupos que operavam a classe dominante em uma sociedade. Ocupou durante sua carreira política, vários cargos políticos dentre eles: Procurador Fiscal do Tesouro Provincial; Deputado, na Assembléia Provincial do Paraná entre os anos de 1854 a 1861; Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura; Vice-Presidente da Província do Paraná; entre outros.

O último cargo assumido por Jesuíno Marcondes foi o de Presidente da província do Paraná, ocupado por ele por pouco tempo devido às mudanças políticas ocorridas com a proclamação da República⁵⁴, em 15 de novembro de 1889. Após declaração realizada por Marechal Deodoro⁵⁵ de que a manutenção da ordem pública do Paraná estava sob responsabilidade do Coronel Cardoso Junior⁵⁶, Jesuíno comunica ao comando da Brigada do Exército em Curitiba, em forma de ofício, o fim de seu mandato com presidente da província do Paraná.

Com a saída de Jesuíno Marcondes da presidência da província e com a instauração do governo republicano no país, Vicente Machado que fazia parte do partido conservador⁵⁷, às vésperas da proclamação intitulou-se republicano e assumiu o cargo de Chefe de Polícia do Governo Provisório, sendo posteriormente, eleito governador do Estado.

Com a República ocorrem mudanças no cenário político do Paraná,

[...] uma aliança entre os ex-conservadores do estado e os republicanos aglutinou-se em torno de Vicente Machado. Fundaram, posteriormente, o Partido Republicano Federal, enquanto os liberais aglutinaram-se em torno de Generoso Marques dos Santos, criando a União Republicana (CORRÊA, 2006, p.65).

⁵⁴ O movimento republicano resultou da conjugação de três forças: uma parcela do Exército, fazendeiros do Oeste Paulista e representantes das classes médias urbanas que, para a obtenção dos seus desígnios, contaram indiretamente com o desprestígio da Monarquia e o enfraquecimento das oligarquias tradicionais (COSTA, 1999, p. 489).

⁵⁵ Deodoro protelou e agiu no sentido de fortalecer o poder da sua 'classe', nomeando governadores militares para a maioria das exprovíncias, afinal para eles a proclamação foi "ato estritamente militar, corporativo, [...]" (CORRÊA, 2006, p.51).

⁵⁶ Cardoso Junior fazia parte de uma família tradicional de militares, ocupou vários cargos políticos em diferentes províncias durante o período Imperial. Na data da proclamação encontrava-se em Curitiba onde ocupava o cargo de comandante da brigada militar.

⁵⁷ A aliança de Vicente Machado com os ex-conservadores acarretou algumas inimizades no campo político por parte de seus antigos correligionários liberais, entre eles Jesuíno Marcondes, seu primeiro padrinho político (idem, p.32).

Após a instauração do novo regime no país, Jesuíno Marcondes se retirou definitivamente do cenário político, partiu para São Paulo e de lá para Genebra na Europa em 1891, onde viveu com a família até o dia 7 de outubro de 1903 quando faleceu aos setenta e seis anos de idade. Sua antiga residência em Palmeira, o “Solar Jesuíno Marcondes”, localizada na Praça Raul Braz de Oliveira abriga atualmente o Museu Histórico Dr. Astrogildo de Freitas.

Ao escolher Jesuíno Marcondes como patrono do primeiro grupo escolar de Palmeira o governador do Estado não o fez por acaso, ou por reconhecer na figura de Jesuíno um representante docente da época, mas por sua representatividade no cenário político, uma vez que todos os grupos escolares republicanos construídos no início do século XX receberam os nomes dos políticos, liberais ou conservadores, que formaram as elites dominantes no país.

3.3 A criação do Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes

Construído no centro urbano de Palmeira em 1907, o grupo escolar “Conselheiro Jesuíno Marcondes” representava a “modernidade” e o “progresso” da cidade. No início do século XX com o crescimento da população urbana, com a instalação de lojas comerciais e principalmente com o beneficiamento da erva-mate e posteriormente com a extração da madeira, surgiu na cidade uma classe burguesa, representante de uma parcela da sociedade, que passou a deter o poder econômico da região, e que interessados na “modernidade” da cidade de Palmeira, reivindicaram junto ao governo do estado, a construção de um prédio que abrigaria o primeiro grupo escolar republicano da região.

Para atender os anseios dessa classe, bem como o projeto republicano de instauração dos grupos escolares no país, o presidente do Estado do Paraná, Vicente Machado da Silva Lima, assinou o decreto nº 407, de 03 de dezembro de 1904, que destinava uma verba orçamentária para a construção do primeiro grupo escolar da cidade de Palmeira.

*Decreto nº 407, de 3 de dezembro de 1904.
O presidente do Estado do Paraná, desejando atender as necessidades da instrução pública primária da cidade de Palmeira e usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, decreta: Art.*

1º. Fica reservada, da verba do §3º., do Art. 5º., da Lei do orçamento, nº 566, de 8 de abril d'este anno, athe a quantia de 12:000 \$000 (doze contos de réis), para a construção de um edifício na cidade de Palmeira em terreno da Municipalidade, para nelle funcionar um Grupo Escolar. Art. 2º. Esse Grupo Escolar, onde funcionarão as escolas da mesma cidade, terá a denominação perpétua de "Conselheiro Jesuíno Marcondes" em homenagem ao ilustre paranaense desse nome e que tantos serviços prestou ao Paraná e que teve o seu berço naquela cidade. Art. 3º. A secretaria de Obras Publicas ordenara a confecção da planta, organização do orçamento e entregara a fiscalização das obras, que devem ser logo iniciadas, á Camara Municipal da cidade de Palmeira. Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário. Palacio da Presidencia do Estado do Paraná, em 3 de dezembro de 1904. VICENTE MACHADO DA SILVA LIMA Bento José Lamenha Lins (Decreto de Lei nº. 407, apud, Freitas, 1977, p. 56).

Seguindo os moldes de organização das escolas-modelo do Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, o Grupo Escolar "Conselheiro Jesuíno Marcondes" foi construído no lote de terreno localizado na Rua Conceição, região central da cidade de Palmeira, doado pela prefeitura para a edificação do grupo escolar. Note-se que no início do século XX os municípios que mantivessem escolas primárias isoladas funcionando na região poderiam requisitar a criação de um grupo escolar, desde que disponibilizassem uma área territorial para a construção do novo edifício.

Lei nº 70, de 10 de agosto de 1905.

Art. 1º. Fica desde já considerado devoluto o terreno comprehendido na esquina da rua Conceição e praça Floriano desta cidade. Art. 2º. Fica destinado o mesmo terreno para edificação do prédio para o grupo escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes. Art. 3º Revogão-se as disposições em contrário. Mando portanto a todas as autoridades a quem deva pertencer o conhecimento e execução da presente Lei e cumprão e fação cumprir inteiramente o que nella contem. Cidade de Palmeira, em dose de agosto de mil novecentos e cinco. Eu Luiz Gonçalves Lica, Secretario interino da prefeitura a escrevi. O prefeito Manoel Pires de Araujo Vida (Decreto de Lei nº 70, prefeitura de Palmeira, apud, FREITAS, 1977, p. 55).

O lote de terreno destinado para a construção do grupo escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes pertenceu a uma família tradicional da cidade de Palmeira, neste endereço localizava-se a casa do tenente "[...] Antonio Joaquim de Camargo, genro do fundador da Palmeira, o Tenente Manoel José de Araújo, e pertencente ao

tronco da família Camargo do Paraná” (Centenário da escola Jesuíno Marcondes, 2007, p. 39). O terreno amplo permitiu que a família construísse ali, no século XIX, um grande solar, uma moradia utilizada para sua permanência na cidade quando os mesmos deslocavam-se da fazenda Conceição onde residiam. Com o passar dos anos essa casa foi sendo abandonada pelos descendentes da família chegando aos poucos à ruína total.

Por tratar-se de um terreno bem localizado, entre a Rua da Conceição, principal centro de comércio de Palmeira, com vista frontal da Praça Floriano e fundos da igreja Matriz da cidade, os políticos da época decidiram ser o local mais apropriado para a construção do novo grupo escolar que representaria a “modernidade” da cidade.

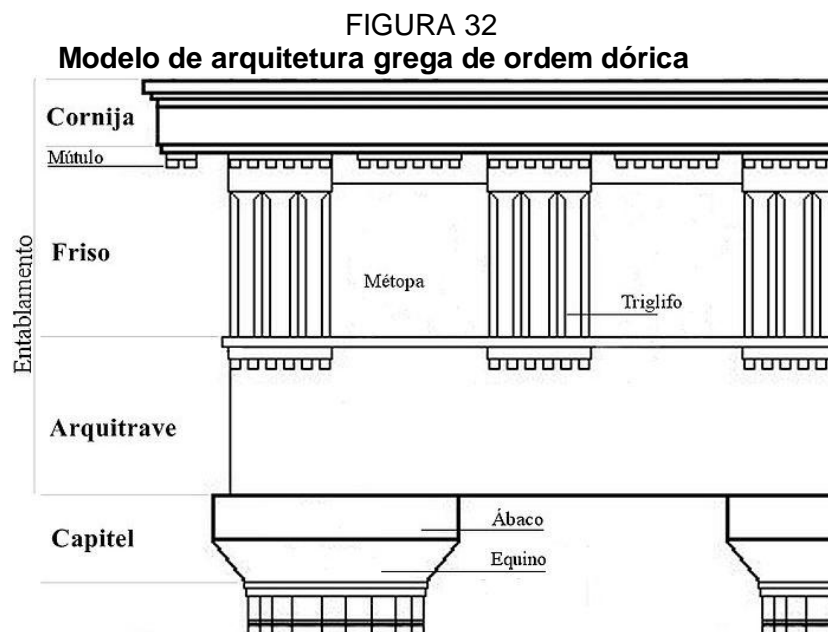
A construtora do Sr. Heitor Manente, cuja matriz localizava-se na cidade de Ponta Grossa, foi responsável pela edificação do grupo escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes. A mão de obra destinada para a construção do prédio foi recrutada entre os moradores da região, que já tinham experiência no ramo da construção civil, e também entre os moradores de regiões próximas a Palmeira.

Pedro Perotta, Manoel Fernandes Lavrador e Pedro Pizoni foram os mestres pedreiros que cooperaram nos serviços de construção do suntuoso edifício. Esses hábeis profissionais, residentes em Palmeira, muito contribuíram para a feitura da obra. Dentre os vindos de fora, mercê das suas habilitações profissionais destacaram-se como exímios artífices que eram. Os jovens pedreiros Paulo Krambeck e Romão Stoltz, oriundos de Ponta Grossa, foram contratados para os serviços dessa obra (FREITAS, 1977, p.45).

O prédio⁵⁸ do grupo escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes foi edificado com toda a grandiosidade dada à escola pública e estatal, considerada a instituição que formaria a sociedade no modelo de instrução republicana com vistas a consolidar o novo regime político do país. A construção eclética com paredes de tijolos, alicerces de pedra e cercada por jardins destacava-se por sua imponência e seguia os moldes da arquitetura grega de ordem dórica.⁵⁹

⁵⁸ Após a transferência do grupo escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes, para o novo prédio, em 1938, no edifício antigo construído em 1906 passou a funcionar, o Fórum da Comarca; posteriormente a Coletoria do Estado; o Museu e a Biblioteca municipal; o Campus da Universidade Estadual de Ponta Grossa em Palmeira; e atualmente funciona a Escola Municipal Imaculada Conceição.

⁵⁹ A arquitetura clássica grega apresenta três ordens arquitetônicas: a ordem **dórica** grega foi principalmente empregada no exterior de templos dedicados a divindades masculinas e é a mais



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/d/dc/Ordem_dorica_II.jpg/250px-Ordem_dorica_II.jpg

No centro do prédio do grupo escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes encontrava-se duas colunas destinadas a receber as cargas verticais da obra; o entablamento era formado pela arquitrave, ou seja, uma trave horizontal que se apóia nas colunas; por uma faixa utilizada para a divisão da ornamentação da superfície da parede denominada de friso; e pela cornija uma faixa horizontal que se destaca da parede com o intuito de acentuar as nervuras nela empregadas.

Na área do pórtico, local coberto na entrada do edifício, destaca-se o pináculo do prédio construído em alvenaria e denominado, pelos gregos, como a área mais alta de uma construção onde se localiza o acrotério, ou seja, o elemento ornamental que decorava a fachada do edifício. O portal e as janelas do grupo escolar eram em [...] arco batido ou aberto, com padieira em forma de cornija curva, segmentada pela “chave” saliente, sendo os demais elementos que compõem o arco executado em baixo relevo e separado entre si. (Centenário da escola Jesuíno Marcondes, 2007, p.42).

simples das três ordens gregas definindo um edifício em geral baixo e de caráter sólido; A ordem **jônica** desenvolvendo-se paralelamente ao dórico apresenta formas mais fluidas e uma leveza geral, sendo mais utilizado em templos dedicados a divindades femininas; A ordem **coríntia** é característica do final do século V a.C. sendo utilizado inicialmente só no interior, possui um estilo decorativo e trabalhado. (<http://www.diretoriodearte.com/uncategorized/arquitetura-grega-periodo-classico/>).

FIGURA 33
Arquitetura do prédio do grupo escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes



Fonte: Museu Histórico Astrogildo de Freitas – Palmeira/PR

O projeto⁶⁰ moderno de criação dos grupos escolares, cujo objetivo era o de civilizar e moralizar as crianças fez-se notar em cada sala de aula, bem como em cada local existente do prédio escolar. O espaço físico ocupado pelo Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes contava com quatro salas de aula, um compartimento central de acesso dos professores as salas de aula, duas salas pequenas usadas para apoio, e pátios que rodeavam o prédio. Os banheiros ficavam na área externa do prédio, no entanto ligados a ele por corredores cobertos. Cada sala de aula tinha uma entrada lateral utilizada para a entrada e saída dos alunos sem que os mesmos tivessem algum tipo de comunicação.

⁶⁰ O mesmo projeto utilizado para a construção do grupo escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes, posteriormente foi utilizado para a construção de mais dois grupos escolares na região dos Campos Gerais – PR, um deles situado no município de Ipiranga, o “Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos” (1914) e o outro implantado em área central de Tibagi, o “Grupo Escolar Telêmaco Borba” (1915).

FIGURA 35
 Figura ilustrativa da planta do prédio
 Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes



Fonte: Elaborado pela pesquisadora

O formato retangular das salas de aula, projetado para atender os princípios disciplinares do modelo de educação nos grupos escolares republicanos, permitia a distribuição das carteiras em fileiras de modo a facilitar o trabalho do professor, pois o mesmo teria a visão total da sala de aula e assim o controle dos alunos.

Os móveis que compunham as salas de aula do grupo escolar “Conselheiro Jesuíno Marcondes” foram elaborados diferentemente dos móveis das escolas Isoladas⁶¹, as carteiras feitas para serem ocupadas por dois alunos foram substituídas pelas carteiras individuais, uma vez que as mesmas consistiam em um aparelho

[...] ideal para manter a distância entre os alunos, evitando o contato, a brincadeira, a distração perniciososa. Nenhum contato com outros corpos, isolado cada aluno em seu espaço- o domínio da carteira e suas adjacências – ficavam garantidas a disciplina, a moral e o asseio (SOUZA, 1998, p.140).

A inauguração⁶² do grupo escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes foi promovida pela prefeitura Municipal de Palmeira e aconteceu no primeiro trimestre

⁶¹ Para as escolas isoladas, por serem economicamente mais viáveis no sentido de ocupar um espaço físico menor, o governo brasileiro continuou a fabricar as carteiras com dois lugares, ficando reservadas as carteiras individuais para as escolas modernas, ou seja, para os grupos escolares.

⁶² Por trinta e sete anos as atividades educativas foram ministradas no prédio construído em 1906. No dia 27 de agosto de 1938 ocorreu a inauguração do novo prédio construído na Rua Jesuíno

de 1907, apesar de a obra já estar concluída em 1906. A solenidade de inauguração foi feita com toda magnificência, autoridades locais e quase toda a população residente na cidade participaram da cerimônia.

Por considerar os grupos escolares como sinônimos de “progresso” e “engrandecimento” do país, os republicanos promoviam, com vistas a propagar essa idéia, a inauguração dos mesmos com grande “[...] festividade, à qual compareciam as autoridades do ensino e as personalidades do cenário político, financeiro e social, mais importantes do local” (OLIVEIRA, 1994, p. 121).

FIGURA 35
Festividade de inauguração
Grupo Escolar “Conselheiro Jesuíno Marcondes” - 1907



Fonte: Museu Histórico Astrogildo de Freitas – Palmeira/PR

Os grupos escolares republicanos foram criados pela junção das escolas isoladas existentes na localidade onde os prédios seriam construídos, desse modo após a inauguração do prédio do Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes duas escolas primárias dedicadas à alfabetização passaram a funcionar no mesmo. Uma das escolas era restritamente masculina sendo a outra destinada às meninas,

Marcondes, cujo espaço físico contou com oito salas de aula; salão de festas, banheiros; cozinha e refeitório; e salas administrativas. Ata de inauguração do novo prédio em: ANEXO II

no entanto alguns alunos do sexo masculino foram matriculados na mesma, o que a caracterizou como promiscua.

Mesmo com a denominação de grupo escolar “Conselheiro Jesuíno Marcondes” as escolas reunidas, num primeiro momento, funcionaram independentes entre si, como se fossem isoladas, mantinham salários diferenciados e sua organização não era como a de um grupo escolar, propriamente dito. Não havia diretor e cada professor ministrava sua aula isoladamente, prestando serviços e subordinação apenas à inspetoria do Ensino Público do Estado.

Após a criação do grupo escolar na cidade de Palmeira, nas localidades rurais distantes do centro urbano a educação continuou a ser ministrada de forma precária nas escolas Isoladas das comunidades. As desigualdades se fizeram presentes, pois para as crianças pobres que moravam nas áreas rurais a educação continuava a ser ministrada nas escolas públicas Isoladas, onde estudavam por até quatro anos na mesma e única sala de aula, e do outro lado, na região urbana, vê-se a escola grandiosa, graduada, moderna, com várias salas de aula, frequentada, em sua maioria, pelos filhos da classe burguesa.

3.4 Professores e alunos do grupo escolar

Nas escolas dos Campos Gerais, bem como nas escolas do restante do país, a formação dos professores e dos alunos tinha como base a nacionalização da sociedade, o papel da escola nesse contexto era o de divulgar essas idéias, sem que nada interferisse na nova ordem. O discurso ideológico conservador é centrado em valores morais, caráter, e bons sentimentos, a educação nesse sentido,

[...] combate à grande ameaça contra a estabilidade e a ordem social: a ignorância do povo, em especial a das classes “baixas”. Naturalmente só por ignorância, o indivíduo pode rebelar-se contra uma ordem de coisas que garante a cada um seu lugar na sociedade, a tranquilidade para viver em liberdade, ter profissão, casar e ter filhos, enfim desfrutar de todos os direitos que a sociedade moderna concede aos homens, todos igualmente livres, donos de seu trabalho, cujos frutos lhe poderão assegurar o acesso à propriedade, acesso esse garantido por lei a todos e a cada um

dos cidadãos igualmente, na medida de seu esforço e capacidade (ROSSI, 1986, p. 25).

A escola pública sob a responsabilidade do Estado representava a regulação do comportamento dos professores e dos alunos determinando normas e valores morais e sociais, desse modo as escolas normais existentes no país tinham “[...] o papel de formar os mestres para as escolas de ensino primário; e foram criadas como necessárias para o desenvolvimento de um bom cidadão, que correspondesse aos interesses da burguesia” (NASCIMENTO, 2008, p.100).

A formação dos professores no Paraná no início do século XX era quase que em sua totalidade, realizada na Escola Normal do Paraná em Curitiba, que seguia os moldes republicanos de educação oferecida no colégio de São Paulo e no colégio do Rio de Janeiro, e oferecia a melhor preparação educacional que no início do período republicano era possível se obter.

Para ser professor primário da escola pública republicana era preciso assumir certos compromissos que viessem a garantir o bom desenvolvimento da nova ordem legitimada pelo Estado, uma vez que

[...] a inserção em projetos de expansão escolar e a formação de professores nas Escolas Normais compunham um projeto de nacionalidade desses governos. O interesse que os impulsionava não era a educação do povo, mas a consolidação do novo projeto político. O professor foi inserido nesse contexto como aquele que garantiria o sucesso da nova ordem, razão pela qual era cercado de aparato legal, assim, o controle de suas atividades (idem, p. 129).

Os primeiros professores que lecionaram no grupo escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes foram: João Raymundo Ramos, professor das classes dos meninos, e Maria Luiza Rodrigues⁶³, que ministravam as aulas para a classe feminina. Note-se que nos primeiros anos do regime republicano ocorre uma distribuição diferenciada das classes de alunos, uma vez que as aulas a serem ministradas nas escolas do sexo feminino e das escolas mistas cabiam às professoras, enquanto a regência das escolas masculinas era permitida apenas aos professores do sexo masculino.

⁶³ Cabe ressaltar que os professores citados, não eram normalistas, lecionavam nas duas escolas públicas Isoladas de Palmeira, cujo agrupamento realizou-se com a criação do grupo escolar.

Para trabalharem nas escolas públicas os professores eram submetidos à exames compostos por dois momentos: num primeiro momento era realizado um exame teórico, ou seja uma prova escrita, cujo objetivo era o de avaliar o conhecimento dos professores, seguido pelo exame prático realizado por meio de uma prova oral, de arguição.

No exame para o provimento da função no magistério, era exigido do candidato o mesmo que se exigia para lecionar no ensino primário, isto é, para os professores considerados de 1º grau: leitura e caligrafia; aritmética, compreendendo as quatro operações sobre todas as espécies de números; noções de desenho linear; re-interpretação e leitura em voz alta; composição e descrição elementar de cartas, objetos e assuntos da vida comum; ginástica de salão; trabalhos de agulha e obras de mão para as meninas. Para os professores das escolas nomeadas como de 2º grau, era exigido do candidato o seguinte domínio de conteúdos: gramática, compreendendo somente etimologia; sintaxe e morfologia; aritmética em geral; noções de geometria plana; noções gerais de geografia e história da pátria, especialmente do Estado; noções dos direitos e deveres dos cidadãos; decoração e explicação de trechos de escritores nacionais; ginástica de salão; composição em estilo epistolar descritivo; costura, bordado e corte, para as meninas (PARANÁ. Decreto nº.35, 1895, Art.5º, apud, NASCIMENTO, 2008, p.126).

No grupo escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes, num primeiro momento o corpo docente foi formado pelos professores efetivos que trabalhavam nas escolas isoladas agrupadas nos mesmos, posteriormente o governo do Estado nomeou os novos professores formados pela escola normal, que foram distribuídos em classes, de acordo com a classificação de cada um nos exames realizados.

FIGURA 36
**Alunos do Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes
Professor Aristheu Correia Bittencourt – 1910**



Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira

Além do corpo docente, fazia parte do quadro de funcionários do grupo escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes o diretor, uma figura que representava o papel central na organização da escola graduada, e a ele estavam reservadas as seguintes funções:

[...] a administração da escola e a guarda do prédio, de utensílios e mais objetos da sociedade entregues a seu cargo; a direção da educação dos alunos, incluindo a organização do regimento interno, dos programas de estudo e dos métodos de ensino; a nomeação de todos os professores e mais empregados do colégio. Estavam também a seu cargo a realização da escrituração necessária à prestação de contas mensais à diretoria da sociedade. O diretor era obrigado a residir nas dependências do colégio e a participar a diretoria caso precisasse ausentar-se, o que não poderia ocorrer por mais de três dias sem licença expressa do presidente (MORAES, 2006, p. 169).

O cargo de diretor nos grupos escolares se dava por meio de nomeação feita pelo governador do Estado, escolhido entre os professores normalistas que lecionavam nas escolas reunidas, cabia ao mesmo assegurar a transformação da escola isolada em uma escola primária moderna. Como representante da autoridade

do ensino o diretor deveria defender os ideais republicanos do Estado, por muitas vezes “[...] fazia parte da plêiade de pessoas ilustres da localidade juntamente com o presidente da Câmara, o vigário, o juiz, o delegado.” (SOUZA, 1998, p. 78). Após a nomeação o diretor do grupo escolar continuava a ministrar suas aulas, só que com a ajuda de um professor adjunto.⁶⁴

O primeiro diretor do grupo escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes foi o professor Arthur Borges de Macedo, como citado anteriormente nos primeiros anos de funcionamento as escolas isoladas agrupadas exerceram suas atividades isoladamente sem a figura do diretor, somente alguns anos após a fundação do grupo escolar é que se nomeia um professor normalista para ocupar esse cargo.

Quadro - IV
Corpo docente do Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes

Diretores 1908-1938	Professores normalistas 1908-1912
Arthur Borges de Macedo	Antonia Reginato
Brasílio Thomaz Bittencourt	Sanita Arantes
Zacharias Alves de Souza	Mirtes Códega
Ângela Ferrario Lopes	Maria da Luz Cordeiro
Maria de Faria Branco	João Teófilo Gummy Júnior
Djanira Ribas Taques	Aristheu Correia Bittencourt
Edgard O. Fernandes	Francisco Ferreira da Costa
Sadi Lopes	Leônidas Ferreira da Costa

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em FREITAS, 1977.

Note-se que nos exames para a seleção dos professores normalistas que ocupariam as cadeiras nos grupos escolares exigiam-se o domínio de certos conteúdos, dentre eles pode-se elencar os conhecimentos em história e geografia, destacando-se os conhecimentos sobre a história dos “heróis da pátria”.

No grupo escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes, assim como nos demais grupos escolares do país, a educação voltava-se para a formação moral e cívica, as regras implantadas conduziam a vida social dos alunos determinando horário de entrada e de saída da escola, bem como o horário de descanso.

⁶⁴ Professor adjunto era aquele que substituíria o professor efetivo em sua falta, a ele competia comparecer todos os dias nos grupos escolares, no entanto recebia apenas pelas aulas que efetivamente ministrava. “Para chegar à categoria de professor adjunto, o professor devia ter exercido a função de auxiliar de ensino em escolas de mais de sessenta alunos” (NASCIMENTO, 2008, p. 133).

Embasada no nacionalismo, no amor à pátria, no enaltecimento dos “heróis” e na valorização dos símbolos da pátria, a escola pública republicana apresentava-se como uma instituição propícia para a propagação dessa idéia, [...] cabendo-lhe ensinar todas as crianças a se tornarem cidadãos crentes na nova ordem, sem que nenhuma propaganda contrária pudesse abalar os procedimentos de aprendizagem na sala de aula (NASCIMENTO, 2008, p.101).

Nos grupos escolares republicanos, diferentemente das escolas públicas isoladas, as classes eram distribuídas por séries, os conteúdos pedagógicos a serem trabalhados em cada série deveriam ser de acordo com o grau em que os alunos se situavam, sendo necessário, para se obter o diploma do curso primário completo, estudar por um período de três anos no ensino elementar e de um ano no ensino complementar.

O ensino primário no grupo escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes era composto de quatro anos de duração com dois turnos de aula, sendo um no período matutino e outro turno no período vespertino, o primeiro se iniciava às oito horas da manhã e encerrava as onze, o segundo turno iniciava-se ao meio dia, finalizando-se às dezesseis horas.

Neste sistema de aulas, cabia aos alunos mais “adiantados” que se encontravam no terceiro ano, auxiliarem os demais colegas em suas tarefas, uma vez que, os professores contando com uma turma “[...] superior a sessenta alunos por classe, por mais de três meses consecutivos, poderiam requerer a ajuda de um aluno-mestre que estivesse cursando a terceira classe” (idem, p. 123). Por considerarem-se suficientemente alfabetizados, muitos desses alunos-mestre concluíam seus estudos no ano intermediário, ou seja, no terceiro ano, não mais regressando à escola para cursar o quarto ano do curso.

A aprendizagem era apoiada pelos ideais positivistas que a partir da primeira reforma do ensino na República, em 1890, feita pelo Ministro da Instrução Benjamim Constant, e “[...] pela situação histórica e conjuntural, seria considerada modelar para o país e referência constante para as diferentes reformas estaduais ocorridas (CURY, 1991, p.34). Note-se que o positivismo representou para as elites a modernização do Brasil, bem como o estabelecimento da república por meio da “Ordem e Progresso”.

A educação positivista deveria disseminar padrões morais e intelectuais a partir de medidas pedagógicas que tinham como meta a inserção dos ex-escravos e dos imigrantes no sistema republicano de governo. A reforma trazia para sua organização as idéias filosóficas e pedagógicas de Augusto Conte

[...], sobretudo do ensino fundamental, primário e secundário, aliás acerbamente criticadas, como as do ensino normal e militar, pelos positivistas ortodoxos do Brasil, não só marcavam uma ruptura com a antiga tradição do ensino humanístico, predominantemente literário, como traziam o caráter de inovações tendenciosas, levantando a suspeita de planos fechados ou construções completas com que se iniciavam as sistematizações escolares e que pertenciam ou se supunha pertencerem à imaginação ou ao espírito de sistema (AZEVEDO, 1976, p.125).

Os procedimentos pedagógicos a partir dos quais o conteúdo era trabalhado pelo professor em sala de aula baseava-se no método intuitivo ou *lições de coisas*, criado com a finalidade de se resolver “[...] o problema da ineficiência do ensino, diante de sua inadequação às exigências sociais decorrentes da revolução industrial que se processara entre o final do século XVIII e meados do século XIX” (SAVIANI, 2008, p. 138). O ensino começava pelo conteúdo mais simples a partir do qual o aluno adquiria novos elementos que seriam trabalhados gradualmente; por meio da memorização o aluno deveria ter condições de repetir fielmente o conteúdo ensinado pelo professor; a autoridade do professor, com vistas a garantir a ordem na escola, permitia a execução de castigos e prêmios; e a intuição deveria garantir um ensino a partir da sensibilidade e percepção do aluno, o que acarretou na utilização de mapas, gravuras e objetos concretos nas salas de aula.

O programa de ensino dos grupos escolares republicanos compreendia em:

Leitura e dedução de princípios de gramática; escrita e caligrafia; cálculo aritmético sobre números inteiros e frações; geometria prática (taquimetria) com noções necessárias para suas aplicações à medida de superfície e volumes; sistema métrico decimal; desenho à mão livre; moral prática; educação cívica; noções de geografia geral; cosmografia; geografia do Brasil, especialmente do Estado de São Paulo; noções de física, química e história natural nas suas mais simples aplicações, especialmente à higiene; história do Brasil e leitura sobre a vida dos grandes homens; leitura de músicas e cantos; exercícios ginásticos e militares, trabalhos manuais

apropriados à idade e ao sexo (Decreto n.248, de 26.7.1894, apud, SOUZA, 1998, p. 48).

Os exames de aprendizagem⁶⁵ dos alunos no grupo escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes assim como nos outros grupos escolares do Brasil, eram realizados anualmente por uma comissão examinadora formada pelos professores normalistas da escola e pelos inspetores escolares, que tinham a tarefa de avaliar a capacidade individual de cada aluno.

FIGURA 37

Alunos dos professores: João Teófilo Gumy Júnior e Aristheu Correia Bittencourt Formandos 1912⁶⁶



Fonte: Museu Histórico Astrogildo de Freitas – Palmeira/PR

A primeira turma a se formar no grupo escolar, em 1912 após quatro anos de estudos, era composta por cento e dez (110) alunos do sexo masculino. A maioria dos alunos que frequentava o grupo escolar e que compunha a turma de 1912 era proveniente da sociedade urbana de Palmeira, filhos dos comerciantes, de representantes políticos, donos de hotéis, padarias, açougues, etc.

⁶⁵ ANEXO V

⁶⁶ ANEXO IV

Pode-se dizer que os grupos escolares republicanos criados no Brasil no início do século XX, incluindo o grupo escolar da cidade de Palmeira, atenderam nas primeiras décadas de sua implantação

[...] a alunos provenientes das camadas populares, no entanto, daqueles setores mais bem integrados no trabalho urbano. Desse contingente estavam excluídos os pobres, os miseráveis e os negros. As fotografias da época revelam a pequena presença de crianças negras nas classes dos grupos escolares, e isso se explica pelas péssimas condições sociais em que se encontrava a população negra da época (SOUZA, 1998, p.27).

Nesse sentido, o grupo escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes não proporcionou o acesso de todas as crianças da cidade de Palmeira à escola pública, como propunha o ideário republicano, uma vez que por localizar-se numa região central distanciava-se das colônias rurais, fator esse que acarretou na continuidade da criação de novas escolas públicas Isoladas até meados do século XX. O discurso político liberal de longe representou a realidade escolar das populações pobres que viviam na região, o descaso do governo foi notado por meio da improvisação dos recursos financeiros destinados às precárias escolas públicas Isoladas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo principal analisar o processo de criação do primeiro grupo escolar republicano na cidade de Palmeira, região dos Campos Gerais - PR. O período histórico analisado correspondeu o final do século XIX e início do século XX, marcado pela passagem do regime de governo imperial para o regime republicano e pela transição do trabalho escravo para o trabalho livre e assalariado.

Como já observado, o primeiro momento desse estudo foi caracterizado pelo levantamento e pela catalogação das fontes primárias e secundárias relacionadas ao grupo escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes e à formação da sociedade de Palmeira, pois para a realização da análise do referido objeto de pesquisa foi necessário compreender as relações econômicas, políticas e sociais do contexto no qual o mesmo estava inserido. É preciso deixar registrado a importância do resgate histórico das instituições escolares no Brasil, visto a dificuldade encontrada no processo de levantamento das fontes sobre o presente objeto de pesquisa. Pode-se afirmar que o incentivo para com a preservação histórica de documentos que retratem uma determinada sociedade em um determinado período histórico, deve ser constantemente trabalhado nas comunidades escolares visando à preservação desse material.

Mesmo se tratando de uma pesquisa que se propôs a resgatar as fontes históricas de uma determinada região, foi preciso analisar o Brasil na totalidade de suas relações para então perceber quais foram os reflexos do contexto nacional que influenciaram a realidade da sociedade na cidade de Palmeira.

Contudo, deparou-se inicialmente com a dificuldade de empreender uma pesquisa que contemplasse toda a complexidade da escola pública numa sociedade capitalista e suas conseqüências na criação do grupo escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes. Para enfrentar tal dificuldade foi necessário estabelecer uma delimitação que, apesar de não abranger toda a complexidade do problema, acreditou-se que poderia contribuir de forma significativa para a compreensão dos objetivos propostos para o estudo. No entanto, considera-se que outras pesquisas poderão ser empreendidas a partir desse trabalho, buscando investigar outros elementos, que no limite da construção deste não se pode desenvolver, principalmente no que diz

respeito à forma como o método de ensino se desenvolveu num país capitalista em que se valoriza o individualismo.

A delimitação empreendida nessa pesquisa ficou circunscrita no período histórico entre os anos de 1889 a 1907 e engloba a fase inicial do Regime Republicano no Brasil. Entretanto, na realização do estudo, foram também sendo explicitados alguns elementos importantes, como por exemplo, a origem da divisão da sociedade de classes e a criação da escola pública para todos como estratégia da ordem capitalista.

Como tais elementos importantes para o estudo foram sendo explicitados ao longo do trabalho?

Inicialmente, para a compreensão da estrutura econômica, política e social, presente no período republicano brasileiro no final do século XIX e início do século XX, período transitório entre a abolição do trabalho escravo e inserção do trabalho livre e assalariado no país, fez-se necessário tomar como fio condutor a divisão da sociedade em classes distintas e a divisão social do trabalho, fatores esses que influenciaram diretamente na criação de uma educação formalizada e na criação da escola como instituição, para posteriormente adentrar no período histórico delimitado da pesquisa e analisar a criação da escola pública, gratuita e estatal no Brasil

No Final do século XIX ocorreu um avanço econômico nas exportações de café tornando o Brasil um dos maiores exportadores do gênero. Com a abolição da escravidão ocorre a falta de braços para os trabalhos nas lavouras, de modo que, surge a necessidade de se capacitar os ex-escravos para exercerem o trabalho livre. Entretanto a idéia de se criar uma escola para a preparação dos negros deixa de ser colocada em questão após a inserção dos trabalhadores europeus nas lavouras de café. A educação, com a república, volta-se então para a formação dos ideais nacionais, incorporando a grande massa de imigrantes que traziam consigo as tradições de sua terra natal. Inserir o novo trabalhador no contexto nacional torna-se o objetivo central da proposta educativa republicana.

Pensando nessa nova forma de trabalho, e também como justificativa para o novo caráter republicano, presume-se uma educação que procurará adequar à idéia de trabalho existente, e também controlar essa massa, agora de cidadãos. Educar seria então uma forma de se inculcar nas pessoas a disciplina do trabalho, visando com isso, manter a ideologia das elites dominantes.

Os republicanos utilizaram-se da educação como um de seus aparatos para a divulgação de seus ideais, enfatizando a necessidade de se alfabetizar “toda” a população do país. Os discursos a favor da modernização e progresso do Brasil ressaltavam a criação de novos e modernos prédios que viessem a agrupar as escolas públicas isoladas, formando assim os grupos escolares republicanos. Escolas públicas, gratuitas e estatais são criadas nesse contexto, sendo a educação, colocada pelos republicanos, como a salvação do país. Nessa nova lógica de “progresso”, baseado na divisão social do trabalho, o analfabetismo é visto como uma praga a ser “erradicada” do país, visto que a prioridade era a urgência em elaborarem-se possíveis reformas educacionais.

Percebeu-se que apesar de os discursos republicanos enfatizarem uma educação pública para “todos”, o ensino foi elaborado e ministrado conforme o “[...] interesse de classe, e da classe burguesa que, contudo, busca se impor apresentando seus interesses como sendo de caráter universal” (SANTANA, 1996, p. 22), visto que essa educação se deu de forma diferenciada, pois deveria atender os indivíduos da sociedade de acordo com as circunstâncias e o destino de cada um.

As mudanças ocorridas no Brasil, no final do século XIX, refletiram no Paraná, cuja economia, de modo geral, estava voltada para o setor de subsistência, da exploração do pinho, e da exportação da erva-mate.

Com a vinda dos imigrantes europeus, destinados ao sul do Brasil com o intuito de povoar as terras nas áreas rurais, formaram-se os diversos núcleos coloniais. Utilizando carroças e carroções os colonos transportavam a erva-mate do interior para os moinhos de beneficiamento de Curitiba, além de desenvolverem a produção agrícola nas colônias, desenvolveram também o comércio e o artesanato.

Entretanto, não se pode deixar de evidenciar que ao substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre e assalariado, a sociedade brasileira não aboliu os antagonismos de classes, visto que o trabalhador livre foi colocado em seu posto para suprir as necessidades existentes no sistema capitalista, que propõe a idéia de homem livre simulando uma sociedade igualitária, sem deixar aparentes as desigualdades existentes.

No município de Palmeira nos Campos Gerais a presença de imigrantes europeus se deu com a formação de diversos núcleos coloniais para onde foram instalados os colonos oriundos da Rússia, Polônia, Alemanha e da Itália. A criação

da primeira Colônia de imigrantes se deu em 1877, formada pelos imigrantes russo-alemães. Da divisão dessa colônia originaram-se seis núcleos coloniais, distribuídos de acordo com a religião de cada grupo de imigrantes, trabalhando no cultivo das terras, na extração e transporte da erva-mate os colonos viviam precariamente em localidades distantes da região urbana de Palmeira.

Nos primeiros anos de instalação nas colônias, a educação dos filhos dos imigrantes foi realizada nas igrejas da comunidade, cujas aulas eram ministradas pelo representante religioso, na língua nativa de cada etnia. Com o advento da república surge a questão do nacionalismo e a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa nas escolas de imigrantes. Por não aderirem a essa exigência muitas dessas escolas foram fechadas e os filhos dos imigrantes se viram obrigados a frequentar as escolas públicas Isoladas do estado, criadas nas regiões rurais de Palmeira. O espaço físico ocupado por essas escolas eram precários, neles predominava a carência total de materiais escolares, livros, cadernos, e salários para os professores. O descaso para com as mesmas, por parte do governo era evidente, no entanto elas funcionaram paralelamente ao grupo escolar republicano criado na área urbana de Palmeira.

No início do século XX, a economia da cidade que tinha como base estrutural a agropecuária realizada nas fazendas passa a ser urbana. A população crescente precisava suprir suas necessidades básicas, nesse sentido o comércio no centro urbano passa a ser a prioridade econômica da região. Com o desenvolvimento da cidade formou uma classe burguesa, representada por comerciantes, políticos, donos de fazendas, etc., com grande poder aquisitivo, que interessados no “progresso e na modernidade” da cidade de Palmeira reivindicaram a construção de um prédio que abrigaria o grupo escolar republicano da região.

Para atender o projeto de modernidade, que o ideal republicano propunha o grupo escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes foi construído com toda imponência, como sinônimo de “progresso” representava a justificativa ideológica nos discursos republicanos pela valorização da educação por meio da escola pública e estatal, considerada a instituição que formaria a sociedade de Palmeira no modelo de instrução republicana criado no estado de São Paulo e no Rio de Janeiro.

Ao defender a criação da escola pública gratuita e estatal, os republicanos enfatizavam em seus discursos a importância da educação como meio de “superação” das desigualdades existentes no país, no entanto caracterizada como

uma escola urbana o grupo escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes atendeu apenas as crianças que moravam nas proximidades do prédio, ficando de fora as crianças pobres que viviam nas regiões rurais, destinadas a estudar nas precárias escolas públicas Isoladas.

Nesse sentido percebeu-se durante a análise realizada sobre o grupo escolar em questão, que o mesmo não atendeu a toda a população da cidade de Palmeira, como propunha ideologicamente o ideário republicano de instauração dos grupos escolares. A democratização de oportunidades iguais de acesso às escolas públicas no Brasil não foi uma realidade concreta visto que ao se implantar a escola pública numa sociedade de classes, as desigualdades presentes anularam a “igualdade” proposta pelo ideário.

No entanto é preciso salientar que não houve contradições, pois o ideário republicano nos Campos Gerais efetivou-se, ou seja, ao propor uma escola pública e gratuita o governo jamais teve a intenção de atender a toda a população nos grupos escolares urbanos, mas utilizou-se do discurso, baseado na idéia de liberdade e igualdade, para apoiar o novo regime político que se instaurava no país.

Assim, a partir dos elementos expostos nesta pesquisa, conclui-se que a criação da escola, desde a sua gênese, é correlata a divisão social do trabalho, da instituição da propriedade privada e conseqüentemente da divisão da sociedade em classes. Criada para atender a uma determinada parcela da sociedade percebeu-se que a escola, no transcorrer do processo histórico da humanidade, não fez mais que propagar as idéias da classe que detinha o poder nas mãos. Ao propor uma escola pública, gratuita e estatal o Estado, como representante dessa classe, propôs ideologicamente uma educação democrática que atenderia a toda a população, sem distinção de classes, no entanto compreendeu-se que esse ideário foi um aparato político utilizado pelos republicanos, visto que seria impossível, como já colocado, atender aos interesses de toda uma sociedade que estruturalmente está dividida em classes antagônicas, ou seja, burguesia e proletariado, ricos e pobres.

Finalmente, cabe ressaltar que dada à abrangência do trabalho, tem-se a clareza de que ainda há muito que investigar sobre a institucionalização da escola pública no Paraná, seja no modelo de Grupo Escolar ou de Escola Pública Isolada. Diante dessa realidade, acredita-se que esse estudo poderá incentivar o surgimento de outras pesquisas de forma a avançar ainda mais nos espaços não alcançados na

relação entre o Ideário Republicano nos Campos Gerais e a criação do grupo escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 5. ed., revista e ampliada. [São Paulo] Melhoramentos, Editora da USP [1971].

ALBBAGNANO, Nicola. **Dicionário Filosófico**. 1ª ed. Brasileira, 5ª ed. São Paulo. Martins Fontes, 2007.

BAPTISTA, Vera Biscaia Vianna. **Curitibanos dos Campos Gerais**. Curitiba: Fundação Cultural, 2002. 192p.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia** 24. ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

Centenário da escola Jesuíno Marcondes. Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira. Prefeitura Municipal de Palmeira, 2007.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**. 7. ed., São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CORRÊA, Amélia Siegel. **Imprensa e política no Paraná**: Prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XX. 230f. Dissertação (mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, 2006.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Cidadania republicana e educação**: uma questão democrática no governo Provisório do Mal. Deodoro e no Congresso Constituinte de 1890-1891. Tese (doutorado – departamento de administração escolar. Área e Política nacional) Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Minas Gerais, 1991.

ENGELS, Friedrich. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado** / Friedrich Engels; tradução de Leandro Konder – 12. ed. – Rio de Janeiro – RJ: Bertrand Brasil S.A, 1991.

FARIA F., Luciano Mendes, VEIGA, Cynthia G. (orgs.) **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FONSECA, Celso S. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Vol 1, 2, 3. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986.

FREITAS, Astrogildo de. **Palmeira Reminiscência e Tradições**. Curitiba: Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense. EP 4 – Estante Paranista, Lítero – Técnica, 1977.

_____. **Palmeira Reminiscência e Tradições**. Vol II Curitiba: Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense. Estante Paranista, Lítero Técnica, 1984.

FREITAS, Marcos Cezar de. **História Social da Educação no Brasil (1926-1996)** // Marcos Cezar de Freitas, Maurilene de Souza Biccas. – São Paulo: Cortez, 2009. – (Biblioteca básica da história da educação brasileira; v.3).

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1967.

_____. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora nacional, 2003.

GALLO, Silvio Donizetti de Oliveira. **Pedagogia do Risco**. Ed. Papyrus. - Campinas, SP, 1995.

GONÇALVES, Aracely Mehl. **Francisco Ferrer y Guardia: Educação e a imprensa anarco-sindicalista - "A Plebe"(1917-1919)**. 150f. Dissertação (mestrado em educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Ponta Grossa, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O Brasil Monárquico**. 4 Ed. São Paulo, Difusão Editorial S A, 1982, 5º volume.

HARTUNG, Miriam. Muito além do céu: Escravidão e estratégias de liberdade no Paraná do século XIX. **Topoi**. Rio de Janeiro, v.6, n.10, PP.143-191, jan. –jun. 2005.

IANNI, Octávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira S.A, 1972.

IANNI, Octávio. **A metamorfose do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil**. ed., São Paulo: Hucitec, Curitiba: Scientia et labor, 1988.

KLAS, Arthur Orlando. **Fragments da História de Palmeira**. Prefeitura Municipal de Palmeira – Divisão de Cultura e Turismo: Palmeira, 2000.

KREUTZ, Lúcio. **Magistério e Imigração Alemã: O professor paroquial católico teuto-brasileiro do Rio Grande do Sul no movimento da restauração**. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica: São Paulo, 1985.

LANGE, Francisco Lothar Paulo. **Os Campos Gerais e sua Princesa/ Francisco Lothar Lange**. – Curitiba: Copel: F.L.P.Lange, 1988. 323p.

LINHARES, Temístocles. **História Econômica do Mate**. Rio de Janeiro. Ed. Rio de Janeiro, 1969.

LOMBARDI, José Claudinei. **Marxismo e história da educação**: algumas reflexões sobre a historiografia educacional brasileira recente. Campinas: Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 1993.

_____. **Marxismo e Educação**: debates contemporâneos/ José Claudinei Lombardi, Dermeval Saviani (orgs.). – Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da Educação Pública**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

MANACORDA, Mario. Alighiero. **História da Educação**: da antiguidade aos nossos dias / Mario Alighiero Manacorda; tradução de Gaetano Lo Monaco; revisão da tradução Rosa dos Anjos Oliveira e Paolo Nosella – 5. Ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MARCONDES, Moysés. **Pae e patrono**. Typographia do Anuario do Brasil. Rio de Janeiro, 1926.

MARROU, Henri Irénée **História da Educação na Antiguidade** / tradução do Prof. Mário Leôndidas Casanova / São Paulo, E.P.U., Brasília, INL, 4ª Reimpressão, 1975.

MARX, Karl e ENGELS Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Cap. I. Burguesia e proletariado, Calvino, 1975.

_____. **A ideologia alemã**. 2. ed., Livraria Editora Ciências Humanas Ltda. São Paulo - SP, 1979.

MARX, Karl. **O Capital**, Livro 1 vol, I e II, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **O Capital**, Livro 1 vol, I, 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MAYER, Teresa Wansovicz. **Coletânea Memórias de Palmeira**. Prefeitura Municipal de Palmeira – Departamento de Educação. Palmeira, 1992.

MAYER, Vera Lúcia de Oliveira. ORCHANHESKI, Helena. **Os imigrantes Poloneses, algumas histórias**. Prefeitura Municipal de Palmeira – Departamento de Cultura - BRASPOL. Palmeira, 2006.

MELLO NETO, Candido de. **O anarquismo experimental de Giovanni Rossi (de Poggio al Mare à Colônia Cecília)**. 2. ed. Ponta Grossa. Editora UEPG, 1998. 296p.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. **O ideário republicano e a educação: uma contribuição à história das instituições** / Carmem Sylvia Vidigal Moraes. – Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

MOURA, Denise A Soares de. Café e educação no século XIX. **Caderno Cedes**, Campinas - SP, ano XX, nº51, p. 29-49, novembro. 2000.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República** / Jorge Nagle. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NASCIMENTO, Maria. Isabel. Moura. **A primeira Escola de Professores dos Campos Gerais – PR**. 225f. Tese (Doutorado em Filosofia e História). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2004.

_____. **A primeira Escola Republicana nos Campos Gerais – PR: O Grupo Escolar “Dr. Vicente Machado” 1904 a 2004.**/ Maria Isabel Moura Nascimento. Curitiba, PR: Chain, 2004.

_____.In: Diana Gonçalves Vidal, (org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 – 1971)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

_____. **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica.** / Maria Isabel Moura Nascimento [et al.]; (org.). – Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

_____. **A primeira Escola de Professores dos Campos Gerais - PR** / Maria Isabel Moura Nascimento. Ponta Grossa - PR: Editora UEPG, 2008.

OLIVEIRA, Maria Cecília Marins. **Ensino primário e sociedade no Paraná durante a primeira República**. 311f.Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1994.

PETRONE, Maria Tereza Shorer. Imigração. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio. [et all]. **O Brasil Republicano, volume 2: Sociedade e instituições (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.95-133.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. [et all]. **O Brasil Republicano, volume 2: Sociedade e instituições (1889-1930)**/ por Paulo Pinheiro. [et al]. 5ª Ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes.** / Aníbal Ponce; Traduzido do original em espanhol/ publicado por J. Hector Matera – Buenos Aires, 1957. Tradução para a língua portuguesa de José Severo de Camargo Pereira – São Paulo: Fulgor, 1963.

_____. **Educação e Luta de Classes.** / Aníbal Ponce; Traduzido do original em espanhol/ publicado por J. Hector Matera – Buenos Aires, 1957. Tradução para a língua portuguesa de José Severo de Camargo Pereira. 11.ed.– São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** 43 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ROSSI, Wagner Gonçalves. **Capitalismo e Educação:** contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista. 2 ed. São Paulo: Moraes, 1986.

SANTANA, Luiz Carlos. **Liberalismo, ensino e privatização:** um estudo a partir dos clássicos da economia política. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, 1996.

SAVIANI, Dermeval. **O Legado Educacional do Século XX no Brasil.** São Paulo: Autores Associados Ltda., 2004.

_____. **A Escola Pública no Brasil:** história e historiografia / José Claudinei Lombardi, Dermeval Saviani, Maria Isabel Moura Nascimento. (org.). Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005. (Coleção memória da educação).

_____. In. NASCIMENTO, Isabel Moura. [et al.], (orgs). **Instituições Escolares no Brasil:** conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: Uniso; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. - (Coleção memória da educação).

_____. **História das idéias pedagógicas no Brasil** / Dermeval Saviani. – 2. Ed. Ver. E ampl. – Campinas, SP: Autores Associados, 2008. – (Coleção memória da educação).

SCHELBAUER, Analete Regina. **Idéias que não se realizam:** o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914/ Analete Regina Schelbauer. Maringá: EDUEM, 1998.

_____. **Método Intuitivo e Lições de coisas:** saberes em curso nas conferências pedagógicas do século XIX. Navegando na História da Educação Brasileira. Faculdade de Educação UNICAMP. Campinas, SP, 2006. (disponível)
http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_011.html

SCHNELL, Rogério. **Educação e Memória: A inserção da escola no contexto histórico da cidade de Palmeira/PR no século XIX**. 210f. Dissertação de mestrado (mestrado em educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, Ponta Grossa, 2004.

SCHWAB, Carlos Alberto. **Resumo Histórico e genealogia dos alemães do Volga**. / Carlos Alberto Schwab. Ponta Grossa, PR. Editora Paranaense – Campo Largo-PR, 1997.

SOUZA, João Cardoso Menezes. **Theses sobre colonização do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1975.

SOUZA, Rosa de Fátima. **Templos da civilização a implantação da escola primária (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 – 1971)** / Diana Gonçalves Vidal, (org.). – Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

WACHOWICZ, Lilian Anna. **A relação professor/ Estado no Paraná tradicional**. São Paulo, Cortez Editora: Autores Associados, 1984.

WACHOWICZ, Ruy Chistovam. **História do Paraná**. 4. ed. Curitiba, PR: Editora Gráfica Vicentina Ltda., 1977.

_____. **O camponês polonês no Brasil**. Curitiba, PR: Fundação Cultural, casa Romário Martins, 1981.

WALDMANN, Isolde Maria. **Fazenda Santa Cruz dos Campos Gerais e a imigração Russa 1792-1990**. 1. ed. Ponta Grossa, PR: Editora Gráfica Planeta, 1992, 68p.

WOODCOCK, George. **História das idéias e movimentos anarquistas**. Vol, 1 e 2. Ed. L&PM Pocket, Porto Alegre, RS, 2002.

FONTES PRIMÁRIAS

A Galeria Ilustrada (1888-1889): Edição FAC-Similar da Revista Publicada em Curitiba, 1979 - Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira

Congresso Agrícola do Rio de Janeiro, 1988. – Arquivo Público do Rio de Janeiro

Jornal Diário da Tarde – 1911. - Museu Campos Gerais

Jornal - Província do Paraná, 1882. - Museu Campos Gerais

Relatório do Inspector Geral do Ensino. Estado do Paraná. Cesar Prieto Martinez
Typ. Da Penitenciaria do Estado, 1924. - Arquivo Público o Paraná

ARQUIVOS CONSULTADOS

Acervo da Casa da Memória de Curitiba Curitiba - PR

Rua São Francisco, 319, Centro.
(41) 3321-3230

Arquivo Público do Paraná Curitiba - PR

Rua dos Funcionários, 1796, Bairro Cabral
CEP: 80035-050
(41) 3352-2299
arquivo@pr.gov.br

Biblioteca Central "Professor Faris Michaelle" UEPG - Ponta Grossa

Praça Santos Andrade, nº1 - Bloco D Térreo
Campus Central da UEPG
Ponta Grossa - Paraná
bicen@uepg.br

Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) UNICAMP - Campinas

Rua Cora Coralina, s/no.
CEP: 13081-970
Campinas/SP
bibifch@obelix.unicamp.br

Biblioteca Prof. Joel Martins UNICAMP - Campinas

Faculdade de Educação
Av. Bertrand Russell, 801
Cidade Universitária
CEP. 13083-970
Campinas - SP
gilbfe@unicamp.br

Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira Palmeira – Paraná

PR 151, Km 82 - Prédio da Antiga Estação Ferroviária de Palmeira
CEP: 84130-000
Palmeira - Paraná.

Museu Campos Gerais Ponta Grossa - PR

Rua Engenheiro Schamber, nº 686
CEP. 84010-340
(42) 3223-7766

**Museu Histórico de Palmeira - Dr. Astrogildo de Freitas
Palmeira - Paraná**

Praça Raul Braz de Oliveira, s/n. Centro.
CEP. 84130-000
(42) 39095047

SITES

Acervo da Casa da Memória - Fundação Cultural de Curitiba.

Disponível em: www.patrimoniocultural.pr.gov.br. – acessado em 10/09/2009.

Acervo do Arquivo Público do Paraná.

Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/> - acessado em 25/07/2009.

Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/a_acervo.php - acessado em 26/02/2010

Acervo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

<http://www1.ufrgs.br/acervofoto/acervo/veracervo.php?RgMuseusel=5269&codigoresponsavel=253> – acessado em 02/10/2009.

Diretório de Arte. Disponível em: <http://www.diretoriodearte.com/uncategorized/arquitetura-grega-periodo-classico/> – acessado em 02/12/2009.

ANEXOS

ANEXO I

Estado do Conhecimento – Teses e Dissertações / Brasil

Ano	Título	Autor	Instituição	Titulação
1987	<i>“A Pseudo-Democratização Da Escola Normal Um Estudo No Instituto De Educação De Minas Gerais”</i>	Ana Lúcia Amaral	UFMG	Dissertação/ mestrado
1989	<i>“Colégio De Aplicação Da Faculdade De Filosofia De Minas Gerais A Trajetória De Uma Escola De Ensino Médio No Contexto Universitário”</i>	Marinez Murta Collares	UFMG	Dissertação/ mestrado
1989	<i>“A instituição escolar numa perspectiva de renovação”</i>	Leide Mara Schmidt	PUCSP	Dissertação/ mestrado
1994	<i>“Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes”</i>	Carlos Monarcha	PUCSP	Tese/ doutorado
1994	<i>“Imigração, Nacionalismo e educação; A transição da escola comunitária para a pública no Rio Grande do Sul”</i>	Norma Viapiana Golfeto	UFMS	Dissertação/ mestrado
	<i>“A trajetória escolar de professoras negras e sua incidência na construção da identidade racial - Um Estudo De Caso Em Uma Escola Municipal De Belo Horizonte”</i>	Nilma Lino Gomes	UFMG	Dissertação/ mestrado
1997	<i>“Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890 – 1910)”</i>	Rosa Fátima Souza	USP	Tese/ doutorado
1997	<i>“A história social de uma escola: a Escola do Traviú.”</i>	Ana Maria Schefer Gameiro	UNICAMP	Dissertação/ mestrado
1999	<i>“A Escola Normal de Patos de Minas: 1932-1972. Na encruzilhada entre o novo e o velho”</i>	Maria Terezinha de Brito	UFSCAR	Dissertação/ mestrado
1999	<i>“A escola Normal Catharinense de 1892: profissão e ornamento”</i>	Marlete dos Anjos Silva Schaffrath	UFSC	Dissertação/ mestrado
2000	<i>“A escola pública e a competência escolar: o caso do colégio culto a ciência de Campinas”</i>	Adriana Lech Cantuaria	UNICAMP	Dissertação/ mestrado
2000	<i>“Palácio da Instrução: Representações sobre o Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto (1940 – 1960)”</i>	Marilda Iwaya	UFPR	Dissertação/ mestrado
2000	<i>“A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889”</i>	Alcebíades Costa Filho	UFPI	Dissertação/ mestrado
2000	<i>“Concepções de Ensino Técnico na República Velha. Estudo dos Casos da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná, Do Instituto Técnico Profissional de Porto Alegre e o Serviço de Remodelação 1909 e 1930”</i>	Gilson Leandro Queluz	PUC	Tese/ doutorado
2001	<i>“Escola Normal Primária de Pirassununga: estudo”</i>	Leila Cristina de Almeida Vicentini	UFSCAR	Dissertação/ mestrado

	<i>histórico de uma instituição escolar</i>			
2001	<i>"A escola Normal de Natal (1908-1938)"</i>	Luciene Chaves de Aquino	UFRN	Dissertação/ mestrado
2002	<i>"A configuração do grupo escolar Júlio Bueno Brandão no contexto republicano (Uberabinha - MG, 1911-1929)"</i>	Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho	UFU	Dissertação/ mestrado
2002	<i>"Puríssimo coração: um colégio de elite em Rio Claro"</i>	Paula Leonardi	USP	Dissertação/ mestrado
2002	<i>"O Colégio Rainha dos Apóstolos na Vila Monumento de São Paulo (1944-2000)"</i>	Maria de Lourdes Urban	UNICAMP	Dissertação/ mestrado
2002	<i>"Mãos e mentes na arte de aprender: a memória da escola profissional ferroviária Col Tiburcio Cavalcanti, de Ponta Grossa (1940 – 1973)"</i>	Maristela lurk Batista	UEPG	Dissertação/ mestrado
2003	<i>"Urussanga: da escola italiana à escola pública"</i>	Lucymary Vendramini	UFSC	Dissertação/ mestrado
2003	<i>"A Escola Normal de Campinas no período 1920-1936: praticas e representações"</i>	Maria de Lourdes Pinheiro	UNICAMP	Dissertação/ mestrado
2003	<i>"Palácios da Instrução: institucionalização dos grupos escolares em Mato Grosso (1910-1927)"</i>	Rosinete Maria dos Reis	UFMT	Dissertação/ mestrado
2004	<i>"A Primeira Escola de Professores dos Campos - PR"</i>	Maria Isabel Moura Nascimento	UNICAMP	Tese/ doutorado
2004	<i>"Escola Normal em Teresina (1864-2003): reconstruindo uma memória de formação de professores"</i>	Norma Patricya Lopes Soares	UFPI	Dissertação/ mestrado
2004	<i>"Escola Normal em Teresina (1864-2003): reconstruindo umamemória de formação de professores"</i>	Norma Patricya Lopes Soares	UFPI	Dissertação/ mestrado
2004	<i>"Educação e Memória: A inserção da Escola no Contexto Histórico da cidade de Palmeira/PR no século XIX"</i>	Rogério Schnell	UEPG	Dissertação/ mestrado
2004	<i>"História e Arquitetura Escolar: os prédios escolares públicos de Curitiba (1943-1953)"</i>	Ana Paula Pupo Correia	UFPR	Dissertação/ mestrado
2004	<i>"A implantação e a expansão das escolas públicas em Boa Vista na década de quarenta"</i>	Inês Rogélia Dantas Macedo	UFRJ	Dissertação/ mestrado
2004	<i>"As relações de poder nas instituições escolares da cidade de Juazeiro/ Bahia. Um estudo de caso."</i>	Sandra Novais Santos	UFPE	Dissertação/ mestrado
2005	<i>"Companhia de Aprendizes Marinheiros do Piauí (1874 a 1915): História de uma instituição educativa"</i>	Rozenilda Maria de Castro Silva	UFPI	Dissertação/ mestrado
2005	<i>"Picos e a Consolidação de sua rede escolar: Do Grupo</i>	Jane de Bezerra Sousa	UFPI	Dissertação/ mestrado

	<i>Escolar ao Ginásio Estadual</i>			
2005	<i>"A Trajetória da Instituição Educativa Evangélica mais antiga no Estado do Piauí: Instituto Batista Correntino"</i>	Sandra Mara Kindlein Penno	UFPI	Dissertação/ mestrado
2005	<i>"O espírito de (in)tolerância na república alica: um olhar na formação da(o)s aluna(o)s-mestre da Escola Normal de Pernambuco (1890-1915)"</i>	Andrea Carla Agnes e Silva	UFPE	Dissertação/ mestrado
2005	<i>"Grupo Escolar De Lavras: Produzindo Uma Instituição Modelar Em Minas Gerais (1907-1918)"</i>	Jardel Costa Pereira	UFMG	Dissertação/ mestrado
2005	<i>"O papel social do Ginásio Manuel Borba em Goiana-PE : alternativa local de ensino secundário para rapazes (1947-1961)"</i>	Solange Guimarães Valadares de Sousa	UFPE	Dissertação/ mestrado
2005	<i>"A Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso (1909-1941)"</i>	Nádia Cuiabano Kunze	UFMT	Dissertação/ mestrado
2005	<i>"Escola complementar de Campinas 1903-1911: Espaço, culturas e saberes escolares"</i>	Oscar Teixeira Junior	UNICAMP	Dissertação/ mestrado
2006	<i>"Reconstruindo uma experiência em educação infantil: a história do jardim de infância Suzana de Paula Dias (Uberlândia, 1967-1972)"</i>	Polyana Aparecida Roberta da Silva	UFU	Dissertação/ mestrado
2006	<i>"O grupo escolar Honorato Borges em Patrocínio – Minas Gerais (1912 -1930): ensaios de uma organização do ensino público primário"</i>	Geraldo Gonçalves de Lima	UFU	Dissertação/ mestrado
2006	<i>"A Escola Evangélica da Imigração Holandesa Na Região dos Campos Gerais - PR"</i>	Sonia Valdete Aparecida Lima Cordeiro	UEPG	Dissertação/ mestrado
2006	<i>"O Primeiro Jardim de Infância no Brasil: Emília Ericksen"</i>	Gislene Lössnitz	UEPG	Dissertação/ mestrado
2006	<i>"Um estudo de caso sobre a história de instituições educativas: o Colégio São José/ Montenegro/RS",</i>	Mara Regina de Ávila Campeão	UNISINOS	Dissertação/ mestrado
2006	<i>"Cultura Escolar e Civilização: Grupos Escolares em Sergipe (1911 / 1930)"</i>	Crislane Barbosa de Azevedo	UNEB	Dissertação/ mestrado
2006	<i>"A escola normal oficial de Pernambuco: a inserção das mulheres"</i>	Flávia Maria Peixoto	UFPE	Dissertação/ mestrado
2006	<i>"Deutsche Schule, A Escola Alemã de Curitiba: um Olhar Histórico (1884-1917)"</i>	Regina Maria Schimmelpfeng de Souza	UFPR	Tese/ doutorado
2006	<i>"Ginásio Santa Margarida: um estudo sobre a gênese e a consolidação de uma instituição escolar anglicana de ensino na cidade de Pelotas"</i>	Alessandro Carvalho Bica	UFPEl	Dissertação/ mestrado
2006	<i>"História de uma instituição pública de ensino secundário:"</i>	Maria Isabel Perez	UNESP	Dissertação/ mestrado

	<i>implicações da democratização do ensino na cultura escolar</i>			
2006	<i>“Poder oligárquico, nacionalização de imigrantes e ensino público: modernização do ensino primário em Santa Catarina (1910-1930)”</i>	Paulo de Nóbrega	UFSC	Tese/ doutorado
2007	<i>“História das primeiras instituições públicas na formação superior de professores (1930-1939)”</i>	Alberto da Cunha Bragato Junior	UNIUBE	Dissertação/ mestrado
2007	<i>“A Escola Complementar de Piracicaba Segundo o Jornal Local Gazeta (1897-1911): Uma Análise dos Noticiários Cotidianos à Luz dos Discursos da 1ª República”</i>	Clarice Pavan Chiareli	UNIMEP	Dissertação/ mestrado
2007	<i>“Templo do Bem: o Grupo Escolar de Uberaba, na escolarização republicana (1908 – 1918)”</i>	Rosângela Maria Castro Guimarães	UFU	Dissertação/ mestrado
2007	<i>“Escola de iniciação agrícola “Gustavo Dutra”: o poder disciplinar no contexto do ensino agrícola de Mato Grosso”</i>	Lindamar Etelvino Santos Soares	UFMT	Dissertação/ mestrado
2007	<i>“História e Memória da Escola Normal Oficial de Picos (1967/1987)”</i>	Cristiane Feitosa Pinheiro	UFPI	Dissertação/ mestrado
2007	<i>“De Tamboril a Isaías Coelho: a educação dos mestres escola ao grupo escolar (1935 a 1970)”</i>	Welbert Feitosa Pinheiro	UFPI	Dissertação/ mestrado
2007	<i>“História e memória do Liceu de Uberlândia – 1928 a 1942”</i>	Kellen Cristina Costa Alves Bernardelli	UFU	Dissertação/ mestrado
2007	<i>“Somos Semeadores: estratégias identitárias na Escola Normal Sarah Kubitschek - 1963 – 1965”</i>	Luciana Felipe Cardoso	UFRJ	Dissertação/ mestrado
2007	<i>“Ensino agrícola, trabalho e modernização no campo: a origem da escola superior de agricultura e veterinária do estado de Minas Gerais (1920-1929)”</i>	Fabrcio Valentim da Silva	UFU	Dissertação/ mestrado
2008	<i>“O colégio israelita Moysés Chvarts: tradição e construção da identidade judaica recifense”</i>	Yolanda Maria de oliveira	UFPE	Dissertação/ mestrado
2008	<i>“Instituição Vicentina de Gijzegem: um entrelaçamento de relações entre política, religião e educação na instituição da sociedade fronteiriça Brasil/Paraguai entre 1940 a 1980”</i>	Andrea Natalia da Silva	UFMS	Dissertação/ mestrado
2008	<i>“Memórias recompondo tempos e espaços da educação : Bom Jesus/RS (1913-1963)”</i>	Luciane Sgarbi Santos Grazziotin	PUCRS	Tese/ doutorado
2008	<i>“O grupo escolar Visconde de São Leopoldo e a escolarização de Vila Macuco</i>	Marcio Brasil	UNISANTOS	Dissertação/ mestrado

	<i>durente a Primeira República”</i>			
2009	<i>“Estudos sobre escola: tempos e espaços da Escola Maria Constança de Barros Machado”</i>	Crislei Aparecida Alves de Almeida	UFMS	Dissertação/ mestrado

ANEXO II

Ata de inauguração do novo prédio do Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes – 27/08/1938

Ata da inauguração do prédio onde passará a funcionar o Grupo Escolar "Jesuíno Marcondes" da cidade de Palmeira.

Nos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e trinta e oito, nesta cidade de Palmeira, presentes os Excmos. Sres. Manoel Ribas, Interventor Federal neste Estado, Genl Raimundo Lampião, Com^{te} da 52ª Região Militar, Des. Omar Gonçalves da Mota e Angelo Lopes, Secretários d'Estado, Sr. João Chede, Prefeito Municipal, Dr. Hostílio Besar de Sousa Araújo, Diretor Geral de Educação, Des.^{te} Antônio de Paula, representante do Tribunal de Apelação, Cel Pedro Scherer, Com^{te} da Força Pública do Estado, Dr. Osvaldo Piloto, representante do Ginásio Paranaense, Prof. Fernando Moreira, Diretor do Colégio Progresso, Dr. Oranjo Lima, redator do jornal "A Nota" do Rio, Cap^{te} Com^{te} do corpo de Bombeiros, Dr. Jaime Portugal de Macedo, Juiz de Direito da Comarca, Sr. Vigário da Paróquia e outras autoridades e grande numero de pessoas, foi inaugurado o novo prédio onde passará a funcionar o Grupo Escolar "Jesuíno Marcondes" desta cidade de Palmeira.

De início foi hasteada, ao som do entusiástico Hino Nacional, a bandeira auri-verde, simbolo de nossas sagradas tradições e expressa viva do valor de nosso povo e grandeza de nosso solo.

Os alunos, acompanhados pela banda da Força Militar do Estado, faziam vibrar orgulhosos os acordes significativos

da voz da Pátria.

Terminado o prelúdio da grande solenidade inaugural, o Excmo. Sr. Manoel Ribas cortou a fita simbólica tendo sido dada a bênção pelo Reverendíssimo Vigário da Paróquia.

Fez uso da palavra em nome do povo palmeirense o Sr. João Chéde, Prefeito Municipal que agradeceu tudo o que o governo vem fazendo em prol do município, inaugurando nesta ocasião um bronze com o busto do Excmo. Sr. Manoel Ribas com que o povo da Palmeira presta uma justa e merecida homenagem àquele que, com elevação de vista, muito fez e vem fazendo pelo progresso e engrandecimento desta terra.

O prédio foi oferecido aos munícipes de Palmeira, tendo falado em nome do governo o Excmo. Sr. Dr. Heitor Cesar de Sousa Araújo, Diretor Geral de Educação.

Fez também uso da palavra, o Dr. Gabriel Garcia.

Em seguida, no gabinete do Diretor do Grupo, foi reem-inaugurado, foi inaugurado o retrato do grande brasileiro Excmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, com o que o corpo docente da cidade Grupo Escolar da cidade de Palmeira presta uma homenagem ao ~~aug.~~ ilustre chefe da nação brasileira.

Fez uso da palavra a prof. Suzia Almeida.

Nada mais havendo a constar, eu,

mei a presente dá, que vai assinada por todos os presentes.

Primeira de agosto de 1938

~~Antônio~~
Gen. Raymundo Campes
Duas fus-las de Meta.

~~Francisco de Assis~~

164 P. Roberto de Almeida

Antonio de Paula

Majr. Dileino Tavares

Cap. José Loureiro Sobrinho

Alcides de Sousa Araújo

Jaimes P. Macedo

~~Antônio~~

~~João~~

João Gabriel de Almeida por si e pelo Sr. Alexandre Mattiello.

Simão de Jesus

Antonio Gino Fontoura

Javier Fonseca

Abel Salazar Lima por si e representando o sr. dr. Otton Mendonça.

João Antonio de Freitas

Luís de Almeida

Luís de Almeida

Waldir Boaventura

Arthur Theinck

Odilon Ribas

e Sr. ~~travessa~~

Luiz Augusto Tavares

Lady Silva

Luiz Augusto

- 30 Joaquim de Almeida
 31 Luiz Baig
 32 José Javurinski.
 33 Wladimir de Mély.
 34 José Salomão Assis
 35 Tebelli Capellari
 36 César Alves
 37 José Jamm
 38 Pedro de Paula
 39 Jacob Jort
 40 Francisco e Antonio Carneiro
 41 Marcos Partida Malucelli
 42 Nelsa Jaz
 43 Anselmo de Moraes
 44 Epio de Bacula
 45 Prof. Adolpho Brito
 46 Alberto Jaz
 47 Roberto Jaz
 48 Neacsa Lorneles Bakmeyer
 49 Maria de Lourdes Nicola
 50 Natalia Cavassoli
 51 Augusto Mazzagnani
 52 Carlos Barzini e Família
 53 Aguedo Celli
 54 Ernesto de Freitas
 55 Luízia Tombo Ricardo
 56 Heiler Brant
 57 Maura Paulo Ricardo
 58 Otília Brant
 59 Sarah Jamm
 60 Dêgail Fernandes
 61 Carlolina Monteiro
 62 Leopoldo Brant

- 63 Diogo Marins
64 Benito Luis da Costa
65 Fernando do Rêgo
66 Adelina Capraro Agottani
67 Elizabetha
68 Victor Agottani
69 Antonio Solviche
70 Sebastião Costa
71 ~~Capitão Luciano~~
72 José A. da Costa
73 ~~Alcides Soares Cabral Junior.~~
74 Olga Stephankovsk Cabral.
75 ~~João Benvenuto~~
76 Hermínia Machado.
77 Rosa F. Campaio
78 Paulina Perotta
79 ~~Guimarães~~
80 ~~Miguel Salvador Ruy J.~~
81 ~~Júlio Ribeiro~~
82 ~~Abílio Jacó~~
83 ~~Albino Barão S.~~
84 Dircê Bastos, Luísa
85 ~~Miranda Bittencourt~~
86 ~~Salomão Jossit~~
87 Verina A. Ferreira
88 Catharina de Almeida L. de Figueiredo
89 Maria de Lourdes de Almeida L. de Figueiredo
90 Bis. Antonio J. da Costa
91 ~~Belmiro~~
92 Valéria V. Branco
93 Francisca Alzira
94 Maria Gummy
95 José Pedro Trindade. fr. si e pref. A 3º do Paraná

- 96 Julia Bossak H.
 97 Olympia Teixeira Vidal
 98 Babilina T. Osorio
 99 Mercedes Stalschmidt
 100 Saldador Alvez da Paula
 101 ~~Quercus~~ ~~Carvalho~~ ~~Vida~~
 102 Ignez ~~de~~ ~~Freitas~~ ~~Vida~~
 103 ~~Julio~~ ~~Antonio~~ ~~Guim~~
 104 Estofildo de Freitas
 105 Pedro Graeyk
 106 Pedro Ciesielski
 107 Jorge Izaias Fritz
 108 Leonor Parsoni
 109 Cresolastica J. de Freitas
 110 Emília Teixeira de Freitas
 111 Alan C. Vida
 112 Rosa B. Vida
 113 Savina Bozmannin
 114 João Goncalves Guim
 115 Adilta Lopes Guim
 116 Alfredo V. Teixeira
 117 Paulo S. Carneiro
 118 Sirlinda Perotta
 119 Leuena Bacila
 120 Euthalia Oliveira
 121 Elvira M. Oliveira
 122 August Stalschmidt
 123 ~~Alves~~ ~~da~~ ~~Costa~~
 124 ~~Alves~~ ~~da~~ ~~Costa~~
 125 Cady Barst
 126 Celoyja ~~da~~ ~~Costa~~
 127 Bellenza Mayer
 128 Albertina Guim

129	Aleferuoubaury.
130	Gerondina M Camargo
131	Angelica Maciel Lopes.
132	Jacobe Stadler
133	Irene A. Stadler
134	Cordelia Tobias Pinto.
135	Wanda B. Barra.
136	Do oifojos - encerramos as assinaturas no presente ato.

ANEXO III

Estavam matriculados e freqüentavam as duas primeiras classes masculinas do Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes os alunos dos professores João Teóphilo Gummy Junior e Aristheu Correia de Bittencourt, abaixo enunciados. Note-se que alguns alunos faltaram no dia em que a fotografia foi tirada, uma vez que no total eram 110 os alunos matriculados e apenas 86 estão no retrato. (Fonte: Astrogildo de Freitas - Relato de uma comemoração - Palmeira/PR (04-09-1960))

1- Horácio José Pereira
2- Tiburcio de Andrada e Silva
3- Elisio Lucas de Oliveira
4- Cristiano Abtz
5- Eugenio de Macedo Ribas
6- José Catarina
7- Arí Reidler Assunção
8- Antonio Bacila
9- Antonio Inácio da Costa
10-Gabriel Bacila
11-Ricardo Margraff
12-João Batista Teixeira
13-Ascendino Mota
14- Cesar Alves
15-Ildefonso Camargo Melo
16-Leovegildo Muler
17-Ítalo Capraro
18-Carlos Hartmann
19-José Dambroski
20-Henrique Margraf
21-Agenor de Oliveira Pinto
22-Astrogildo de Freitas
23-Amazor Martins
24-Antonio Silveira Martins
25-João Batista Pizoni
26-Otavio de Matos Leão
27-Heitor Araujo e Silva
28-Arnaldo Agottani
29-João de Camargo Melo
30-Amador Martins
31-Teoficlo Saad Ne my
32-Paulo Stegmann

33-Fernando Perota
34-Manoel de Oliveira Pinto
35-Antonio Delfrate
36-Pedro Pizoni
37-Antonio Dorneles
38-Pedro Bach
39-Manoel Machado
40-Henrique Heidmann
41- Reinaldo Pires
42-João Bindi
43-Anésio Camargo
44-Sebastião Amancio dos Santos
45-Primo Assunção
46-Manoel Paraná
47-Lucio Machado
48-Francisco Ramiro Assis
49-Tabujo Dorneles
50- Anastácio Salata
51-Manoel Muler
52-Carlos Bindi
53-Fiorindo Feci Filho
54-Frederico Bach
55-Odorico Ramiro de Assis
56-João Chede
57-Antonio Fidelis da Costa
58-João Salata
59-Cristiano Eleuterio Fritiz
60-José de Oliveira Pinto
61-José Bach
62-Luiz Comin
63-Adélio Ramiro de Assis
64-Manoel Lucio da Costa
65-Alípio de Camargo Melo
66-Adroaldo Ribas
67-Raul Andrade Silva
68-Sebastião Camargo
69-Sezefredo Kogus
70-Pedro Pinto
71-Ari de Barros Alves
72-Sebastião Mota
73-Modesto Linhares
74-Laurival Camargo Melo

75-João Pires
76-Atílio Hofmann
77-Antonio Tibagi de Freitas
78-Francelino Camargo
79-Oscar Andrade e Silva
80-Raimundo Machado
81-José Orlando Camargo
82-Libanio Fabiano
83-Casemiro Kogus
84-Francisco Thiago da Costa
85-João Martins
86-Vitorio Gans

Fonte: Museu Histórico Astrogildo de Freitas – Palmeira/PR

ANEXO IV

Do dia 20 a 23 de dezembro de 1911 perante comissão examinadora formada por, “[...] professores normalistas do Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes e sob a presidência do Dr. Antonio Martins Franco, inspetor escolar, realizaram-se os exames nas escolas deste grupo” (Jornal Diário da Tarde – 1911, p.4). Nos dois dias iniciais realizaram-se os exames finais e os exames de trabalho com agulhas com as alunas da 1ª cadeira regida pela professora D. Maria da Luz Cordeiro Xavier; as com alunas da 2ª cadeira regida pela professora D. Myrtes Códega de Bittencourt. Os dois últimos dias de exames destinaram-se para a avaliação das classes dos alunos do sexo masculino, da 1ª e 2ª cadeira, regidas pelos professores: Aristheu Correa de Bittencourt e João Theophilo Gomy Junior, sendo realizado o exame final e o exame intermediário. Note-se que com os quatro anos do ensino primário completos, o aluno recebia um diploma de habilitação expedido pela inspetoria do Ensino Público.

Exame realizado pelas alunas da 1ª e 2ª cadeira do sexo feminino Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes – 1911

	Aprovadas com distinção
Exame final	1ª cadeira – Osminda Ribas; Venina Ribas de Albuquerque; e Paulina Perota. 2ª cadeira – Anna Mayer; Clara Stalchimidt; Victoria Bacila; e Maria Elysa Hartmann.
Trabalho com as agulhas	1ª cadeira – Osminda Ribas; Venina Ribas de Albuquerque; Djanira Ribas de Albuquerque; Ignez Vida; e Ema Ristow. 2ª cadeira – Leonor Gomes; Laura de Barros Alves; Guilhermina de Barros Alves; Florianana Goresky; Regina Hartmann; e Laurita Camargo.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em: Jornal o “Diário da Tarde”, edição de 01 de dezembro de 1911.

**Exame realizado pelos alunos da 1ª e 2ª cadeira do sexo masculino
Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes – 1911**

	Aprovados com distinção
Exame final	<p>1ª cadeira – Alfredo Martins; Leovegildo Muller; e Carlos Bindi.</p> <p>2ª cadeira – Antonio Ignacio da Costa; João Batista Teixeira; Tiburcio de Andrade e Silva; e Fernando Perota.</p>
Exame intermediário	<p>1ª cadeira - Lauro Freitas; Astrogildo de Freitas; Amazonas de Paula Carneiro; Arnaldo Agottani; Amazor Martins; e Teophilo Nemy.</p> <p>2ª cadeira - Eugenio de Macedo Ribas; Flavio Erichsen; Horacio Baptista Teixeira; José de Oliveira Pinto; Manoel Machado; Manoel de Oliveira Pinto; e Orlando de Andrade e Silva.</p>

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em: Jornal o "Diário da Tarde", edição de 01 de dezembro de 1911.

ANEXO VI

Novo prédio do Grupo Escolar Jesuíno Marcondes inaugurado em 1938



Fonte: Museu Histórico Astrogildo de Freitas – Palmeira/PR

Condições atuais do prédio



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora

ANEXO VII

Fontes catalogadas na pesquisa e disponibilizadas em CD-ROM

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)